



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 120

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de dezembro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

A sessão iniciou-se com uma [interpeleção ao Governo Regional a respeito da “Situação de instabilidade e crise que o Grupo SATA está a enfrentar devido à ação do Governo Regional”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção de abertura do debate pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM), usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga).

O debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Artur Lima (CDS-PP), Aníbal Pires (PCP), Francisco César (PS), da Sra. Deputada Zuraida Soares (BE) e dos Srs. Deputados Jorge Macedo (PSD), Miguel Costa (PS) e Joaquim Machado (PSD).

Também usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro).

Seguiu-se o [Projeto de Deliberação n.º 4/X – “Suspensão do decurso do prazo para entrega do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, o qual foi aprovado por unanimidade.

Sobre a [Petição n.º 30/X – “Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico no concelho da Madalena”](#), apresentada por [Vanda Maria Alves Serpa](#), na qualidade de primeira subscritora, usou da palavra para apresentação do relatório da Comissão a Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*).

Proferiram intervenções os/as Srs./as Deputados/as Cláudio Lopes (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, iniciou-se o de debate do [Projeto de Resolução n.º 139/X – “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa «Percursos»”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Sobre este diploma usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos a continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 04 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pela chamada.

Sr. Secretário faça favor.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao ponto 1 da nossa Agenda:

Interpelação ao Governo Regional a respeito da “Situação de instabilidade e crise que o Grupo SATA está a enfrentar devido à ação do Governo Regional”.

Esta interpelação foi apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o art.º 132.º do nosso Regimento e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem para este debate de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos

O CDS-PP, 13 minutos

O PCP e o BE - 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo por explicar ao Governo e a esta câmara parlamentar ao que venho. O PPM e muitos açorianos consideram que as circunstâncias que envolvem a demissão do Dr. Luís Parreirão exigem que o Governo assumira aqui as suas responsabilidades e dê as explicações que se exigem. É evidente que nos países do eixo “chavista” - como a Venezuela, a Bolívia ou o Equador –, com quem tantas semelhanças partilha o sistema partidário hegemónico nos Açores, não é hábito que os respetivos governos sintam qualquer tipo de necessidade de explicar assuntos desta natureza. Nomeiam e despedem quem querem, sem outra explicação adicional que a sua vontade natural. Os governos não explicam e as oposições ou não arriscam perguntar ou perguntam e arriscam.

Mas eu pergunto! É normal um presidente de uma empresa do setor público empresarial, cuja gestão está a ser alvo de uma comissão de inquérito, demitir-se nestas circunstâncias? É normal um presidente de uma empresa do setor público empresarial impor um novo plano de negócios - que custou milhares de euros apenas na fase da sua conceção - e demitir-se no período que antecede a sua primeira avaliação anual?

É eticamente aceitável que um presidente de uma empresa do setor público empresarial abandone, por razões estritamente ligadas ao seu benefício pessoal e profissional, a liderança de uma instituição nas circunstâncias políticas e de risco anteriormente descritas? É eticamente aceitável a fuga ou a deserção

política de alguém que não teve a grandeza cívica e o enorme peso da responsabilidade que acarreta a liderança, para aqui ficar, de cabeça erguida, para assumir as responsabilidades políticas que a Comissão de Inquérito vier a apurar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Colocadas as coisas neste contexto, é justo que se pergunte então qual é a diferença entre a natureza do recrutamento dos quadros superiores nomeados para o nosso setor público empresarial e o recrutamento realizado pela Legião Francesa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É que tem de existir uma diferença! Uma diferença que tem de fundamentar-se no sentido de responsabilidade e na ética que tem de significar o facto de se liderar uma empresa do sector público empresarial.

Tem de existir um código de ética que deve ser assinado, sob compromisso de honra, por qualquer pessoa que assuma a liderança de uma empresa pública. Um código que, entre outras coisas, tem de assegurar que não se abandona a liderança, por razões de exclusivo interesse pessoal, repito, *por razões de exclusivo interesse pessoal*, de uma empresa que esteja a ser alvo de uma comissão de inquérito ou que esteja numa fase decisiva de um qualquer processo de reestruturação.

Deputado Francisco César (PS): Mas o homem fugiu?! Foi para a China!

O Orador: É uma forma de respeitar o Parlamento, a democracia representativa e o Povo dos Açores, uma vez que todos os açorianos são, por definição, acionistas e proprietários da empresa.

No caso em apreço, apesar da flagrante falha de ética e de respeito em relação ao Parlamento dos Açores, o Governo Regional e o Partido Socialista tentaram proporcionar uma saída limpa, num contexto de responsabilidade pessoal muito

complexo, ao ex-Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA. A questão que se coloca é porquê?

A minha convicção é que o Governo Regional aproveitou a reabertura da porta giratória do poder nas duas margens do Atlântico português, decorrente da tomada de poder por parte do Partido Socialista na República, para se antecipar ao efeito político da divulgação do relatório da Comissão de Inquérito ao Grupo SATA.

Com efeito, apesar da maioria socialista na Comissão de Inquérito, a matéria consolidada e os factos provados são de tal forma penalizadores para a gestão dos sucessivos governos socialistas, que será ineludível que a Comissão de Inquérito venha a concluir que existem fortes responsabilidades políticas por parte dos sucessivos presidentes dos conselhos de administração do Grupo SATA e dos sucessivos governos socialistas, no âmbito da situação de quase falência a que a empresa chegou.

Existiu, assim, uma vontade, uma oportunidade e uma responsabilidade. A vontade pertenceu ao Dr. Luís Parreirão, que deixou de olhar para o território continental como território comanche e um deserto de oportunidades após a tomada do poder pelo PS. A oportunidade foi agarrada pelo Governo Regional, que assim antecipou o tempo político e deu um ar de renovação antes do mesmo se tornar esmagadoramente visível e ineludível após a divulgação das conclusões da Comissão de Inquérito. Finalmente, a responsabilidade é do Governo Regional que é o responsável pela transformação do nosso sector público empresarial regional numa mera porta giratória dos interesses partidários do Partido Socialista, de aquém e além-mar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O partido governamental e o Governo Regional defenderão, no âmbito do presente debate, duas trincheiras. A primeira está verdadeiramente interiorizada e é aí que reside a semente da tragédia do atual tempo político nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Mas isto não é uma interpelação!

O Orador: Para o Governo socialista este é um não debate na medida que acha que não tem de dar nenhuma explicação à oposição política e ao Povo dos Açores pelo facto um presidente de um conselho de administração se ter demitido de uma das principais empresas públicas da Região, não relevando para o caso as circunstâncias institucionais em que a mesma ocorreu.

O Governo acha que está tudo explicado e que não tem de assumir nenhuma responsabilidade política por ter nomeado alguém que não teve qualquer pejo em sair da empresa ao som da melhor proposta de emprego que se avizinhou ao seu tímpano. O executivo socialista pensa isto porque 20 anos de governo o fizeram dono disto tudo e tornaram as explicações um enorme aborrecimento.

A segunda trincheira tem a ver com o entendimento muito particular que o partido governamental faz do que significa, do ponto de vista político, uma comissão de inquérito. Para os socialistas açorianos uma comissão de inquérito significa uma espécie de voto de celibato da oposição, acompanhado de um silêncio e de uma reclusão monásticas a respeito do assunto investigado.

Enquanto a oposição desaparece no período sabático que dura a Comissão de Inquérito, o Governo Regional reserva-se o direito de comprar e vender aviões, desenhar e apagar rotas, demitir e nomear presidentes do conselho de administração e concretizar tudo o mais que lhe passar na cabeça. Ou seja, a oposição remete-se ao silêncio na sala de estudo e o Governo fica a brincar sozinho no recreio. É esta a utopia socialista a respeito da natureza de uma comissão de inquérito.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já atirou as canas, já fez a festa!

O Orador: Lamento informar que não é esse o entendimento que faz o resto do universo a respeito da natureza de uma comissão de inquérito. O facto de a oposição decidir propor, de forma potestativa, uma comissão de inquérito a respeito de um qualquer assunto significa precisamente o contrário do que

pensa o Partido Socialista. Significa que queremos discutir o assunto e que não aceitamos qualquer manobra que vise silenciar a discussão e o conhecimento público da questão em apreço.

Não se deixa de se discutir. Discute-se mais! Não se deixa de problematizar. Problematiza-se mais! Não se deixam de fazer perguntas. Fazem-se mais! A comissão de inquérito não é um gueto e não existe nenhum anel de fogo à volta da sala da comissão de inquérito.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

O Governo Regional e o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Economia foram inusitadamente céleres em relação ao processo de substituição do Dr. Luís Parreirão na presidência do Conselho de Administração da SATA. Vê-se que querem passar de página rapidamente. Percebe-se a intenção e percebem-se os motivos. No entanto, o processo correu mal.

Mas vamos por partes. Em primeiro lugar, a indigitação do Eng.º Paulo Menezes revelou, de forma muito evidente, a forma como o Partido Socialista está cada vez mais fechado sobre si próprio e é incapaz de recrutar na sociedade civil, quadros independentes. O anterior Presidente do Conselho de Administração da SATA, assim como o que agora foi indigitado pelo Governo, pertencem a um restrito círculo de confiança partidário. É a isto que se chama oligarquia. Tudo isto revela um enorme esgotamento político por parte do Governo socialista.

Em segundo lugar, temos de abordar a questão de fundo: a intensa e muitas vezes irracional intervenção do Governo Regional socialista na SATA. Os dados que hoje possuímos demonstram, de forma inquestionável, que a empresa entrou em colapso essencialmente devido à imposição, por parte do Governo Regional socialista, de rotas, aquisições e funções estratégicas inoportáveis, a curto e médio prazo, para a empresa.

Enquanto obrigava a empresa a acumular prejuízos incalculáveis, os governos regionais não só não reforçaram os mecanismos de financiamento da empresa, como acumularam, de forma dramática, enormes atrasos nas indemnizações compensatórias. Tudo isto para preservar o sistema de monopólio do transporte aéreo e lograr a expansão do sector turístico. No final, o sector turístico manteve uma dimensão residual e a empresa entrou em falência técnica. Pior é impossível.

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso? Desigual!...

O Orador: A intervenção política dos sucessivos governos regionais, que é inquestionável e que está repetidamente identificada nas audições realizadas pela Comissão de Inquérito, não tem, no entanto, suporte documental. As orientações, instruções e ordens governamentais foram transmitidas oralmente aos presidentes dos conselhos de administração e só a eles. Não têm suporte escrito e são quase completamente ignoradas nas atas. Não se sabem os imprescindíveis **quem, como, onde, quando e porquê**. Também não se sabe se algumas vezes os conselhos de administração da SATA tentaram resistir a ordens políticas absolutamente irracionais e economicamente insustentáveis.

É por tudo isto que reputo de essencial a capacidade, por parte do Presidente do Conselho de Administração da SATA, de marcar linhas vermelhas à intervenção do Governo nas áreas operacionais e de gestão. Sem este pressuposto não existe futuro para a SATA. O Eng.º Paulo Menezes revelou, na audição parlamentar do passado dia 7, que nada mudará a este respeito. Segundo ele o Governo é que manda, sem limites de racionalidade e de campos de ação.

É por tudo isto que eu digo que nada mudou. Permanece a raiz do mal. Saem os presidentes do Conselho de Administração da SATA, mas ficam as velhas

práticas intervencionistas e altamente intrusivas dos governos regionais socialistas.

Com este Governo não existe futuro para a SATA.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o art.º 184.º do nosso Regimento tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes,

Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação do PPM, mais não traz do que uma tentativa notória de tirar ou de ter protagonismo num assunto que deve ser encarado com toda a normalidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O ex-Presidente do Conselho de Administração da SATA, Sr. Dr. Luís Parreirão, apresentou um pedido de dispensa de funções da sua atividade como Presidente do Conselho de Administração, por ter recebido um convite de outra entidade e por ir abraçar um novo projeto profissional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Abraçar! O termo é esse “com carinho”!

O Orador: Resta-nos agradecer ao Sr. Dr. Luís Parreirão, todo o empenho, toda a dedicação que colocou ao serviço da companhia para ela vencer os desafios com que se depara.

É esta a postura que nós devemos ter perante essas situações. Ao Governo naturalmente cabe dar resposta com indicação de uma nova pessoa, como foi feito, o Eng.º Paulo Menezes, uma pessoa conhecedora da matéria, ...

Deputado Francisco César (PS): Independente!

O Orador: ... conhecedora da companhia, uma pessoa cuja competência é reconhecida pela generalidade das pessoas e que tem resultados obtidos em todas as áreas onde tem desenvolvido a sua atividade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Sobretudo quando foi Diretor Regional dos Transportes!

O Orador: Portanto é alguém que nos dá a garantia de desempenhar um bom papel na condução dos destinos da empresa para o futuro.

Nós podemos ter a imaginação mais fértil que entender; podemos apelar à nossa criatividade; podemos desenvolver teorias conspirativas, teorias conspirativas que entendermos mas a verdade dos factos é esta e é com naturalidade que deve ser encarada a entrada e saída dentro das organizações, aliás, algo que as organizações devem preparar-se para que aconteça, de forma a que essas entradas e saídas não afetem de forma alguma aquele que é o trajeto que essas mesmas organizações definem.

É isto que vai acontecer com a SATA como já foi dito, aliás o Sr. Deputado Paulo Estêvão entrou aqui em algumas contradições, por um lado diz que o Governo que aproveita oportunidade para alterar a estratégia que tinha para a SATA, o que não corresponde à verdade, mas por outro lado diz que o Eng.º Paulo Menezes afinal afirmou que vai continuar a desenvolver a estratégia que vinha a ser seguida pela SATA, esta sim corresponde à verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto este será o caminho a seguir e teremos todos empenhados e o Governo na sua qualidade de acionista estará ao lado da companhia para continuar a ajudá-la a ultrapassar todos os desafios que tem pela frente com o sucesso e com a colaboração indispensável, imprescindível de todos os seus trabalhadores que são eles efetivamente a grande força e a grande dinâmica que

a empresa tem para vencer os desafios como os faz ao longo das décadas de existência.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos então dar início ao debate.

Já está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que a primeira conclusão que tem que se tirar ...

Deputado Francisco César (PS): Ainda não fizemos o debate e já está a tirar conclusões!

O Orador: Que eu estou a tirar! Posso tirar as conclusões que quiser. Não tenho ainda que lhe pedir licença!

A conclusão que eu tiro deste debate e que nós podemos tirar deste debate, desta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão é a seguinte: eu acho que ele não foca naquilo que é absolutamente essencial nesta questão da SATA. É que há dois grandes responsáveis, ou melhor há um grande responsável pela situação a que chegou a SATA.

O novo Governo já se socorre de ex-elementos do velho Governo, já não tem capacidade de recrutamento de gestores de topo na sociedade civil, vai buscar ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é que é a conclusão!

O Orador: ... um requentado gestor e ex-titular de cargo político das anteriores administrações.

Mas vamos focar no essencial: Vitor Fraga, ex-administrador da SATA, nomeado por Vasco Cordeiro; depois Vitor Fraga, Secretário Regional nomeado por Vasco Cordeiro; Vasco Cordeiro, ex-titular da Economia e titular da companhia, portanto superentendo a companhia na sua pasta.

Quem é o verdadeiro responsável à situação que chegou a SATA Air Açores? Vasco Cordeiro, de 2008 até à presente data.

Já agora Sr. Presidente do Governo, e ex-titular da pasta, e responsável pela SATA desde 2008, já lá vão 6 anos, como é que justifica que numa década, uma década, o financiamento das Obrigações de Serviço Público da SATA, tenham passado de 2006, eram de 9 milhões de euros, e em 2016 são 34,6 milhões de euros? Gostaria que o Sr. Presidente explicasse esse número.

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem a ver com o debate?

O Orador: O que é melhorou? Que grandes melhorias tiveram os açorianos nas acessibilidades aéreas? Que melhorias de transporte? Nas tarifas? Como tiveram?

Deputado Francisco César (PS): Pode-se fazer um desenho!

O Orador: Portanto, aqui está a prova de uma gestão à vista sem instrumentos, sem rumo e sem saber para onde vai. O que é certo é que os açorianos, cada açoriano hoje está a pagar quatro vezes mais ...

Deputado Francisco César (PS): Quatro vezes mais?

O Orador: ... do que pagava em 2006 para ter um serviço de transporte aéreo regular inter ilhas da SATA Air Açores. Quatro vezes mais!

Quando vem depois o Governo anunciar, tentando iludir os açorianos que baixou, que fez a maior baixa de tarifas na SATA Air Açores. Não, Sr. Presidente! Fez o maior aumento de financiamento da SATA Air Açores, à custa dos impostos dos açorianos! Foi essa a sua gestão desde 2008 até ao presente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje a iniciar mais um debate sobre a transportadora aérea regional, a SATA. Esta perfusão de debates é compreensível dada a importância estratégica desta empresa pública, dadas as transformações profundas que o sector do transporte aéreo tem sofrido na nossa Região mas também, e infelizmente, pela política errática, inconstante, opaca que efetivamente, reconheça-se, conduziram a nossa transportadora aérea regional a uma instabilidade permanente ao longo dos últimos anos.

Uma situação que levanta profundos problemas em termos da sua capacidade de resposta às necessidades da Região e, desde logo, à mobilidade dos açorianos, mas também problemas em termos da sua situação financeira e sustentabilidade a médio prazo. São problemas conhecidos, levantados por todas as bancadas da oposição, que temos tido ocasião de escarpelizar em detalhe nas várias discussões que temos tido nesta Assembleia.

Não limitámos, nem limitaremos o nosso direito à crítica. Até porque em relação à forma como o Governo Regional tem conduzido os destinos da nossa companhia aérea, a crítica é necessária, é urgente e é extensiva, diga-se.

Mas pensamos que é necessário ir para lá da enumeração dos problemas e do diagnóstico das suas causas e avançar para as soluções, para **a política que efetivamente queremos para a SATA. Essa política, para o PCP, é clara e acaba por ser, em muitos dos seus aspetos, o exato inverso da política que o Governo Regional tem praticado.**

Poderíamos reduzir, em traços largos, a quatro pontos essenciais:

- **Primeiro: Precisamos de manter a SATA como uma empresa pública e regional, património inviolável dos açorianos,** recusando a velha e estafada

cassete dos que acham as privatizações são o remédio milagroso para todos os males;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A SATA é privada!

O Orador: ... defendendo o que é nosso dos olhos cobiçosos que a vêm como uma possível fonte de lucro a curto-prazo, em sacrifício dos interesses dos açorianos;

- **Segundo:** Uma empresa pública, regional e forte, que se afirme no mercado nacional e internacional, crescendo e consolidando posições, retomando e abrindo novas rotas que contribuam para a sua sustentabilidade financeira; Uma empresa que não sirva para financiar o Estado e a Região e que, ao contrário, receba atempadamente o que lhe é devido pelo serviço público que presta; Uma empresa com uma frota adequada à operação que se pretende fazer, que não sacrifique o retorno económico da operação por falta de meios para a realizar; Uma empresa competitiva, inteligente, competindo onde é possível competir, aumentando a oferta onde a procura existe, e não se limitando a desertar perante a entrada de operadores privados;

- **Terceiro:** Uma empresa pública, regional, forte e que seja construída com os seus trabalhadores e não contra ou apesar deles; onde o know-how, a experiência, mas também a dedicação e capacidades internas sejam valorizadas; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma interpelação, Sr. Deputado?

O Orador: ... onde não existam climas de medo e perseguição interna, movidos por pequenos poderes instalados; uma empresa que não desperdice talento e que dê o devido valor e as devidas condições e direitos a todos os seus profissionais;

- **Quarto:** Uma empresa pública, regional, forte, construída com os seus trabalhadores e que tenha uma gestão eficaz, transparente e independente das conveniências do Governo Regional, sem que o Governo

Regional, na representação dos acionistas, interfira e defina estratégias e objetivos para a empresa; Uma empresa onde exista um planeamento cuidado, participado, transparente, eficaz, exequível, que garanta coerência à gestão; Uma empresa que não sirva de agência de emprego político, nem para dar respostas a preocupações imediatistas do Governo, abrindo e fechando, reduzindo ou reforçando rotas ao sabor das conveniências políticas de curto-prazo;

Esta é a opinião e a proposta do PCP. E estamos convictos que não há solução para os problemas da nossa transportadora aérea, não há futuro sustentável para a SATA que não passe, no essencial, por estes pontos que enumerei.

Para terminar esta primeira intervenção dizer que para a Representação Parlamentar do PCP e sem desprimor para quem sai ou para quem entra, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem são os responsáveis!

O Orador: ... o importante para os cidadãos e para a economia regional, não é saber quem é o Presidente do Conselho de Administração da SATA, o que é importante para os cidadãos, para o povo açoriano e para a economia regional é que a SATA seja efetivamente e seja utilizada como um instrumento privilegiado do desenvolvimento social e económico da Região Autónoma dos Açores. Isso sim!

Saber quem é o Presidente do Conselho de Administração ou não, isso é somenos importância.

Voltarei ao debate daqui a pouco.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não aplaudem?

Deputado André Bradford (PS): Aplaudimos por dentro!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há só acenos de cabeça e sorrisos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate na opinião do PS pode ser encarado com duas dimensões há uma primeira (eu penso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado Artur Lima, tentaram pouco misturar as duas), mas a primeira está relacionada com as alterações ao Conselho de Administração do Grupo SATA e há duas avaliações que podem ser feitas. A primeira tem a ver com a saída do Presidente do Conselho de Administração e sobre isso nós podemos fazer uma análise factual e correta que é o Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Luís Parreirão, saiu da SATA pela sua vontade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema é esse! É que ele não está cá!

O Orador: ... porque achou que tinha um desafio pela frente para a sua vida. Isso é uma opção pessoal e essa opção pessoal é a ele que cabe, obviamente.

Portanto, fazer o julgamento de uma pessoa neste Parlamento quando esta pessoa não se pode defender, parece-me um bocadinho extemporâneo.

Para além disso, dizer que o Dr. Luís Parreirão, saiu da SATA para fugir à Comissão de Inquérito do Grupo SATA, é como alguém que anda à procura de moinhos de vento para combater em todos os sítios. Não faz sentido absolutamente nenhum porque o Dr. Luís Parreirão não fugiu para o Brasil, não fugiu para Angola ...

Deputado José San-Bento (PS): Nem para Cabo Verde!

O Orador: ... simplesmente embarcou num outro desafio.

Portanto, quaisquer que sejam as conclusões que uma Comissão de Inquérito possa retirar sobre o trabalho do Dr. Luís Parreirão ou sobre o trabalho de qualquer outro ex-membro do Conselho de Administração, elas serão tiradas e obviamente que isso nada impede o facto de cá estar.

Aliás, muito me espantou o Sr. Deputado do PPM, não ter tido o mesmo tipo de escândalo em relação à saída do Sr. ex-Presidente do Conselho de Administração, António Gomes de Menezes.

Portanto, eu percebo que a posição do Sr. Deputado de querer fazer, digamos, mais um truque, mais uma das suas declarações políticas com interpelações do Parlamento sobre esta saída.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O problema é esse! É que a dívida da SATA no tempo do Dr. António Menezes era dez vezes menos do que agora!

O Orador: Quem saiu, saiu a bem, quem saiu, saiu porque quis e não porque o Governo quisesse que saísse.

Segunda nota sobre a saída do Dr. Luís Parreirão e essa análise percebo e acho que deve ser feita neste Parlamento.

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

O Orador: Oh Sr. Deputado se quiser falar eu posso sentar-me e o senhor faz os comentários que quiser.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Incomoda!

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Francisco César.

O Orador: Eu acho que aí faz todo o sentido.

A primeira tem a ver com o seguinte: o Grupo SATA encontrava-se numa determinada posição financeira e numa determinada situação ao nível das suas operações quando o Dr. Luís Parreirão entrou.

Como é que está a SATA hoje com a saída do Dr. Luís Parreirão?

A SATA hoje encontra-se melhor ou pior do que estava? Esta é uma avaliação que nós naturalmente podemos fazer.

Factos. Primeiro: a SATA Air Açores este ano em princípio irá apresentar resultados equilibrados.

Segundo facto ...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, isto é perfeitamente impossível fazer uma intervenção!

Presidente: Srs. Deputados...

Tem toda a razão, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, eu peço que não entrem em diálogo porque caso contrário será de todo impossível o Sr. Deputado Francisco César continuar a sua intervenção, dado o nível de ruído que está na sala.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O ruído não é assim tanto! Já houve situações bem piores!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, penso que agora estão reunidas as condições.

O Orador: Eu percebo o incómodo com a verdade.

Primeiro facto: a SATA Air Açores encontra-se numa situação e equilíbrio financeiro. Até ao final deste ano presume-se que a empresa irá apresentar resultado perto de zero.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Segundo facto: o Grupo SATA melhorou todos os seus resultados, os seus indicadores de negócio, apesar da liberalização do espaço aéreo, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que isso está escrito?

O Orador: ... ou seja apesar daquilo que por exemplo disse o Sr. Deputado Jorge Macedo, a SATA conseguiu enfrentar bem o desafio da liberalização, conseguiu melhorar os seus resultados e está no bom caminho.

Terceiro facto: a reestruturação da frota está a decorrer e calcula-se que muito em breve ela ficará resolvida.

Portanto, em relação à saída do Dr. Parreirão, os factos em relação à situação da SATA são claros, a SATA está hoje melhor do que estava antes.

Segunda questão que pode ser aqui referida: a escolha do Eng.º Paulo Menezes. Primeira questão, é um independente ao contrário do que algumas Sras. e Srs. Deputados aqui dizem, é uma personalidade independente. É uma personalidade com, como foi dito por exemplo pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, com um bom currículo, com um trabalho profissional e que vem de uma empresa que lhe dá, obviamente e que fala por si em relação ao seu trabalho.

É alguém com experiência na área, é alguém que trabalhou muito próximo do Grupo SATA e é uma escolha razoavelmente consensual para além daquilo que ultrapassa o espectro dos partidos que estão sempre do contra.

Terceira questão, em relação à escolha do Eng.º Paulo Menezes para o Grupo SATA.

Essa escolha foi feita de uma forma transparente, essa escolha foi levada à Assembleia para que os partidos que tivessem dúvidas sobre a mesma pudessem colocar questões ao Eng.º Paulo Menezes.

É curioso que o PSD naturalmente colocou as dúvidas que tinha sobre a nomeação do Eng.º Paulo Menezes; é curioso que o Deputado Paulo Estêvão que é contra o processo de audições dos presidentes de administração indigitados, colocou questões ao Eng.º Paulo Menezes, muito mais curioso do que isso é o partido que vem aqui dizer que tem muitas dúvidas e que diz que o Eng.º Paulo Menezes é alguém do PS, não colocou nenhuma questão ao Dr. Paulo Menezes porque pura e simplesmente é contra o processo.

Portanto em matéria de transparência estamos conversados, há partidos políticos que apregoam muita transparência mas quando chega a altura de colocar questões remetem-se ao protesto resumindo-se a um partido de protesto sobre esta matéria.

Bom, segunda dimensão que nós podemos ter neste debate e está relacionada com conclusões sobre a Comissão de Inquérito que ainda não terminou ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Agora é que vai começar!

O Orador: ... e há partidos que eu percebo que queiram já tirar conclusões sobre a Comissão de Inquérito. Eu percebo que haja essa tentação, estamos a um ano de eleições e há partidos que necessitam desesperadamente de algum gás e algum fulgor ao seu líder partidário, há outros partidos que também têm necessidade de começar a aparecer para os seus setenta eleitores, portanto eu percebo da necessidade que isto aconteça e tentar manter esta situação em lume brando, mas parece-me um pouco extemporâneo. Eu percebo que queiram falar de ingerências, curiosamente aquilo que eu percebo e aquilo que posso retirar da conclusão de todas as declarações das Sras. e Srs. Deputados da oposição é que são todos a favor de ingerências, mas são contra as ingerências do PS ...

Deputados André Bradford (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, são a favor do reforço de voos para, por exemplo a Ilha do Corvo, são a favor de alterações de horários para o Faial ou para o Pico, ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas não se pode ingerir!

O Orador: ... são a favor do reforço de rotas da SATA, por exemplo para a Ilha Terceira ou para a Ilha de S. Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu sabia que o senhor ia entrar na 3.^a geração!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, caso não saibam isto são ingerências, interferências na gestão da SATA, significado.

Bom, só que há uma diferença os senhores acham que as vossas é que são boas e que as nossas é que são más.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, é natural que haja interferências na gestão da SATA porque a SATA é uma empresa pública cujos acionistas são os açorianos, cujo representante dos acionistas é o Governo dos Açores, mas há uma diferença é que estas ingerências têm que trazer algum proveito para a Região Autónoma dos Açores e foi isso que aconteceu no passado, quando nós solicitamos à SATA que ela fizesse rotas, nomeadamente no âmbito do setor turístico para que se pudesse trazer fluxos turísticos para os Açores quando a Região Autónoma dos Açores estava severamente assolada por causa da recessão económica que o nosso principal mercado emissor, o do continente, estava a ultrapassar por causa das medidas de austeridade do Governo de Vs. Exas., esses fluxos turísticos foram fundamentais para salvar o setor turístico da Região. Se nós sabemos as contas sobre essa matéria? 40 milhões de euros líquidos que entraram na Região por causa disso! 40 milhões de euros líquidos que trouxeram por causa disso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que fez essas contas? Explique-nos quem é que fez essas contas? Seja sério!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mais, ao nível das instruções que o Governo dos Açores deu ao Grupo SATA no sentido de melhorar o serviço inter ilhas, também há uma justificação para isso, porque não só o Governo dos Açores é o representante do acionista como também é concedente das rotas de serviço público inter ilhas.

Portanto, naturalmente tem essa obrigação de dizer a uma companhia aérea quer seja ela pública, quer seja ela privada que exige que o serviço público que serve estas ilhas, que liga todas as nossas ilhas do arquipélago seja feita da melhor forma e de uma forma que sirva os açorianos verdadeiramente, quer seja ao nível da sua mobilidade, quer seja ao nível do transporte de carga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: Portanto, sobre ingerências, minhas senhoras e meus senhores, estamos conversados, os senhores acham que as vossas é que são boas e que as nossas é que são más.

Em relação à situação do Grupo SATA eu acho que estarmos aqui a discutir os efeitos da crise no Grupo SATA, penso que qualquer açoriano perceberá em casa que a SATA, como todas as companhias aéreas do mundo, foram afetadas pelos efeitos da crise, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os efeitos do PS!

O Orador: ... sobretudo uma empresa que é uma empresa com sede na Região Autónoma dos Açores, são poucos os arquipélagos que têm companhias aéreas próprias, que fazem serviço público para a sua terra.

Mais, em relação à dívida, á famigerada dívida do Governo dos Açores ao Grupo SATA.

Vamos primeiro a factos.

Entre 2005 e 2012 ...

Deputado Luís Rendeiro (PS): Vai chegar à conclusão que a SATA tem *superavits!*

O Orador: ... foi aprovada uma dotação à SATA de cerca de 128 milhões de euros, repito, entre 2005 e 2012 foi aprovada por esta câmara uma dotação à empresa de concessão do serviço público inter ilhas de cerca de 128 milhões euros.

Em que matéria é que o Governo não conseguiu cumprir os seus compromissos?

Em cerca de 7%, deste valor, ou seja, neste período, de 128 milhões euros a Região Autónoma dos Açores pagou cerca de 119 milhões de euros à companhia aérea.

Mais, foi referido pelo Plano Estratégico da companhia aérea de que o Governo dos Açores iria pagar até ao final de 2020 a dívida que tinha ao grupo SATA.

O Plano Estratégico previa que esses pagamentos fossem feitos, não está quantificado, mas até a esta data.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa intervenção foi feita em todas as dimensões. Agora entramos na sobredimensão!

O Orador: Neste momento o Governo dos Açores deve dos 40 e tal milhões que estavam em dívida, 26 milhões de euros, tendo em conta aquilo que já venceu, os trimestres e o serviço público que foi pago, já pagou cerca de 31 milhões de euros, tendo sido abatidos muito antes daquilo que estava previsto cerca de 19 milhões de euros.

Para o ano que vem estão previstos cerca de 5 milhões de euros.

Vem o Sr. Deputado Artur Lima aqui dizer: mas por que é que as rotas da concessão inter ilhas aumentaram substancialmente o valor transferido para a SATA?

Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe perfeitamente por que é que isso aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sei não! Explique-me!

O Orador: Isso aconteceu, primeiro: porque houve a necessidade de melhorar o financiamento dessa concessão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, houve!

O Orador: ... com o objetivo de baixar tarifas.

Este novo Governo, como também os anteriores, têm um orgulho, têm o orgulho de ter sido os Governos que mais baixaram as passagens entre as nossas ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Esta última redução foi a maior de sempre mas a anterior já tinha sido.

Segundo lugar: o senhor também sabe o que é que está lá previsto em matéria de encaminhamentos.

Em terceiro lugar, essa transferência também inclui os valores que são devidos ao Grupo SATA. No próximo ano está previsto cerca de 5 milhões de euros; neste ano estava previsto cerca de 20 milhões de euros.

Portanto, o senhor fez uma pergunta que sabe perfeitamente qual é a resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sei não! E não fiz a pergunta a si, foi ao Sr. Secretário!

O Orador: Resumindo e baralhando, esta é uma discussão extemporânea. Esta é uma discussão que por um lado quer tirar proveitos políticos de uma saída que é transparente que é clara para todos os açorianos e que o Governo respondeu rapidamente com responsabilidade no sentido de a resolver e em segundo lugar é a tentativa, mais uma vez, de tentar antecipar as conclusões da Comissão de Inquérito.

Com o PS sabem com o que é que podem contar. Estaremos aqui para o debate, estaremos aqui com um debate leal com Vs. Exas. mas posso dizer-vos o seguinte: não contem connosco para antecipar debates sobre uma Comissão de Inquérito que merce e deve ser respeitada!

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que dizia aqui que não se podiam negociar tarifas mais baixas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, a Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Drs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As questões aqui levantadas, algumas divergem do âmbito da interpelação, mas às quais eu tenho todo o gosto em responder e a verdade é que continuamos a viver, por parte de alguns, uma perspetiva de quanto pior, melhor...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ouvia, Sr. Deputado Francisco César!

O Orador: ... mas este Governo tem vindo a trabalhar para que seja incrementado os níveis de mobilidade dos açorianos...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está cada vez pior!

O Orador: ... e que haja uma redução efetivo no custo dessa mesma mobilidade e este Governo orgulha-se de ter feito uma revisão das Obrigações de Serviço Público, que configuram a maior redução de sempre ao nível do custo da acessibilidade.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): À custa dos impostos dos açorianos e dos privados!

O Orador: Orgulha-se também que apenas no segundo mês das Obrigações de Serviço Público em plena efetividade tivemos o maior incremento percentual do número de passageiros transportados no inter ilhas ...

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... são mais 5 506 passageiros desembarcados por via do transporte inter ilhas na nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados, nós podemos ter os discursos que entendermos mas há uma coisa que não conseguimos contrariar, que é o usufruto que os açorianos hoje fazem do transporte aéreo inter ilhas que é incomparavelmente melhor do

que era em 2006, Sr. Deputado Artur Lima e que é incomparavelmente mais barato do que era em 2006, Sr. Deputado Artur Lima.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): É isso que os incomoda!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário, tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu parto do princípio que numa interpelação quem interpela, interpela alguém sobre alguma coisa e é isso que eu vou tentar fazer interpelando o Sr. Secretário Regional de Turismo e Transportes com duas ou três perguntas concretas sobre aquilo que eu entendo ser o objeto desta interpelação porque acho que há uma grande confusão relativamente a esse objeto.

A primeira questão que queria levantar ao Sr. Secretário Regional é a seguinte: no Plano e Orçamento para 2016 há um artigo, o artigo 26.º, que tem por título “limitação das remunerações dos gestores públicos regionais” e que reza assim, vou citar: “Os gestores públicos regionais não podem usufruir remuneração superior à estabelecida para o cargo de Presidente do Governo Regional”.

Era sempre assim, foi sempre assim nos Planos e Orçamentos anteriores até que neste para 2016 este mesmo artigo 26.º acrescenta: “salvo em situações em que as empresas operem em mercados abertos e concorrenciais”.

Vale a pena recordar que o BE votou contra este artigo e dois partidos das oposições propuseram alterações e o PS chumbou as propostas de alteração e não deu justificação por isso.

Deputado Francisco César (PS): Nem a senhora perguntou!

A Oradora: Ora, do ponto de vista do BE aquilo que é verdadeiramente interessante no articulado deste art.º 26.º é aquilo que é acrescentado, é que os gestores públicos regionais não podem usufruir remuneração superior à estabelecida para o cargo de Presidente do Governo Regional, mas a partir de agora salvo, podem sim senhor receber, em situações em que as empresas operem em mercados abertos e concorrenciais.

Sras. e Srs. Deputados, se nós olharmos para as nossas empresas regionais e para a sua natureza e características só há uma empresa que se insere nesta descrição, é a SATA. Não conheço outra! A pergunta que lhe faço, Sr. Secretário Regional é a seguinte: é legítimo concluir que o Governo Regional já conhecia a intenção do Dr. Luís Parreirão de abandonar a presidência do Conselho de Administração da SATA e que em função desta pretensão decidiu alterar a lei no sentido de o tentar cativar quem sabe com um ordenado mais chorudo.

Mas, parece que não resultou, Sr. Secretário Regional.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Deputada, isso é uma novela!

A Oradora: Não é uma novela. É o art.º 26.º do Orçamento.

Deputado André Bradford (PS): É, é! Mexicana!

A Oradora: Segunda questão: convenhamos Sr. Secretário que a saída intempestiva de Luís Parreirão coloca profundas apreensões sobre o futuro da SATA, sobretudo porque em parceria com o Governo Regional, ele foi o responsável pela elaboração de um plano de salvação desta empresa, o Plano 2015/2020.

Pergunto, Sr. Secretário, quererá este abandono do Dr. Luís Parreirão da presidência do Conselho de Administração da SATA, dizer que ele próprio não acredita no Plano que apesentou?

Quererá dizer que o Plano não era dele mas foi-lhe imposto pelo Governo Regional?

Quererá dizer que desistiu, atirou a toalha ao chão porque não tinha condições para o cumprir e fazer cumprir? É a segunda pergunta.

Terceira, Sr. Secretário Regional: todo o processo de gestão desta empresa tem tido ao longo dos anos, muitos, demasiados pontos nebulosos, decisões incoerentes e acima de tudo uma instrumentalização política que chega a este cúmulo, Sr. Secretário: “Membros do Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transporte respondem pela SATA à segunda-feira para logo não responderem na terça-feira, mas recomeçam na quarta-feira a dizer qualquer coisinha sobre o assunto.

Pergunto: afinal quem sabe onde começa o Governo Regional e acaba a administração da empresa? Afinal quem é que manda? E já agora não é uma interpelação mas é um comentário ao Sr. Deputado Francisco César sobre as ingerências e as orientações: Sr. Deputado Francisco César, ingerências e orientações são coisas completamente diferentes e portanto não pode o PS vir dizer que porque o Governo Regional é acionista e concedente do serviço da SATA pode interferir como muito bem entender no seu trabalho e nas suas orientações. Não! Aquilo que o Governo Regional pode e deve é dar as orientações macro, de política de transportes aéreos na Região ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores passam a vida a dar orientações!

A Oradora: ... o que é uma coisa diferente de uma ingerência.

Eu vou dar-lhe o exemplo de uma ingerência, aliás já o fiz aqui no último plenário: a semana passada ou há 15 dias atrás o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes teve nesta ilha a anunciar um aumento de três voos por semana para a Horta.

Onde é que está a ingerência? Não deve ser o Sr. Secretário Regional a fazê-lo, deve ser o Conselho de Administração da SATA.

Deputado Francisco César (PS): Com cedência! Ele não está como acionista!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, se um Conselho de Administração na SATA é inútil façam o favor aos açorianos e açorianas de acabar com ele porque custa dinheiro demais, para não fazer coisa nenhuma a não ser implementar aquilo que o Governo lhe manda. Para isso não é preciso um Conselho de Administração a ganhar aquilo que ganha e ainda por cima com uma exceção do artigo 26.º do Orçamento Regional para 2016.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César diz que o processo de renovação da frota está a decorrer com normalidade, afirmou aqui, que o Sr. Dr. Luís Parreirão fez o que tinha a fazer, nem sequer vou falar do Sr. Luís Parreirão aqui, vou falar é consigo, Sr. Presidente do Governo, com o Sr. Secretário e ex-administrador da SATA e portanto duplamente responsável pelos 180 milhões de dívida que a SATA tem hoje em dia, Sr. Secretário Vitor Fraga.

Deputado André Bradford (PS): Está desatualizado!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, Business Plan, o oficial, aquele que os senhores retiraram daquele que depois era o verdadeiro e que os senhores esconderam aqui, diz assim: ...

Deputado Francisco César (PS): O verdadeiro é o que a gente quer!

O Orador: ... segundo trimestre de 2015. É capaz de me ajudar, janeiro, fevereiro, março de 2015, segundo trimestre quando é que é, Sr. Deputado? Já lá vai! Ou não? Já lá vai!

Então era *phasing* da primeira aeronave da frota de longo curso. Já devia estar a voar.

Segundo trimestre de 2015: está a correr bem a renovação da frota de longo curso, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César (PS): Sim! Já está aí!

O Orador: Sr. Deputado, terceiro trimestre da frota 2015: *phasing* da segunda aeronave da frota de longo curso, ou seja, Sr. Deputado a pergunta que eu lhe faço, hoje dia 9 de dezembro, deviam cá estar ou não já os dois aviões da frota A-330 que os senhores erradamente compraram?

Deputado André Bradford (PS): Que os senhores não querem!

O Orador: Andaram à procura de estudo que dissesse que aquele era o avião ideal. Encomendaram tantos estudos até haver um que dissesse: “Este é o avião que a gente quer!”. Isso é que é o negócio que o senhor tem que explicar, por que é que optou pelo A-330 com dados errados no último estudo que os senhores fizeram?

Os senhores andaram sempre a encomendar estudos. Sempre! Sempre! Sempre! Responsabilidade daquele senhor enquanto administrador que pôs os estudos no lixo, os que mandou fazer e mandou fazer outros enquanto Secretário Regional. Sr. Secretário Regional e Sr. Presidente, neste relatório dito oficial, que também é vosso e que os senhores falaram aqui de dinheiro, quem anda a financiar o abaixamento de tarifas que os senhores andam a dizer que fizeram, os senhores não fizeram nenhum abaixamento de tarifas, ...

Deputado Francisco César (PS): Não?!

O Orador: ... os senhores aumentaram o financiamento público da SATA em quatro vezes, cada açoriano paga quatro vezes mais para ter um abaixamento de tarifas de 20%. Paga quatro vezes mais!

Deputado Francisco César (PS): Paga exatamente os mesmos!

O Orador: Paga quatro vezes mais! Passou de 9 milhões para 34 milhões! Isso tem que ser dito de forma transparente, que dá 77 euros por lugar dos 450 mil açorianos transportados por ano. 77 euros custa cada lugarinho da SATA! 77 a juntar á tarifa que cada um de nós paga, Sr. Deputado, o que quer dizer, que em média cada passagem da SATA Air Açores custa à volta de 200 euros. Em média cada passagem da SATA Air Açores custa à volta de 200 euros e isso é uma exorbitância! Isso é uma exorbitância! Não se vê em nenhuma parte do mundo, Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário Regional!

Já agora, que estava a falar de valores e que o Sr. Deputado falou de valores, a questão é a seguinte: é que no tal Business Plan que os senhores têm aqui, vou citar: “Para efeitos do Business Plan 2015/2020, na vertente de transporte aéreo inter ilhas assume-se a manutenção de todos os pressupostos operacionais, requeridos pelo contrato de concessão 2209/2014: tarifas, frequências, limite da exploração, entre outros.

Desta forma a fixação de Obrigações de Serviço Público com enquadramento diferente do que vigorou em 2009/2014, implicará a revisão do presente Business Plan”.

Oh, Sr. Secretário em que é que ficamos? Em que é que ficamos?

Deputado Francisco César (PS): O senhor não esteve na audição, por isso tem dúvidas!

O Orador: Em que é que ficamos, Sr. Secretário Regional? Aqui, perante este Parlamento e estes Deputados eleitos, porque agora está na moda governar quem não foi eleito e quem não ganhou eleições ...

Deputado Francisco César (PS): Foi eleito, foi!

O Orador: ... mas aqui a este Deputados eleitos o senhor responda e não é em Comissões de faz de conta, responda às perguntas que eu lhe fiz.

Deputado Francisco César (PS): Foram eleitos! Essa foi a grande diferença!

O Orador: É ou não é verdade que cada lugar custa à volta de 77 euros? É ou não é verdade que cada tarifa média na SATA custa à volta de quase 200 euros? É ou não é verdade que cada açoriano paga mais, quatro vezes mais do que pagava em 2006? Passou de 9 milhões para 34 milhões? É ou não é verdade, Sr. Secretário? Responda a essas perguntas, o Sr. Secretário ou o Sr. Presidente do Governo, o primeiro responsável por toda essa situação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 18 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 52 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, falou há pouco de normalidade nas entradas e saídas dos administradores do Grupo SATA.

Deputado Francisco César (PS): Vai repetir o programa!

O Orador: Eu gostaria de questionar-lhe acerca do número de administradores que nos últimos quatro anos entraram e saíram na administração da SATA.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): As suas contas estão erradas! Um deles não era administrador!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O próximo administrador será o Sr. Deputado Francisco César!

Deputado Francisco César (PS): Não será não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu volto à questão que coloquei naquela tribuna e a questão é muito simples: é ou não correto que um presidente de uma empresa pública se demita quando está a decorrer uma Comissão de Inquérito?

Deputado Francisco César (PS): Não é problema nosso!

O Orador: É ou não correto? Tem o Governo Regional nesta matéria responsabilidades para além dos que tem o próprio.

Esta é a questão fundamental.

Para todos os observadores nos Açores, para a opinião pública e para o senso comum, é uma situação que não é comum!

Deputado Francisco César (PS): Telefone ao senhor!

O Orador: É uma situação que causa desconfiança! É uma situação que obviamente abre vários cenários políticos!

Portanto, o Governo e o Dr. Luís Parreirão colocaram-se a jeito porque isto não se faz.

Eu tive o cuidado de ir ver o que é que acontece no resto da Europa, na Finlândia, na Holanda. O que é que acontece no resto da Europa?

Deputado André Bradford (PS): O que é que acontece? Diga lá o que é que acontece!

O Orador: Basta fazerem a pesquisa deste tipo de questões e poderão verificar que pura e simplesmente estas não são situações aceitáveis.

O que é que faria o Primeiro Ministro nesta situação? Recusa! Recusa e diz-lhe o seguinte: “Oh Sr. Dr. Luís Parreirão, está a decorrer uma Comissão de Inquérito, o senhor deve respeitar as instituições democráticas, as instituições açorianas e o senhor não brinca com a honorabilidade das instituições parlamentares dos Açores, com as nossas instituições democráticas!”. Isto é o que lhe dizem em modelos democráticos avançados. Mas não! Aqui nos Açores o PS vive algures, com exemplos da América do Sul. Na Venezuela provavelmente é o modelo que os senhores seguem.

Deputado Francisco César (PS): Na Venezuela a oposição ganhou, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso o grau de exigência que eu estou a colocar-vos é de sistemas políticos evoluídos, portanto nestes sistemas políticos evoluídos isto não acontece e eu acho que o Sr. Presidente do Governo Regional deveria ter dito ao senhor em causa: “Não é por doença, então o senhor fica aqui, o senhor tem a responsabilidade, tem o dever cívico de cumprir a sua obrigação e de permanecer nas suas funções até ser responsabilizado!”.

Eu acho que isto é o mínimo, mas é o mínimo dentro da Europa, é o mínimo da decência.

O que acontece é que, agora vejam bem, o Sr. Deputado Francisco César (eu lembro-me muito bem do nome dele) veio aqui dizer: “ Mas por que é que os senhores não falaram com o Dr. Luís Parreirão? Ele não está aqui para se defender! Eu diria mais: ele não está aqui para ser responsabilizado. Portanto, como ele não está aqui – diz ele – não se fala!

Deputado Francisco César (PS): Não foi eleito!

O Orador: Não está aqui não se fala!”.

Aliás, se nós só falássemos nos que estão aqui que são os Deputados então o nosso sistema democrático era muito pobrezinho.

Neste sentido, é evidente que ele não está aqui. Não! Não! Ele está e tem que ser responsabilizado pelas suas funções.

Diz o senhor: “Ele não foi para Angola, não foi para o Brasil!”. Foi para a Mota Engil e ir para a Mota Engil é ir para Angola e para o Brasil, em grande parte dos seus negócios.

Agora, o Sr. Secretário em seu socorro dizia: “Não! Não! Este senhor que saiu antes do final de uma Comissão de Inquérito, este senhor que sai antes da avaliação que vai ser feita no final deste ano do Plano de Negócios comparando o que estava previsto no Plano de Negócios com aquilo que está a ser executado, algo que se provou no âmbito da Comissão de Inquérito que não está a ser feito, ...

Deputado Francisco César (PS): Afinal, está ou não está!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está não!

O Orador: ... o que se demonstrou perfeitamente que não está a ser feito, o Sr. secretário veio aqui com outra opinião e vem em auxílio ...

Deputado Francisco César (PS): Auxílio?!

O Orador: De si!

..., e veio dizer: “Não. Não só não foi uma irresponsabilidade, não só não foi uma falha ética não ter estado aqui até ao final da Comissão de Inquérito, como nós ainda temos que agradecer-lhe!”. Foi o que o Governo disse.

“Nós, para quem sai nesta situação, para quem sai por motivos especificamente pessoais, com vantagens pessoais na sua carreira, para quem sai nestas circunstâncias de uma empresa pública, nós só temos uma resposta: agradecer. Muito obrigado Dr. Luís Parreirão! Nós agradecemos muito o senhor sair nestas

condições! Nós agradecemos, ficamos muito agradecidos!”. Já só falta ajoelhar para este tipo de comportamentos.

Eu acho que aqui existe uma responsabilidade óbvia do próprio e uma responsabilidade óbvia do Governo Regional, nesta matéria, na pessoa do seu Presidente Regional. O Sr. Presidente está cá para isso, está cá para dar a cara e está cá para assumir as responsabilidades e eu tenho que lhe dizer isso, aliás nesta matéria, ao contrário da tese oficial do Governo, em que se está a tentar passar isto por ciclos, agora a nova tese são os ciclos políticos: o ciclo político do Dr. Mota Amaral, do Dr. Carlos César e depois chega o ciclo político do Dr. Vasco Cordeiro.

O Dr. Vasco Cordeiro antes de 2012 não esteve no Governo Regional dos Açores, mas eu estive a consultar as atas e as sessões deste Parlamento e o senhor consta aqui no Governo desde 2004, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Fui escolhido!

O Orador: Esta é a notícia que eu tenho que transmitir a todos os açorianos. O senhor tem responsabilidades óbvias porque o senhor está no Governo há muitos anos e mais do que isso, tutelando diretamente esta área. Portanto as suas responsabilidades pessoais são óbvias nesta matéria.

A segunda questão e o Sr. Deputado Vitor Fraga dizia que eu tinha entrado aqui em contradição, não ouviu bem o meu discurso.

O que eu disse foi que os senhores foram confrontados com um pedido de demissão, interesse do próprio e perante estas circunstâncias os senhores aproveitaram, só que o plano correu mal.

Deputado Francisco César (*PS*): Qual foi o plano que correu mal?

O Orador: O plano de se anteciparem às conclusões da Comissão de Inquérito.

O plano de se anteciparem às conclusões da Comissão de Inquérito!

Portanto o que acontece é que o plano correu mal e correu mal porque o novo Administrador, o Eng.º Paulo Menezes, chegou à Comissão, à audição e quando

lhe perguntaram, fui eu que lhe perguntei: “Então não acha que as instruções do Governo (vou chamar-lhe assim, instruções porque são mesmo assim) devem constar nas atas dos Conselhos de Administração e que deve constar os obstáculos que os senhores lhes colocam, quando lhes dizem: faça esta rota! Os senhores devem responder: Não, esta rota não, porque esta rota vai causar-me no final do ano um prejuízo de 2, 3 milhões de euros!”.

Eu acho que isto é o normal em qualquer empresa. Mas não! Não só não está a instrução do Governo, como também não está a resposta da empresa. Não está nada! Nada!

Quando se pergunta: Bom, mas diga-me uma coisa...” e eu perguntei, por exemplo ao Dr. Luís Parreirão: “Onde é que está o documento? Ah foi-me dito!”. Perguntei-lhe: “Onde? No café?” Onde é que lhe são dadas essas instruções? Onde é que lhes são transmitidas instruções por parte do Governo? Como é que elas são analisadas? Como é que elas são respondidas? Quais as consequências das decisões que lhes são transmitidas? Aplica e pronto, mesmo que seja ruinoso!

A resposta que nós podemos ter, analisando toda a documentação, a resposta é que aplicam e pronto!

O Sr. Eng.º Paulo Menezes o que veio dizer na Comissão é que nesse aspeto nada vai mudar.

Quando lhe perguntei: “Tem linhas vermelhas em relação à intrusão por parte do Governo Regional?”.

Ele disse: “Não! O Governo é que manda nisto tudo!”.

Quando lhe perguntei: “Mas não acha que devem estar nas atas, que devem figurar nas atas este tipo de recomendações por parte do Governo e a vossa resposta?”

Ele disse: “Não. Não faz sentido nenhum estar nas atas do Conselho de Administração!”. Decisões que vão custar milhões de euros no erário público!

Eu percebo que não devem estar nas atas, é mais difícil de responsabilizar. Um telefonema é mais difícil de verificar, pode ter existido e pode não ter existido, a menos que esteja sobre escuta, claro.

Mas o que eu considero é que isto não é uma forma decente de gerir uma empresa e é por isso que nós chegamos e esta empresa tem o quê? 180 milhões de dívida e os senhores o que fizeram ao longo deste tempo todo foi dar à SATA uma série de funções estratégicas porque os senhores defendiam o monopólio e ao mesmo tempo também defendiam outra coisa: os senhores defendiam o crescimento do setor turístico e as duas coisas são incompatíveis!

Os senhores agora dizem assim: “Nós agora temos resultados!”.

Cada vez que os senhores veem os resultados o que eu observo é o dinheiro que nós perdemos ao longo dos anos pelas decisões do Sr. Presidente do Governo Regional, quando lá estive, pelas decisões do Sr. Secretário Vitor Fraga quando teve as funções de assessoria ...

Deputado Francisco César (PS): Assessoria?!

O Orador: ... e pelas vossas próprias responsabilidades do Sr. Deputado Francisco César que aqui defendeu a manutenção do monopólio, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Eu também!...

O Orador: ... do senhor ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César que aqui defendeu o monopólio.

Portanto, o que os senhores propuseram à empresa foi uma tarefa impossível que era promover o turismo, expandir o turismo, o setor turístico e ao mesmo tempo manter a viabilidade económica. Não é possível!

Portanto os senhores tiveram quase a repetir aquela velha história da “galinha dos ovos de ouro”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem lembrado!

O Orador: Os senhores tiveram quase a matar a “galinha dos ovos de ouro”. Estiveram à beira de fazê-lo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ainda vão chegar lá!

O Orador: Eu acho que os senhores continuarem muito tempo no Governo vão acabar mesmo por matar a “galinha dos ovos de ouro”. Vão acabar por matar a SATA porque da parte da administração e da parte do Sr. Eng.º Paulo Menezes já sabemos que está lá para cumprir ordens do Governo. Já sabemos que daí ele não passa.

Portanto, nesse sentido é óbvio que se os senhores continuarem muitos mais meses, e eu acho que não vão continuar, eu acho que os senhores vão sair em outubro, se os senhores continuarem a governar esta Região, os senhores vão acabar por afundar a SATA e é por isso que esta questão só tem uma resolução, e é política, é a vossa saída do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. e Membros do Governo:

Depois de uma intervenção inicial onde a Representação Parlamentar afirmou ainda que de forma sucinta aquilo que é a sua posição sobre o Grupo SATA e a sua importância para o desenvolvimento regional, passaria agora nesta segunda intervenção a colocar algumas questões visto que se trata aqui de uma interpelação ao Governo.

Como todos sabemos o administrador para a área comercial do Grupo SATA acumula as funções de Presidente da Associação de Turismo dos Açores, da ATA.

Ora bem, num contexto de mercado aberto esta é uma situação, a nosso ver de verdadeira incompatibilidade, ou seja, ou se vende para o Grupo SATA e se promove esta empresa ou se vende e promove a concorrência.

Está ou não o Governo Regional disponível para corrigir esta situação?

Por outro lado é um facto que no Grupo SATA está instalado um clima de medo e de intimidação promovido pelo Conselho de Administração e pelos pequenos intermédios que promovem uma cultura persecutória aos trabalhadores do Grupo SATA.

Os trabalhadores da SATA, com algumas exceções e as exceções normalmente são as vítimas, têm receio de reportar e dar opinião sobre os diferentes setores de atividade, pois ao invés de serem ouvidos são ostracizados e nalguns casos alvo de intimidação com processos de averiguação que podem redundar, ou não, em procedimentos disciplinares.

Que orientações vai dar o Governo Regional, ao novo Presidente do Conselho de Administração da SATA, para que a cultura da empresa seja de respeito e cooperação e sobretudo para que haja condições para que a informação dentro da empresa circule e seja tomada em devida conta?

É um facto que a SATA necessita de adequar a frota para a operação de ligação a Lisboa a partir do Faial e do Pico.

Está o Governo Regional disposto a dar orientações para que se procurem as respostas para ultrapassar as dificuldades dos condicionalismos operacionais dos aeroportos do Faial e do Pico, para diminuir os custos de operação, para melhorar a oferta, diminuir o custo da passagem para valores inferiores a 134€ e tornar a operação rentável ao longo de todo o ano? Está ou não, Sr. Secretário?

Isto que acabei de dizer é possível e quando for necessário estarei disponível para demonstrá-lo.

A estratégia de redução da operação da SATA Internacional contribuiu para o descalabro financeiro do Grupo SATA. Essa constatação decorre de auditorias externas que afirmam que o desequilíbrio profissional da SATA Internacional, designadamente em 2013, ao contrário do verificado até aí, se ficou a dever ao facto de que o valor libertado pelas rotas que historicamente geram valor, não foi suficiente para compensar as rotas com margens historicamente negativas.

Vai ou não o Governo Regional dar orientações ao Conselho de Administração da SATA para inverter esta situação?

O Plano estratégico 15/20 é por um lado redutor ao limitar o Core Business do Grupo e por outro exequível face à sua calendarização, aliás já o verificámos, é uma constatação, pois as datas previstas para o *phasing, fhasing out* da substituição da frota não foram cumpridas e a ligação Açores/Cabo Verde/Açores, está em “banho-maria”.

Vai o Governo Regional dos Açores dar orientações ao Conselho de Administração para que o Plano de Negócios 15/20 seja reformulado?

A SATA não se preparou para o novo paradigma de transportes aéreos que foi introduzido na Região. Não.

Deputado Francisco César (PS): Não?!

O Orador: A SATA foi incapaz de se preparar para responder ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Não estou a dizer que não.

... ao previsível aumento da procura. Dias hoje, no verão IATA, em que os voos programados pela SATA Internacional, mais de 45% desses voos foram realizados com recursos a ACMIS.

Antes da introdução destas alterações, no modelo de transportes aéreos a SATA tinha entretanto reduzido a sua frota de 8 para 6 aeronaves...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... menos um 310 e menos um 320.

Vou já terminar Sra. Presidente.

E também todos demos conta que os residentes sentiram muitas dificuldades em encontrar lugares disponíveis para viajar dentro da Região e se não é aconselhável a competição pela tarifa praticada com as *low cost*, não deixa de

ser incompreensível a diminuição da oferta da SATA Internacional para a ilha onde há mais mercado, ou seja S. Miguel.

Que orientações vai dar o Governo Regional (se vai ou não vai) para que as respostas se adequem a esta nova realidade?

Estas são algumas das questões, muitas outras haverá que eu gostaria de ouvir as respostas por parte do Governo Regional, designadamente do Sr. Secretário Regional da tutela.

Muito obrigado, Sra. Presidente e obrigada pela tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado está, parece-me, um pouco desorientado ou pelo menos ansioso, parece uma espécie de Marie Antoinette açoriana que continua com a cabeça a andar à volta, à volta, à volta mesmo depois de ter caído numa guilhotina.

Vamos ver se a gente se entende.

O Dr. Luís Parreirão sai do Conselho de Administração da SATA. Por que é que não poderia sair? Eu achava que o argumento que poderia ser mais importante seria o facto de estar em conclusão ou a decorrer um plano de negócio. Mas não! Para o Sr. Deputado o grande problema é o facto de estar a decorrer uma Comissão de Inquérito porque ele assim não poderá ser responsabilizado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Outra vez a Comissão de Inquérito?

O Orador: Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que na Comissão de Inquérito ao Grupo SATA as diligências já terminaram. Não sabe? Sabe. As diligências terminaram, portanto não temos a necessidade de ouvir o

Dr. Luís Parreirão mas mesmo que tivéssemos, tal como aconteceu com o ex-Presidente do Conselho de Administração da SATA, António Gomes de Menezes, a Comissão de Inquérito teria o poder de chamá-lo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Portanto, o facto de ele estar ou não estar na presidência do Conselho de Administração faria alguma diferença? Absolutamente nenhuma! Absolutamente nenhuma!

Portanto o motivo da sua indignação, do seu espetáculo sobre este assunto ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espetáculo?

O Orador: Sim, o espetáculo sobre este assunto não se coloca, é espetáculo político. É espetáculo político!

O Orador: Segunda tentativa da sua parte: vamos tentar ligar isso ao Sr. Presidente do Governo Regional e ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, pela sua responsabilidade em todas essas matérias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eles também não têm nada a ver com isso!

O Orador: Bom, parece-me que para além de ter sido uma tentativa claramente frustrada o Sr. Deputado não argumentou bem, em primeiro lugar porque o senhor não descobriu pólvora nenhuma. Diz o Sr. Deputado: “porque os governantes deram instruções à SATA para fazer um conjunto de rotas para servir os Açores!”.

Oh Sr. Deputado, qual é a novidade disto, toda a comunicação social sabe disto. Deram! Deram! Deram instruções para que existissem rotas que servissem os Açores para a Europa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não serviram!

O Orador: ... para que o nosso setor turístico aguentasse a crise, mas o senhor esquece-se sempre da segunda parte (aliás esquece-se da primeira porque dá jeito, da segunda, ainda mais) que é o facto do Presidente do Governo dos

Açores, então Secretário, já ter referido que deu uma segunda instrução à SATA condicionada à primeira. Só era possível criar rotas que servissem os Açores, as rotas da Europa, se houvesse outras que pudessem alimentar financeiramente os prejuízos que daí pudessem advir das outras rotas para a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais foram?

O Orador: É verdade, a primeira e a segunda premissa.

Veja lá o ridículo da sua intervenção nesta matéria quando o Sr. Deputado vem acusar o Sr. Secretário do Turismo e Transportes das suas responsabilidades enquanto assessor da SATA.

Primeiro, o Sr. Secretário do Turismo e Transportes não foi assessor da SATA e em segundo lugar foi membro do Conselho de Administração da SATA 6 meses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Imagine se tivesse ficado lá mais tempo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem teve tempo de conhecer a empresa!

O Orador: Sr. Deputado, vamos a ver se nos esclarecemos sobre essa matéria, eu percebo da sua tentativa quase folclórica no sentido de tentar trazer o Governo Regional para este assunto. Não faz sentido, não lhe está a correr bem! Terceira questão fundamental que o senhor veio aqui referir em relação à audição do Sr. Eng.º Paulo Menezes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem esteve presente levante o dedo!

O Orador: O Sr. Deputado tem muito a mania para dourar a pílula, para isto ficar muito mais interessante para a comunicação social, de dizer um conjunto de coisas que as pessoas não disseram.

Temos por acaso aqui alguns jornalistas que estiveram presentes na audição do Eng.º Paulo Menezes.

O Eng.º Paulo Menezes nunca disse, que fique claro aqui para toda a gente que as orientações que são dadas nada é para pôr nas atas, tudo o que são decisões que custam milhões para a SATA, não é para pôr nas atas do Conselho de Administração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, disse, disse!

O Orador: Não disse, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse!

O Orador: Não disse! Não disse! Não disse!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Disse sim senhor! Disse que não tinham constado das atas!

O Orador: O senhor sabe disso perfeitamente e há comunicação social aqui que pode dizer o contrário.

O que foi dito aqui, o que foi dito na Comissão de Economia pelo Eng.º Paulo Menezes é que ele não entendia as orientações do Governo dos Açores como ingerências, mas sim como orientações naturais que advêm do facto do Governo ser representante do acionista e portanto ser quem dá orientações da SATA; segundo lugar ser concedente das rotas de serviço inter ilhas. Foi isso que foi dito.

Portanto, o Sr. Deputado vem fazer o folclore que quiser, vem querer pôr na boca de alguém coisas que essa pessoa não disse. Agora, por favor não inquene o debate, não traga para o debate matérias que parecem factos mas não o são.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui não há qualquer dúvida. Há transparência! Há responsabilidade na decisão!

O Dr. Luís Parreirão saiu da SATA porque quis. O Governo o que é que fez? Fez aquilo que teria que fazer. Não se impedem as pessoas de sair. Não se amarram as pessoas. A pessoa acha por bem sair, o Governo Regional faz

aquilo que deve, substitui o responsável que saiu do Conselho de Administração por alguém com qualidade e com méritos reconhecidos.

Foi isso que aconteceu e pode ter a certeza que é isto que vai continuar a acontecer enquanto cá estivermos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César como não tem razão, está a tentar entrar no caminho do insulto, ...

Deputado André Bradford (PS): Qual insulto?

Deputado Francisco César (PS): Insulto?!

O Orador: ... aliás sem ter sido nunca interpelado por parte da Mesa: falar em mania, falar em argumentos folclóricos, falar em espetáculo, ...

Deputado Francisco César (PS): Político!

O Orador: ... ou seja, os argumentos que o Sr. Deputado está a apresentar, devo dizer-lhe que o colocam ao nível da argumentação do Neandertal. Se o senhor quer baixar a esse nível nós vamos para aí, Sr. Deputado. Se o senhor quiser discutir a outro nível, que é ao nível da política então vamos manter-nos nesse registo, Sr. Deputado porque eu já demonstrei que se vamos por esse caminho, vamos mal.

Eu devo dizer o seguinte: o argumento fundamental aqui é o seguinte: eu considero, toda a gente considera, é algo normal em todos os sistemas políticos que um Presidente de uma empresa pública não sai antes de finalizar uma

Comissão de Inquérito e diz o senhor: “Já todos os atos estão finalizados! O senhor já foi ouvido!”.

Mas o senhor ouviu, da parte do PPM, algum pedido que seja ouvido? Por mim estou esclarecido. Aqui o que estamos a discutir é a questão da responsabilidade! Da responsabilidade, Sr. Deputado!

Isto é a mesma coisa que o Sr. Presidente do Governo Regional para fugir às suas responsabilidades se demitisse numa determinada circunstância, portanto é uma questão de responsabilidade, não é uma questão de audição. É uma questão de estar lá no local certo, no local onde está a desempenhar as suas funções por mais umas semanas para ser devidamente responsabilizado. É a questão da responsabilidade, mas os senhores não percebem isso porque ao longo destes anos os senhores confundiram a administração pública regional com as empresas públicas regionais e portanto para os senhores isto é tudo a mesma coisa.

Nesse sentido é óbvio, da nossa parte, que o senhor não compreende porque o senhor está noutra hemisfério, que é o hemisfério em que os senhores acham que não têm que explicar nada, em que não há ética possível para se impor a um gestor público que deve estar nas suas funções até que termine uma Comissão de Inquérito e que não deve sair porque lhe acenam a dizer assim: “Está aqui Sr. Luís Parreirão! Tem aqui à vossa espera um salário melhor e o senhor é tão preocupado, teve um sentido de missão tão grande com a SATA ...”.

Quando lhe dizem: “Nós vamos pagar-lhe mais!”.

“Então eu vou-me embora antes da Comissão de Inquérito terminar e antes da reestruturação da empresa, da avaliação ser feita no final de este ano!”.

O senhor diz: “É tudo normal aqui no Governo dos Açores. Nós, da nossa parte achamos isso normalíssimo, mais do que isso nós agradecemos-lhe esse serviço e nós agradecemos que ele tenha da perceção do serviço público uma natureza mercenária!”.

Portanto Sr. Deputado, eu digo-lhe isto frontalmente. É algo absolutamente condenável e é evidente que o Governo Regional na medida em que aceitou esta demissão nestas condições, é evidente que deve ser devidamente responsabilizado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra nesta interpelação ao Governo e gostaria de começar por uma referência que não tem nada a ver com a interpelação mas que julgo que vem a despropósito.

É importante em política, julgo eu, não confundir três coisas: a primeira é o combate político no plano de adversários políticos; a segunda é eventuais ódios pessoais e a terceira é a má educação.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

O Orador: Quando se confundem as três, o resultado não é bonito para ninguém.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: Indo agora á interpelação.

Eu gostava de dizer que esta interpelação promovida pelo PPM padece de três defeitos; padece de um erro grosseiro; padece uma flagrante confusão e padece de uma finalidade inconfessável.

Começando em primeiro lugar pelo erro grosseiro, que aliás devo dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, inteligentemente como é seu timbre, tentou esconder. O erro grosseiro qual é? São vários, aliás.

Primeiro: o Governo não demitiu o Dr. Luís Parreirão.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Governo não deu a entender ao Dr. Luís Parreirão, direta ou indiretamente, de forma tácita, velada ou expressa, que gostaria que o Dr. Luís Parreirão se demitisse.

O Dr. Luís Parreirão solicitou a dispensa das suas funções e o Governo aceitou naturalmente a dispensa dessas funções, tendo em conta também o motivo que ele havia invocado que era o de ter recebido um convite profissional numa empresa privada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aí é que está!

O Orador: Não, não está aí! Não está aí porque esse é o segundo erro!

Toda a argumentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, a propósito desta interpelação, radica no facto do Presidente do Conselho de Administração da SATA se ter demitido quando havia uma Comissão de Inquérito sobre ele, aliás disse expressamente que a sua gestão estava a ser alvo de uma Comissão de Inquérito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Plano de Negócios!

O Orador: Ora, isso não é verdade!

Mas o problema não é não ser verdade, o problema quanto a mim é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe que não é verdade mas não se inibe de aqui nesta câmara e perante as açorianas e açorianos tentar dar a ideia de que o Dr. Luís Parreirão estava a ser alvo de uma Comissão de Inquérito. Não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

Deputado José Ávila (PS): Disse, disse!

O Orador: Não. O senhor disse isso que eu acabei de citar: “a gestão dele está a ser alvo de uma Comissão de Inquérito!”. Disse dali daquela tribuna.

Para que as açorianas e açorianos e alguma ...

(Aparte inaudível do deputado Paulo Estêvão).

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, far-me-á a delicadeza, peço-lhe, de me ouvir pelo menos com tanta atenção quanto aquela que eu o ouvi.

Para relembrar alguma Sra. ou Sr. Deputado e às açorianas e açorianos que nos ouvem, qual é o objeto da Comissão de Inquérito que está a funcionar ainda nesta Casa eu gostaria de ler o ponto primeiro da Proposta de Resolução que deu entrada nesta Assembleia e que esteve na base da constituição dessa Comissão de Inquérito e cito: “Que seja constituída uma Comissão de Inquérito, destinada a averiguar as razões que conduziram o Grupo SATA à situação que vive atualmente, tendo em conta a importância que o mesmo representa na aproximação entre as nove ilhas da Região e na ligação desta com o exterior, em particular com o continente português, bem como com as comunidades açorianas da diáspora.

Pretende-se também avaliar as consequências que poderão decorrer para a Região Autónoma dos Açores, acionista único do Grupo”.

E tem um ponto 2.º, que se as Sras. e os Srs. Deputados tiverem paciência eu também gostava de ler: “Esta Comissão tem como objetivo avaliar e analisar para o período que decorre entre 2009 e ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2014!

O Orador: ... 2014 (muito obrigado Sr. Deputado), bem como perspectivas futuras dois pontos (continuando a citar): a verdadeira situação do Grupo SATA nos domínios económico e financeiro, que deverão ser identificados nomeadamente os efeitos que decorrem do relacionamento financeiro ao longo do período em questão que existiu entre o Grupo, por um lado e os Governos Regional e da República, por outro; as rotas que foram definidas ao longo do período em causa com ênfase nos pressupostos que conduziram à sua escolha por parte do Grupo, sem esquecer obviamente o grau de envolvimento do seu acionista único nas opções tomadas; deverão ser analisados com profundidade os elementos associados às diversas rotas adotadas, em particular o número de

passageiros a cada uma associada, assim como as margens e os resultados obtidos; as decisões relativas à constituição de bases para a operação do Grupo com avaliação dos resultados provenientes do seu efetivo funcionamento; a política de investimentos seguida com especial incidência na aquisição de aeronaves, mas também de outros relacionados ou não com o domínio operacional; os contratos de promoção turística em que se verificou o envolvimento do Grupo, avaliando designadamente os fundamentos que conduziram a essas opções; a existência de financiamento ou rotas designadamente por parte do Governo Regional avaliando a sua consistência e as razões do seu fundamento; a participação em outras entidades, quer nas opções que estiveram na base das decisões, quer nos benefícios obtidos e dos mesmos daí decorrentes; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada disso tem a ver com o seu tempo!

O Orador: ... a evolução dos recursos humanos do Grupo com avaliação detalhada da sua adequação à atividade do Grupo designadamente na sua componente operacional, devendo ser também avaliada a situação atual e as perspetivas existentes para os próximos anos; as Obrigações de Serviço Público e os efeitos das mesmas decorrentes para a atividade passada do Grupo e as expetativas que existem para os próximos anos; a estrutura tarifária adotada tanto para as ligações entre a Região e o exterior, como para a operação relativa à ligação entre as diversas ilhas; as perspetivas e soluções futuras para o transporte de cargas e correio. Termina o ponto dois e terminam os dois pontos que delimitam o objeto da Comissão, uma vez que a partir daí tem a ver com normas da sua constituição, número de Deputados.

Em nenhum ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD):Veja lá o que vai dizer!

O Orador: ... em nenhum dos pontos que citei fala-se de Plano de Negócios, se fala de Presidência do Conselho de Administração, gestão do Dr. Luís Parreirão. Em nenhuma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O futuro não tem a ver com o Plano de Negócios!

O Orador: Em nenhum dos pontos que eu citei, Sr. Deputado João Bruto da Costa se fala de Plano de Negócios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Perspetivas futuras, foi o que o senhor disse!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então o que é que andámos a fazer este tempo todo na Comissão de Inquérito? Não foi o Plano de Negócios? Entendam-se!

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Portanto o que nós temos a funcionar nesta Assembleia é uma Comissão de Inquérito que tem estes objetivos, onde aliás muitas das questões que foram legitimamente, naturalmente colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados, devem ser respondidas.

Portanto, só falta dizer duas coisas em relação a esta Comissão de Inquérito.

A primeira é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão é um dos subscritores dessa Comissão de Inquérito, portanto tinha a obrigação de conhecer bem o seu objeto.

A segunda é que o Governo não responderá a nada, do objeto desta Comissão de Inquérito, enquanto os trabalhos da Comissão de Inquérito não estiverem concluídos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo não responderá a nada, aqui, enquanto os trabalhos da Comissão de Inquérito não estiverem concluídos.

Irá à Comissão de Inquérito as vezes que forem precisas, responderá a tudo e mais alguma coisa na Comissão de Inquérito. Aqui, enquanto os trabalhos da Comissão de Inquérito não estiverem concluídos o Governo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se fala de SATA!

O Orador: ... não fala, o Governo não fala do objeto da Comissão de Inquérito. Se outros motivos não existissem seria pelo menos uma questão de respeito a esta Casa e às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Segunda questão e que está relacionada com esta, que é a flagrante contradição.

O Sr. Deputado daquela tribuna diz que o Governo quer antecipar o tempo político relativo à Comissão de Inquérito.

O Governo pelas razões de saída do Dr. Luís Parreirão, por todos os factos que estão envolvidos neste processo, pela disponibilidade que já pôs em prática quanto a responder às questões que surgem na Comissão de Inquérito, o Governo não quer antecipar nada. O Governo está aqui para responder perante as Sras. e os Srs. Deputados quando há uma Comissão de Inquérito, é nesse âmbito em primeiro lugar, e depois dessa Comissão de Inquérito estar concluída, face aos seus resultados aquilo que as Sras. e os Srs. Deputados ...

Mas quem quer antecipar os resultados da Comissão de Inquérito é V. Exa. Sr. Deputado, basta ver as suas intervenções neste debate.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não conte com este Governo para esse efeito, por respeito a esta câmara e às Sras. e aos Srs. Deputados.

Mas há uma contradição também da parte de outros Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Zuraida Soares, V. Exa. indigna-se com o facto do Governo dizer que há mais três voos para a Horta e considera que isso é no fundo uma grande confusão entre funções do Governo, ou é Governo, ou é acionista.

Bom, mas desde quando é que lhe surge esta confusão? Porque já nesta legislatura V. Exa. apresentou um requerimento que pergunta ao Governo quantos voos ACMI foram contratados e por que companhias?

Deputada Zuraida Soares (BE): Posso perguntar a outra entidade, Sr. Presidente?

O Orador: Pela SATA Internacional desde o início de 2014 por motivo de avaria dos seus equipamentos e qual o valor total desses contratos? Quantos voos ACMI foram contratados e a que companhias pela SATA Internacional desde o início de 2014 por falta de tripulantes e qual o valor desses contratos? Está prevista alguma renovação da frota da SATA Internacional?

Em que é que ficamos Sra. Deputada?

Então se V. Exa. faz um requerimento desses a perguntar este tipo de dados ao Governo, acha que o Governo ou na sua vertente de concedente, de contratante de um contrato de Obrigações de Serviço Público ou na sua vertente de representante dos acionistas da SATA que é o povo dos Açores, acha que não tem o direito de dizer: “Nós recebemos queixas em relação a ligações para esta ilha e nós dissemos que é preciso corrigir o assunto!”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ou o Governo serve só é para apanhar pancada quando não corre bem?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Por último esta interpelação tem uma finalidade inconfessável: faz aquilo de que acusa o Governo, que é instrumentalizar a SATA e fazer dela uma arma de arremesso político em relação ao Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ingerir-se!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, devo dizer-lhe o seguinte: o Governo tem em relação a esta matéria a sua consciência perfeitamente tranquila e eu, quer no ciclo político anterior, quer neste novo ciclo político que os açorianos inauguraram em 2012, tenho também a minha consciência perfeitamente tranquila, com as virtudes e com os defeitos que tenho, com aquilo que decidi bem e com aquilo que por incapacidade minha ou por qualquer outro motivo podia ter decidido melhor e é assim que eu me apresento às açorianas e aos açorianos, não como um super homem, nem como com varinhas mágicas porque agora é que resolve tudo. É assim! Assim mesmo, com os meus defeitos e com as minhas virtudes!

Vejo que essa postura diverte as Sras. e os Srs. Deputados do PSD.

Há duas questões Sra. Deputada Zuraida Soares que V. Exa. colocou e que me parece essencial serem esclarecidas nesse debate, a bem da verdade.

A primeira é se o Dr. Luís Parreirão tentou negociar a sua saída da SATA em troco de um salário mais elevado? Não! Não tentou negociar a sua saída da SATA a troco de um salário mais elevado.

O Dr. Luís Parreirão comunicou o convite que recebeu, disse que entendia que devia aceitar aquele convite, nunca colocou qualquer questão, nem em relação se me derem um salário mais elevado eu fico; se me derem outras condições eu fico... Não! Isso não aconteceu e portanto fica aqui reposta também esta situação.

A segunda questão é se ele saiu por acreditar ou deixar de acreditar no Plano de Negócios. Não há qualquer indicação, não houve qualquer indicação da parte do Dr. Luís Parreirão do menor sinal de desconfiança, do menor sinal de diminuição de confiança no Plano de Negócios que foi apresentado, naquilo que é o rumo que a SATA deve seguir e um Plano de Negócios que aliás foi também apresentado ao representante dos seus acionistas, ao Governo Regional. Por último eu gostaria apenas de nesta intervenção dizer que naturalmente as razões pela qual o Dr. Luís Parreirão sai, são conhecidas, são públicas e isso não invalida que se reconheça também o contributo que ele deu à SATA no ultrapassar de uma frase crítica e determinante da vida da empresa que foi exatamente lidar, sobretudo na componente da SATA Internacional, com o novo modelo de acessibilidades aéreas à nossa Região. Isso deve ser realçado, o contributo que ele deu, da mesma forma que nós acreditamos que o Dr. Paulo Menezes tem todas as condições pessoais, profissionais, de competência para conduzir este Grupo no futuro que aí está, o que aliás me permite, se me dão licença, esclarecer uma outra questão que tem a ver se o Dr. Paulo Menezes é militante, se não é militante.

Mais uma vez eu apresento-me às açorianas e açorianas como Presidente do Governo, com um currículo que fala por si, quer em relação a pessoas que escolhi para trabalhar comigo, no Governo, desde logo, e que se resume no fundo a uma perspetiva muito simples: eu acho que o Dr. Paulo Menezes é o melhor dos melhores para conduzir a SATA e isso basta-me.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então por que é que ele não entrou mais cedo? Só agora é que vai para lá!

O Orador: Se ele é independente, se ele é militante do PS eu não quero saber disso, o que eu quero é que ele dê o seu melhor para gerir a SATA, para servir os Açores e para servir os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, nem de propósito!

As palavras que acabou de utilizar, de respeito, responsabilidade, instrumentalização da SATA e as palavras já aduzidas pelo PS e pelo Secretário Regional de Turismo e Transportes de normalidade na SATA, vem mesmo a propósito deste debate, desta interpelação, que em boa hora foi trazida pelo PPM a esta Casa...

Deputado André Bradford (PS): Então por que é que não a apresentaste?

O Orador: ... porque na primeira intervenção minha, que demorou talvez vinte segundos, eu questionei o Secretário Regional de Turismo e Transportes sobre o número de administradores que nos últimos quatro anos entraram e saíram da administração da SATA.

Até agora, passado uma hora, o Sr. Secretário do Turismo e Transportes nada disse acerca do número de administradores.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está errado!

Deputado José Contente (PS): Está a falar das senhas, é?

O Orador: Eu já vou recordar, daqui a pouco, mas ainda relativamente à intervenção do Sr. Presidente do Governo, é importante que este Governo entenda que a SATA não é o brinquedo novo do Governo, nem o Governo se pode entreter como tem acontecido nos últimos anos a escavar, a destruir uma empresa estratégica para os Açores e para os açorianos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O que se passou nos últimos quatro anos é uma vergonha!

Nos últimos quatro anos saíram: Luísa Shandler, Luís Silveira e Gomes de Menezes.

Entraram e saíram: Vitor Fraga, Rui Quadros, Luís Parreirão.

Entraram: Francisco Gil, Francisco Franco e João Soares.

Isso tudo somado são nove alterações, nove administradores que entraram na administração da SATA.

Na administração da SATA o que se passa é o reboiço permanente em que os próprios trabalhadores dizem e afirmaram-no que aquilo que hoje é verdade na SATA, amanhã já não é.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que hoje se decide como linha de rumo estratégica para a SATA, amanhã são dadas contra ordens para desfazer aquilo que tinha sido acordado e dado como orientação.

Sr. Presidente do Governo, quando refere que tem que haver respeito e responsabilidade, foi precisamente isso que os senhores nos últimos anos não fizeram com aquela empresa.

Eu vou ler o relatório do Tribunal de Contas relativamente à Conta da Região e nomeadamente relativamente àquilo que se refere à SATA.

“No balanço de 31.12.2014 destacam-se os seguintes aspetos: a deterioração dos capitais próprios por via dos resultados líquidos negativos.

O Grupo SATA encontra-se em situação de falência técnica, pois as responsabilidades assumidas excediam 55,8 milhões de euros, o conjunto dos seus ativos, facto evidenciado pela expressão negativa dos capitais próprios”.

Sr. Presidente, foi este Governo e o Governo anterior que faliram o Grupo SATA. Não é o PSD que o diz, é o relatório do Tribunal de Contas que o afirma na Conta da Região de 2014.

São os senhores que instrumentalizaram permanentemente a SATA e que fizeram com que hoje a SATA esteja tecnicamente falida.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não gostam da SATA!

O Orador: Mas há razões para isso. As primeiras eu já aduzi, é o reboiço permanente na administração daquela empresa, mas há outras razões ...

Deputado Francisco César (PS): Pensei que eram as ingerências!

O Orador: ... e o Sr. Deputado Francisco César tirou-me a palavra da boca, foram ingerências permanentes no dia a dia e na gestão daquela empresa.

Deputado Francisco César (PS): As vossas são melhores!

O Orador: Foram ingerências permanentes no vai buscar turistas à Europa porque eu, Governo, com a minha promoção não consigo trazê-los cá!

Vai fazer Bases para a Madeira porque sim, porque é giro, porque no futuro a coisa vai correr bem!

Sr. Presidente, não só as trotas que os senhores mandaram a SATA fazer, qual camioneta da careira para a freguesia das Capelas, não só as rotas que os senhores mandaram fazer tiveram resultados positivos, foram um desastre, 25 milhões de prejuízo, como a Base na Madeira foi ruínosa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Responsabilidade e respeito foi aquilo que Vs. Exas. ao longo dos anos não tiveram com uma empresa estratégica e fundamental para a mobilidade dos açorianos e para a economia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, as suas palavras são as palavras que eu lhe entrego como aquilo que este Governo e os Governos anteriores não fizeram, uma empresa que é a nossa empresa e não o vosso brinquedo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa era para uma inscrição para entrar no debate?

Então terá que aguardar, era só para ter a certeza, peço desculpa. Podia ser uma interpelação.

Sr. Deputado Artur Lima.

(Apartes inaudíveis)

Srs. Deputados, eu é que fiz a pergunta porque fiquei na dúvida se efetivamente o pedido era para uma interpelação ou se era para uma inscrição.

Sr. Deputado Artur Lima, tem então a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Permita-me V. Exa, Sr. Presidente, ler o título da interpelação que tenho aqui na ordem de trabalhos da Assembleia: **“Situação de instabilidade e crise que o Grupo SATA está a enfrentar devido à ação do Governo Regional”**.

Deputado André Bradford (PS): Isso é o título! Mas não foi sobre nada disso que o Sr. Deputado falou!

O Orador: O que a essa bancada diz respeito foi a interpelação que fizemos a V. Exa e ao seu Governo e da qual não obtivemos nenhuma resposta.

Depois Sr. Presidente do Governo eu devo dizer-lhe uma coisa, não querendo entrar em nenhum comentário, nem qualificando o Sr. Eng.º Paulo Simão Borba de Menezes, mas devo dizer-lhe que se o senhor foi assim tão excelente por que

é que o demitiram de diretor Regional dos Transportes? Por que é que não continuou no cargo?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não foi demitido!

O Orador: Por que é que dispensaram os seus celsos serviços (foi para a Ciência e Tecnologia)? Ou se era assim tão bom por que é que não o foram buscar mais cedo e tinham evitado esse imbróglio todo que se está a chegar hoje em dia?

Deputado Francisco César (PS): E se eu não tivesse nascido não estava aqui!

O Orador: Já agora que faço a pergunta, aproveito nesta interpelação que de facto há aqui uma coisa aqui que temos que esclarecer. Eu tenho, se calhar, de dar razão à Sra. Deputada Zuraída Soares: naquele Conselho de Administração há uns que estão presos à cadeira, estão lá. Não se sabe bem o que é que eles fazem lá e portanto talvez se ficassem em casa ... Eu acho que eles vão lá buscar o ordenado ao fim do mês, alguns vão buscar o ordenado ao fim do mês, como eu já disse, e é uma autêntica prateleira dourada, para não dizer asilo político de ex-governantes e de comissários políticos.

Já agora no Business Plan que aqui está, foi acertada a opção de mandar um 320 embora, com a situação que temos com um que agora está avariado e com as dificuldades que temos nas acessibilidades? Foi acertada essa opção?

Deputado Francisco César (PS): Ingerências! Isso é que é uma vergonha!

Deputado André Bradford (PS): Isso é que são ingerências políticas!

O Orador: Já agora como é que justifica o Governo a afirmação da frota ociosa do anterior Presidente do Conselho de Administração.

Há ou não há frota ociosa?

Deputado Francisco César (PS): Não há!

O Orador: É porque nos Business Plan o futuro da SATA Air Açores assenta também sobre isso. O futuro da SATA Internacional assenta também na alienação de um A-320. O futuro da SATA Internacional depende disso.

Portanto, é para cumprir ou não cumprir o Business Plan, Sr. Presidente e Sr. Secretário Regional?

Essas perguntas são todas para esclarecer.

É ou não é verdade que cada açoriano está a pagar 77€ por cada lugarinho na SATA, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... mais o que paga pela tarifa. O que eu pago de 120€ da Horta para Ponta Delgada acresce 77€ de indemnização compensatória, os senhores pagam à SATA.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: É só fazer contas Sr. Deputado. Divida!

Deputado Francisco César (PS): Posso estar enganado!

O Orador: Divida! É só fazer contas, Sr. Deputado!

Já agora para terminar, há uma coisa aqui que é preciso esclarecer: de facto o Conselho de Administração não precisa de lá estar porque não há ingerência do Governo. Há gerência do Governo na SATA!

A prova é quando se faz as Obrigações de Serviço Público que se julga que estão bem feitas, que alguém as estudou, que foram devidamente quantificadas, qualificadas, estudadas e depois para darem oportunidade ao Sr. Secretário, coitadinho de fazer um brilharetezinho, vir dizer: “Mais três voos para o Faial! O voo do Corvo já não faz escala na Flores: Acabe-se com isso!”.

Mas quem é que fez as Obrigações de Serviço Público? Com que critério é que foram feitas? Com que rigor é que foram feitos? Como é que se calcula essa indemnização? Qual foi a base para calcular, dar 34 milhões de euros à SATA, no ano de 2016, quatro vezes mais do que em 2006? Qual foi o rigor? Qual foi a base? Onde é que estão (como perguntava o Sr. Vice-Presidente) as contas para o senhor dar 34 milhões de euros à SATA em 2016, Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário Regional?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): É tão fácil explicar isso!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Pergunta o Sr. Presidente do Governo Regional: afinal em que é que ficamos, a propósito de uma pergunta escrita feita pelo BE e dirigida obviamente ao Governo Regional. Em que é que ficamos, Sr. Presidente? Ficamos no Regimento.

Portanto, o BE fez aquilo que qualquer partido está obrigado a fazer nesta Casa que é dirigir as suas perguntas escritas aos Membros do Governo.

Pudéssemos, nós, dirigi-las diretamente às empresas públicas, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E provavelmente o fariam!

A Oradora: ... provavelmente também o faríamos, Sr. Presidente, mas nós bem sabemos que a maior parte das vezes as próprias empresas públicas vêm acompanhadas da tutela para poderem dizer ou não dizer aquilo que muito bem entenderem.

Deputado André Bradford (PS): Não é por causa disso! É inconstitucional!

A Oradora: Portanto, o BE não pode atravessar nem o Regimento, nem a presença da tutela juntamente com as empresas públicas para dirigir uma carta que não seja ao Governo Regional.

Pergunta ainda o Sr. Presidente do Governo Regional se o Governo só serve para levar pancada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também!

A Oradora: Oh, Sr. Presidente, claro que não! Também serve para ser elogiado quando faz bem, o que faz bem e também serve para ser criticado quando faz mal, o que faz mal.

Agora, Sr. Presidente faça-me o favor de reconhecer, isto não pode ser uma entremeadinha que é: leva pancada e como leva pancada (e leva) então vamos fazer propaganda das coisas que fazemos bem, das coisas que as empresas públicas fazem e é isto que nós chamamos ingerência.

Portanto, serve só para levar pancada? Não serve.

Cura a pancada com ingerência? Está mal, do nosso ponto de vista.

Depois, mais duas questões.

Disse o Sr. Presidente do Governo e eu não ponho em causa, que o Dr. Luís Parreirão não fez nenhum tipo de contraproposta no sentido de ficar, está fora de questão, disse o Sr. Presidente, isso não é posto em causa, agora eu tenho que lhe fazer uma outra pergunta, que é: a quem então é que se destina aquela exceção do art.º 26.º do nosso Orçamento porque Sr. Presidente do Governo, eu não posso acreditar que o Presidente do Conselho de Administração de Santa Catarina ou da Azorina ou até da Atlanticoline, venha a ganhar mais do que o Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não pode!

A Oradora: Pois, mas então tem que explicar-me se fizer o favor, alguém que me explique, o Sr. Secretário que aliás eu dirigi-lhe a pergunta para quem é que era esta ...

Quanto à ingerência, ainda voltando à ingerência há uma notícia, há várias, Sr. Presidente, mas há uma recente em que o Sindicato Nacional de Pessoal de Voo da Aviação Civil diz o seguinte: “O Sindicato lamenta a demora da administração da SATA em decidir sobre assuntos relevantes para o futuro da empresa e o Sindicato estranha que seja necessária autorização da tutela”. Isto a

propósito de quê neste caso concreto? A propósito da reivindicação do Sindicato para que haja dois chefes de cabine nos futuros voos dos A-330.

Deputado Francisco César (PS): É uma reivindicação única na SATA em Portugal, porque a TAP não tem!

A Oradora: É uma negociação que está a ser feita entre o Sindicato e a Administração da SATA e de acordo com o Sindicato as negociações e os encontros ficam sempre paralisados...

Presidente: O seu tempo está a terminar. Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar Sra. Presidente.

... em última instância. Porquê? Porque tem que consultar a tutela.

Aliá, Sr. Presidente se nós fizermos todos um esforço de memória no fatal ano de 2013 foram variadíssimas as vezes que os Sindicatos que estiveram à mesa das negociações vieram dizer que estava tudo à espera que a tutela decidisse alguma coisa.

Nada era decidido durante as reuniões, era remetido para a tutela.

Concluindo, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente que teve a gentileza de me responder às perguntas que eu fiz.

Não é o BE que fala em ingerência, ou pelo menos não é só o BE que fala em ingerência ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e no caso concreto não me parece que estejamos assim tão mal acompanhados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando vi que o Sr. Presidente do Governo Regional estava a fazer referência a uma série de erros, da minha parte factuais e de análise, pensei que o Sr. Presidente do Governo Regional ia marcar aqui neste debate vários golos, devo dizer-lhe que foram todos remates ao lado, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: Vou dizer-lhe, Sr. Presidente do Governo: primeiro argumento que eu disse que o Governo o demitiu (eu não disse isso). O Sr. Dr. Luís Parreirão é que se demitiu e os senhores aceitaram. É tão simples como isso.

Portanto, este primeiro remate fora é este.

Segundo: o Sr. Presidente do Governo Regional perdeu o seu tempo, gastou o seu tempo que é uma coisa que o orador não deve fazer, para me dar razão a mim, à intervenção do seu oponente, ou seja, leu a área de intervenção da Comissão de Inquérito para chegar à conclusão que eu é que tinha razão, ou seja o Sr. Dr. Luís Parreirão exerceu funções durante o período a que se refere a Comissão de Inquérito, 2014 cabe a gestão do Dr. Luís Parreirão, portanto leu e deu-me razão.

A seguir disse: “Bom, e em relação às temáticas o senhor também não tem razão, está aqui a introduzir temáticas que não estão na Comissão de Inquérito!”. Outro pontapé ao lado! Outro remate ao lado porque aqui estão as perspetivas futuras.

Então as perspetivas futuras existem, um Plano de Negócios para o futuro, é assim que se apresenta. Um plano de Negócios para o futuro e as perspetivas para o futuro, então o Plano de Negócios para o futuro não se enquadra dentro das perspetivas de futuro.

Portanto é mais um remate ao lado!

Depois chega o Sr. Presidente do Governo Regional a uma conclusão: nós não temos interferência na SATA e que é a oposição que está a utilizar como arma de arremesso político. Não! Também não tem razão! Não se trata de utilizar

como arma de arremesso político, trata-se de preservar a SATA e para preservar a SATA da vossa gestão e das vossas manipulações é necessário que se façam as perguntas, é necessário que se promovam os debates, é necessário que os senhores sejam responsabilizados pela situação económica a que fizeram chegar a SATA, ou seja a nossa intervenção política que é aquilo que nós podemos fazer é o escudo da empresa ...

Deputado André Bradford (PS): Neste caso seria o euro!

O Orador: Portanto Sr. Presidente, termino com uma última referência.

Eu acho que o Sr. Presidente é uma pessoa bem intencionada mas não o deixam governar, Sr. Presidente! Está completamente manietado ...

Deputado André Bradford (PS): Pelo Conselho de Administração da SATA!

O Orador: ... por um partido que está infiltrado em toda a administração regional e em todo o setor empresarial público.

Portanto, o senhor não consegue mudar o regime, o senhor está na posição do Marcelo Caetano. O senhor vai em janeiro para as eleições diretas e entretanto já lhe começaram a nomear uma guarda pretoriana, Sr. Presidente.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O senhor Secretário da Mesa irá informar os tempos restantes para o debate que continuará depois do almoço.

Secretário: Governo Regional – 10 minutos;

PS – 10 minutos e 40 segundos;

PPM – 1 minuto;

PSD – 17 minutos e 25 segundos;

CDS – 50 segundos;

BE e PCP já não têm tempo.

Presidente: Obrigada, Secretário.

Um bom almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 01 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Vice-Presidente da ALRA, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os trabalhos.

Eram 15 horas e 21 minutos.

Mais uma vez boa tarde.

Encarregou-me Sua Exa., a Presidente da Assembleia Legislativa Regional, para conduzir os trabalhos neste princípio de tarde.

Vamos dar continuidade ao primeiro ponto da nossa Agenda, **Interpelação ao Governo Regional a respeito da “Situação de instabilidade e crise que o Grupo SATA está a enfrentar devido à ação do Governo Regional”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa para informar os tempos, novamente que os Grupos e Representações Parlamentares ainda têm para o debate.

Secretário: Governo Regional – 10 minutos;

PS – 10 minutos e 40 segundos;

PPM – 1 minuto;

PSD – 17 minutos e 25 segundos;

CDS – 50 segundos;

BE e PCP já não têm tempo.

Presidente: Obrigado, Secretário.

Tenho aqui indicação que o Sr. Deputado Miguel Costa está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero deixar aqui a nota com conhecimento pessoal porque tive o privilégio de trabalhar alguns anos com a pessoa em questão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é? Paulo Simão?

O Orador: ... e considero por isso que o Eng.º Paulo Menezes é a pessoa certa, no lugar certo e na hora certa.

Não tenho qualquer dúvida da sua competência, do seu espírito de missão e qualidade que emprega em tudo o que faz e por isso considero que foi uma excelente opção do acionista da SATA.

Depois, nesta interpelação mais uma vez os Srs. Deputados da oposição dispararam para todo o lado mas sempre com uma mira bem definida, a SATA...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! O Governo!

O Orador: ... sempre, sempre batendo na SATA.

O que ficou evidenciado foi também que foi de uma forma frustrada aqui já evidenciado, quer pelo Governo, quer pela bancada do PS e o que é lamentável e que os senhores ainda não tenham percebido o clima de instabilidade que criam com essa postura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: No debate verificou-se também uma série de confusões.

Dessas confusões, por exemplo a do PPM, que no seu registo habitual que já nos habituou com ataques pessoais e sempre num registo lamentável, confunde a Comissão de Inquérito sobre a situação da empresa e que está ainda em curso,

com a mudança do Presidente do Conselho de Administração, que em nada se mistura como aqui já ficou evidente.

Faz confusão com o Plano Estratégico que é da empresa SATA e não dos seus presidentes.

O senhor confunde-se nitidamente em constantes contradições já aqui evidenciadas.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Estêvão que a SATA continuará, o Plano Estratégico da SATA seguirá e bem o seu caminho, a Comissão de Inquérito continuará o seu trabalho e o senhor, felizmente, continuará desse lado a governar-se com as suas constantes contradições.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre o BE, há uma confusão do BE e essa confusão ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual confusão?

O Orador: Deixe-me dizer-lhe!

... só pode ser pelo facto de não saber bem o que é uma concessão ou os termos em que se operam essas concessões e qual o papel do concedente e da concessionária. Só por isso é que pode haver essa confusão ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual confusão?

O Orador: ... e só assim se percebe quando diz que o concedente não tem nada que pedir à concessionária para fazer isto ou aquilo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Só uma confusão de quem não conhece um contrato de concessão e os seus termos é que pode chegar a essa conclusão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que eu disse. Seja sério!

O Orador: Tenha calma Sra. Deputada!

Só quem não conhece os termos da concessão é que pode dizer isso.

Como se não bastasse o PSD-Açores fica ainda pior na fotografia porque concorda e diz o mesmo, em perfeita contradição interna aliás, em perfeita contradição interna...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Desculpa!

O Orador: ... mais uma vez na vossa vasta coleção de contradições, se não vejamos:

Ora é este PSD que praticamente todos os dias pede e exige mais da SATA;
É este PSD que todos os dias acusa este Governo de não fazer isto ou aquilo com a SATA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E é este Governo que dá cabo da SATA!

O Orador: Por exemplo, quando os senhores falam constantemente em ingerências: os Srs. Deputados da Ilha do Faial há poucos dias atrás, exigiam mais voos por semana para a Horta.

Deputado Luís Garcia (PSD): E continuamos a exigir!

O Orador: Isto não é ingerência, Sr. Deputado! Não é ingerência!

Deputado Luís Garcia (PSD): E vamos continuar!

O Orador: Ingerência é quando o Governo dá ordens à SATA para aumentar o número de voos num pedido feito pela população do Faial e que foi acatado. Aqui já é ingerência. Srs. Deputados, sejamos sérios!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sejamos sérios!

O Orador: Deputada da Ilha do Pico, quando exigiram mais um voo semanal de Lisboa para o Pico ...

O Orador: ... e até leio a notícia: “PSD, exige instruções do Governo Regional à SATA para voo semanal Pico/Lisboa”. Isto não é ingerência!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E conseguimos! Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: Não senhor Deputado! Isto já não é ingerência!

Mais grave Sr. Deputado é que o senhor agora diz que conseguiu, conseguiu, quem conseguiu foi este Governo com o seu manifesto eleitoral que introduziu

essa premissa, essa missão e conseguiu. Não só conseguiu isso, foi muito além disso, já estamos com três voos semanais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estou muito mais descansado!

O Orador: Mais, ingerências algumas até mais especializadas sobre os modelos de avião que deve a SATA comprar ou não comprar, adquirir ou não adquirir.

Isto também já não é ingerências! Os senhores fazem isso todos os dias! Isto já não é ingerência, Sr. Deputado!

Então, sinceramente Sr. Deputado, ficamos sem saber o que é que são ingerências.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já lhe vou explicar!

O Orador: Mas além disto a pergunta que se impõe é saber: o que quer saber mais o PSD e discutir sobre a SATA. Tivemos a prova nesta discussão.

O PSD o que quer saber é quantos administradores a SATA tem ou teve?

Haja paciência, Srs. Deputados! Não têm mais nada para discutir sobre a SATA?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que o PSD quer saber?

O Orador: Quantos administradores é que teve? Quantos administradores é que teve ou que vai ter? Isso é que é a grande importância do PSD!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vou repetir! Já sabemos então!

O Orador: Os senhores quando falam de brincado, deviam olhar para si. Os senhores é que brincam todos os dias com o nome da SATA, com a marca SATA, até por motivos politiqueros os senhores não se coibiram de atacar fortemente a SATA em plena época alta, com comunicados constantes atrás uns dos outros, Srs. Deputados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está-se a repetir. No último plenário já disse isso!

O Orador: Numa altura em que o turismo crescia, e o senhor sabe disso, numa altura em que o turismo crescia e cresce, os senhores limitaram-se a patrocinar a instabilidade da operação e a denegrir a imagem e a marca da SATA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que lhe escreveu isso?

O Orador: Pior do que isso, a imagem dos Açores, Srs. Deputados! É isto que os senhores têm para contribuir para a SATA e para os Açores, Sr. Deputado! É lamentável a vossa postura!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lamentável é a sua intervenção!

O Orador: Todos temos o direito à opinião, mais ou menos especializada, todos os Deputados eleitos pela sua ilha e na defesa dela têm a legitimidade de pedir sempre mais e melhor, agora o que devem também é conseguir tratar das vossas contradições.

A forma como os senhores têm tratado a SATA, lançando constantemente a confusão é apenas um sinal claro de que os senhores não gostam da SATA.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esse é o sinal evidente.

Ao contrário de nós PS, apostando, acreditando e continuando a acreditar na SATA, ela continuará a ser um verdadeiro veículo de afirmação da nossa autonomia, da nossa coesão regional, doa a quem doer, isto é a SATA para nós! Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do PSD, Joaquim Machado.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Algumas intervenções da bancada do PS e do próprio Governo Regional, suscitam necessariamente alguma réplica e alguma análise porque foi dito a esta câmara que o indigitado Presidente para o Conselho de Administração da SATA é o homem certo, na altura certa para o lugar certo, no dizer do Sr. Deputado Miguel Costa, um dito todavia com alguma modéstia quando comparado com a observação do Sr. Presidente do Governo Regional que disse que era o melhor dos melhores para o cargo.

Portanto, sendo o melhor dos melhores para o cargo, só se estranha que neste momento vá ser Presidente do Conselho de Administração da SATA...

Deputado Francisco César (PS): Por que é que não foi antes?

O Orador: ... quando a falência técnica em que está a empresa reclamava há muito e muito tempo que o melhor dos melhores lá estivesse a desempenhar as suas tarefas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o problema é que o que hoje dizem do Eng.º Paulo Menezes já disseram de anteriores presidentes do Conselho de Administração e isso necessariamente convoca que façamos aqui um pequeno filme desta triste história em que foi lançada a SATA.

António Cansado foi considerado um bom gestor enquanto exerceu funções na SATA. No momento em que decidiu afastar-se da companhia, do Conselho de Administração passou a ser olhado de soslaio pelos socialistas e o bom da fita passou a ser António Gomes de Menezes e tudo correu bem até se romper o entendimento e de bestial o Prof. Dr. António Gomes de Menezes, como se diz no futebol passou de bestial a besta e o bom da fita passou a ser então Luís Parreirão.

No interlúdio imposto pela governação de Sócrates o antigo Secretário de Estado e administrador da Mota Engil, vem aos Açores fazer uma verdadeira comissão de serviço partidário.

Começou por integrar o Conselho de Administração da SATA para chegar depois a seu Presidente.

Aos comandos da administração da SATA, Luís Parreirão descomprometeu-se com grande parte do que havia decidido na sua condição de vogal do dito Conselho de Administração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, deitou literalmente para o lixo estudos que custaram à SATA mais de meio milhão de euros e acabou a desenhar um plano estratégico em grande parte à revelia daquilo que os estudos recomendavam, talhou o fato à medida, sabe-se lá de quem.

Desenhou um plano para executar até 2020 mas passados poucos meses, como se fosse apanhado por um furacão, bateu asas, que é como quem diz, deixa a SATA agora que se lhe voltam a abrir as portas do poder da República como sabemos entretanto usurpado pelos socialistas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bela história!

O Orador: No meio de tudo isto em que situação fica a SATA, o seu valor estratégico e os seus trabalhadores?

São perguntas para as quais não temos respostas.

Dos trabalhadores, um dos seus melhores ativos, sabemos que o dito Plano Estratégico desenhado pelo agora demissionário Presidente do Conselho de Administração, prevê a redução de 20% dos trabalhadores, isto é a dispensa ou não renovação de contrato de cerca de 300 trabalhadores, trabalhadores que vivem na angústia do desemprego e de uma empresa que se define pela sua má gestão.

Numa empresa neste estado de agonia não pode haver estabilidade profissional, perspectivas de futuro e convenhamos também muita paz social.

Diz o ditado que “rei morto, rei posto”. Pois bem, parece que o agora indigitado Presidente do Conselho de Administração será capaz de tirar a SATA da falência técnica. Fazemos sinceros votos de que assim seja, mas para já nada diz sobre a dimensão dos recursos humanos da empresa e como vai resolver o problema da dívida à banca e aos fornecedores ou como vai conviver com a dívida que o Governo Regional continua a manter para com a SATA.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não esteve na Comissão da SATA? Não ouviu nada!

O Orador: Tudo isto importando em muitos e muitos milhares, milhões de euros.

A mudança de liderança na SATA portanto não é uma medida estratégica, um impulso de competência não é um ato de renovação. Nada disso! É apenas uma dança de cadeiras que também prova que o PS já não consegue recrutar personalidades fora de um círculo fechado de militantes ou de indefetíveis apoiantes dispostos sem pestanejar a cumprir a vontade de quem os recruta para a função.

Temos por isso muitas razões para temer pelo futuro da SATA; pelo seu futuro enquanto empresa estratégica na nossa Região; pelo seu futuro enquanto empresa prestadora de um serviço fundamental para os açorianos; pelo seu futuro também enquanto entidade empregadora com a relevante importância social da nossa Região.

Dizem-nos que tudo na SATA afinal está dentro da normalidade, mas será normal que sucessivos presidentes do Conselho de Administração da SATA abandonem a empresa, seja por conveniência pessoal ou por divergências com a tutela, o PSD diz que isso não é normal.

Será normal que a empresa tenha funcionado anos sem fim sem um plano para controlo das despesas correntes? O PSD diz que isso não é normal.

Será normal que se tenha feito o lançamento de rotas, de novas rotas sem estudos prévios dos mercados emissores e de destino dessas rotas? O PSD diz que isso não é normal.

Será normal uma dívida à banca superior a 160 milhões de euros feita nos últimos 5 a 6 anos, sob a responsabilidade direta do então Secretário da Economia e hoje Presidente do Governo Regional? O PSD diz que isso não é normal.

Será normal deitar ao lixo estudos como se disse em valor superior a meio milhão de euros numa empresa que tem essas dificuldades financeiras? O PSD diz que isso não é normal.

Será normal que se refaça as contas relativas a um ano e em que o prejuízo passe para o dobro do que havia sido inscrito nas contas, nas contas aprovadas pelo próprio acionista que é o Governo Regional? O PSD diz que isso não é normal.

Será normal que apesar da propaganda com a saúde das finanças públicas regionais, Governo afinal mantém uma dívida à SATA superior a 25 milhões de euros e que vai demorar 5 ou 6 anos a pagar essa dívida? O PSD diz que isso não é normal.

Será, por último normal, que os contribuintes açorianos tenham que pagar diariamente cerca de 5 mil e 500 euros, repito, será normal, que os contribuintes açorianos tenham que pagar diariamente de 5 mil e 500 euros de juros pela dívida que o Governo mantém para com a SATA? O PSD diz que isso não é normal.

Se há uma coisa em que nós podemos estar de acordo é com a observação feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional de que esta interpelação estava acometida de um erro grosseiro, de uma confusão e de uma contradição. É

verdade! Esta interpelação tem um erro grosseiro, uma confusão e uma contradição.

A contradição é o Governo Regional falar onde e quando lhe apetece sobre o Plano Estratégico da SATA, menos quando é interpelado pela oposição para esse mesmo fim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Democraticamente!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: A confusão é pensar-se que a Comissão de Inquérito à SATA faz uma espécie de interrupção, uma espécie de luto sobre a discussão ...

Deputado André Bradford (PS): Não faz luto nenhum! Acabou de ler o Projeto de Resolução!

O Orador: ... da grave situação financeira do Grupo SATA.

Finalmente o erro grosseiro: é verdade que nesta interpelação também somos confrontados com um erro grosseiro. O erro grosseiro é em 18 meses a administração da SATA ter três presidentes diferentes.

Portanto, na SATA como nos Açores em geral, são precisos bons ventos reclama-se mudança. Ela está a chegar e felizmente não será pelas mãos do PS!

Deputado André Bradford (PS): Está a chegar aonde?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não tenho mais nenhuma inscrição para o debate.

Vou abrir por dez segundos as inscrições.

Tenho duas interpelações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para fazer a sua interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para, eu já não tenho tempo para intervir, mas ficaram um conjunto de respostas a algumas questões que foram colocadas pela Representação Parlamentar do PCP por responder, e espero que tendo o Governo Regional ainda tempo para fazê-lo, que o Sr. Secretário Regional que não está impedido disso, possa fazê-lo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Faça favor Sra. Deputada Zuraida para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro registar este espírito democrático que reina nesta Casa e depois também relembrar à câmara que o BE fez a mesma pergunta, quer ao Sr. Secretário Regional de Turismo e Transportes, quer ao Sr. Presidente do Governo Regional, não obteve resposta e volto a lembrar a pergunta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto já não é interpelação!

A Oradora: Qual é o gestor público que vai nesta Região ...

Presidente: Sra. Deputada, eu tenho muita pena de lhe cortar a palavra...

A Oradora: O senhor não sabe qual é a pergunta, Sr. Presidente.

Presidente: Estivemos todos aqui no Plenário, Sra. Deputada, sabemos qual foi a sua pergunta e o Sr. Secretário e o Sr. Presidente também sabem.

A Oradora: Não? Então continuo à espera da resposta.

Presidente: Fico agradecido pela sua interpelação.

Muito obrigado.

Já tenho aqui uma inscrição para o debate.

Sr. Deputado Artur Lima ...

É uma interpelação?

Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, é exatamente também no sentido de que o CDS fez, não foi uma pergunta, foram várias e nenhuma teve resposta por parte do Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa regista as interpelações dos senhores três Deputados e continua sem inscrições.

Ponho novamente à câmara a possibilidade de fazer inscrição para continuar o debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o senhor não responde?

Presidente: Julgo que não tem mais nenhuma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agora para registar efetivamente que o Governo se recusa a responder e a explicar como é que vai gastar 34 milhões de euros dos impostos dos açorianos; se recusa a explicar como fez essa conta, como chegou a essa conclusão nas novas Obrigações de Serviço Público. Isso é fundamental o senhor explicar!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que ainda não explicou as suas contas!

O Orador: Não explicou a renovação da frota; não explicou por que é que os aviões ainda não estão a voar, os A-330 que os senhores escolheram, que já deviam cá estar os dois; não explicou por que é que a frota da SATA Air Açores é ocioso; demite um Presidente, ou deixa ir embora, vem outro e continua tudo na mesma. Isto é o pagode com o dinheiro dos açorianos e com a maior desfaçatez não responder às perguntas que lhe são feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que não explicou as contas que fez, os 77 euros!

Presidente: Ponho novamente à câmara a possibilidade de inscrição para o debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, eu julgo que a globalidade das questões estão respondidas, aliás como disse o Sr. Presidente do Governo e muito bem, há questões que são de matéria que estão no âmbito da Comissão de Inquérito que nós não iremos abordar naturalmente aqui.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É pública, a Comissão de Inquérito!

O Orador: Não o fazemos em primeiro lugar por respeito a esta câmara mas há aqui uma outra questão que julgo ser fundamental.

Sras. e Srs. Deputados, temos que ter consciência que a SATA desenvolve a sua atividade num mercado aberto, num mercado concorrencial e cabe-nos a nós em primeira linha defender aquilo que é nosso e defender aquilo que é nosso é proteger a SATA neste ambiente concorrencial, de forma a que ela possa desempenhar e desenvolver a sua atividade com a maior normalidade e naturalidade.

Em relação aos montantes que o Sr. Deputado Artur Lima refere há aqui alguns esclarecimentos a fazer, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já devia ter feito!

O Orador: Em primeiro lugar é público e o senhor sabe e tem obrigação de saber que as indemnizações compensatórias para este anos não são 34 milhões de euros e se fizer as contas, Sr. Deputado, o valor médio nos 5 anos dá 27 milhões de euros, ou seja, são os 22 milhões de euros que eram de 2009 até 2014, mais 5 milhões de euros provenientes do pagamento dos encaminhamentos que antes eram feitos diretamente pelas companhias aéreas e

que agora são feitos por transferência da República para a Região, para esta passar para a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o senhor sabe que isto é verdade mas o senhor à semelhança do PSD continuam numa linha de orientação do “quanto pior, melhor” e são os inimigos públicos, número um da SATA. Os senhores tudo fazem para utilizar a SATA como instrumento político.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ao contrário do que os senhores dizem não é o Governo que tem ingerências na SATA. Os senhores usam a SATA para fazer guerra política e isso nós não vamos permitir que aconteça porque a importância da SATA para a Região é reconhecida por todos. É reconhecido por todos mas é só reconhecida quando vos dá jeito.

Quando os senhores vêm a terreiro denegrir a imagem da SATA, pôr em causa a atividade da SATA ao longo do tempo, como o fizeram neste último verão, o PSD esteve consecutivamente a denegrir a imagem da SATA, a pôr em causa os postos de trabalho dos mais de 1000 açorianos que trabalham na empresa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A sua gestão é que fez isso!

O Orador: Isso aí os senhores não se lembram nem referem as questões de ingerência porque para os senhores quando o Governo dá uma indicação é uma ingerência, quando os senhores fazem uma exigência já não o é, quando vêm a terreiro denegrir a imagem da SATA também não e passa nada.

Oh Srs. Deputados, temos que ter consciência e temos que saber do que é que estamos a falar e há que ser responsável e essa responsabilidade exige-se tanto de quem está no poder, como de quem está na oposição.

Portanto, é esse o apelo que vos faço, é que se perceba claramente qual é o ambiente que a SATA vive.

Da parte do Governo estaremos sempre ao lado da companhia para ultrapassar os novos desafios, o mesmo espero que se passe do lado da parte dos senhores!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não respondeu a nada! O seu dever é responder aqui!

É o seu sentido de democracia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que responder! É falta de seriedade! São 34 milhões no Orçamento!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Eu tenho aqui várias inscrições.

O Sr. Deputado Francisco César prescinde?

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Agradecia um pouco de silêncio para gerir os trabalhos com algum equilíbrio e que toda a gente se consiga ouvir porque eu já tenho aqui inscrições.

Agradecia algum controlo.

Isto já não são apartes, já são diálogos e assim não conseguimos prosseguir os trabalhos, se não tivermos algum silêncio para prosseguir.

Dou imediatamente a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo, do PSD.

Faça favor. Tem a palavra.

(Pausa)

Sr. Deputado Jorge Macedo quando achar que deve começar para a gente contar o tempo.

Tem a palavra, faça favor de fazer a sua intervenção.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

É com alguma perplexidade se não mesmo estranheza que numa interpelação ao Governo em que o Governo é interpelado, depois o Governo não responda às interpelações que lhe são colocadas ou às questões que lhe são colocadas. É no mínimo estranho! Não basta depois num contra ataque estratégico, é legítimo, por parte de V. Exa. dizer que as oposições e que o PSD em concreto é que são os inimigos da SATA que isso responde à interpelação que lhe foi feita.

É natural que possa reagir da maneira como reagiu, estamos nós aqui para contraditá-lo mas tenha paciência! Foram colocadas muitas questões nessa interpelação, o Sr. Secretário respondeu a algumas, o Sr. Presidente interpôs-se e fez o seu discurso, a sua intervenção como bem entendeu, mas V. Exa. tem que responder àquilo que lhe foi inquirido.

Já várias interpelações foram feitas aqui nesta Casa e eu agora numa intervenção gastando o tempo do PSD, exigimos que V. Exa. responda àquilo que lhe foi perguntado. Tenha paciência! Não se pode resguardar atrás do muro de silêncio ou atrás do computador que tem à sua frente. Tem que responder! Tenha paciência! É assim que se rege esta Casa e é assim que funciona a democracia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas Sr. Secretário vou acrescentar mais uma pergunta que espero que depois tenha resposta.

Os senhores propagandeiam o facto de irem pagar as dívidas que Vs. Exas. mesmo contraíram junto da SATA, ou seja propagandeiam o facto de irem pagar um calote que Vs. Exas. é que o fizeram junto da SATA.

Olhe, se eu publicamente tivesse muitas dívidas, feitas deliberadamente, propagandear que eu estava a pagar as dívidas que eu próprio tinha feito, provavelmente, os meus amigos, a minha família rir-se-iam na minha cara: “Pois se tu é que contraíste as dívidas, tu é que provocaste o buraco, não tens outro remédio se não pagá-lo!”.

Deputado André Bradford (PS): Solidária a sua família! A minha não é assim!

O Orador: A propaganda que V. Exas. fazem não faz absolutamente sentido nenhum.

Depois, quando refere, são inimigos da SATA. Sr. Secretário, eu bem sei que quando nós estamos apertados, arranjam os uns adjetivos para nos safarmos mas em primeiro lugar antes de retorquir ou de rebater os seus argumentos, vou dizer: “Não se esqueça que tem perguntas desta Casa para responder hoje!”.

Em segundo lugar, inimigos são aqueles que nos últimos quatro anos permitiram que na administração da SATA entrasse e saísse 9 administradores diferentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E um deles foi o senhor!

O Orador: Esses é que são os inimigos! Esses é que são inimigos daquela casa, daquela empresa, da SATA. Esses é que são os inimigos dos 1 300 trabalhadores daquela empresa! Esses é que são os inimigos daquela casa que hoje dá uma ordem e amanhã dá uma contra ordem! Esses é que são os inimigos que hoje nomeiam um administrador que manda fazer determinada quantidade de estudos no valor de mais meio milhão de euros ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor parece um disco riscado!

O Orador: ... e depois nomeia outro administrador que diz: “Não. Esses estudos de meio milhão de euros, isso aqui não serve, não são adequados à empresa, vamos fazer outros estudos!”. Esses é que são os inimigos daquela empresa. Não venha acusar o PSD ou nenhum outro partido da oposição que pelo facto de exigir um serviço público de qualidade para a SATA, não venha acusar os partidos da oposição que exigem que a SATA preste um serviço público de qualidade, não só para a mobilidade dos açorianos mas também para a economia açoriana porque inimigos são bem conhecidos. Inimigos foram aqueles que em dois anos originaram um prejuízo àquela empresa de 65 milhões de euros. Inimigos foram aqueles que contraíram um passivo bancário, ou seja dívidas bancárias no valor de 160 milhões de euros. Inimigos são aqueles que deixaram a SATA a pão e água em 2013 e 2014 com 4º e 45 milhões de euros de dívidas à empresa, dívidas que eram para a empresa prestar um serviço público de qualidade. Quando a empresa não presta um serviço público de qualidade, naturalmente os açorianos reclamam e os partidos da oposição naturalmente fazem eco dessas reclamações e muito bem exigem que o Governo não só cumpra os compromissos para com aquela empresa mas que a empresa cumpra os compromissos para com o serviço público que está obrigada a prestar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, inimigos estão bem identificados! Inimigos foram aqueles que causaram a ruína daquela empresa e não pode acusar os partidos que denunciam essa situação de serem inimigos. Esses são aqueles que querem salvar uma empresa que é estratégica e fundamental para os Açores e para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente eu não tenho por hábito referir-me muito ao passado, mas tendo em conta que o Deputado que proferiu um conjunto de afirmações, é talvez o político há mais tempo em exercício na autonomia regional ou pelo menos deste Plenário, o Deputado Joaquim Machado, pelo menos deste Plenário será certamente ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Até nessas contas o senhor é fraco em matemática!

O Orador: Por acaso não sou. Sou bom aluno a matemática, sempre fui. Por acaso era bom aluno.

Mas sobre essa matéria, o senhor que esteve presente nessas reuniões, eu gostava de lembrar o seguinte: os Srs. Deputados referiram que era uma instabilidade o PS, o Governo suportado pelo PS ter tido no espaço de 18 meses, três administradores e que havia um protagonismo aos militantes, aos *boys* e ao partidarismo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não é verdade? Francisco Gil...

O Orador: Bom, nós consideramos que as pessoas que lá estiveram foram pessoas competentes e continuamos a considerar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que seria se tivessem sido incompetentes?

O Orador: Não é porque calculo que o seu raciocínio não seja pelo facto de estar um ano ou dois anos que um administrador passa a ser mau ou passa a ser alguém que abandonou as funções porque certamente o Sr. Deputado, tão grande admirador, da Dra. Berta Cabral, não a criticou pelo facto de ter estado à

frente da companhia aérea açoriana durante um ano e ter abandonada a companhia aérea ao fim de um ano de mandato.

Certamente o Sr. Deputado que até esteve no Governo nessa altura não criticou o senhor ex-Deputado Costa Neves, que foi Presidente da SATA durante dois anos, ...

Deputado José Contente (PS): E ex-Presidente da SATA!

O Orador: ... os dois anos que antecederam a companhia aérea, curiosamente nestes anos o senhor que até fazia parte deste Governo certamente deve ter estado em reuniões do Conselho do Governo onde se aprovou, se discutiu, uma injeção de capital à SATA quando ela poderia ter falido.

Portanto, sobre esta matéria Sr. Deputado, o que lhe posso dizer da parte do PS é o seguinte: António Cansado, um bom administrador, alguém que fez muito bem o seu papel de criar e lançar a SATA no âmbito do projeto do Governo dos Açores ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César ...

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente.

Presidente: ... era só para informar-lhe que esgotou o tempo do PS e agradecia que concluísse o seu debate.

Dou-lhe um tempo curto mas é só para o senhor ficar informado.

O Orador: Vou já terminar.

António Cansado, alguém ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Vou continuar ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vai continuar?

Vou continuar para terminar.

... a quem o PS reconhece um trabalho exemplar na criação e no trabalho que fez à frente da SATA. Nós não desmerecemos os nossos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os nossos?!

O Orador: Os nossos, as pessoas que trabalharam com os Açores.

António Gomes de Meneses, alguém que fez um trabalho de projeção da SATA Internacional.

Nós não esquecemos quem trabalhou pelos Açores.

Luís Parreirão, alguém que esteve um ano, que encontrou a SATA numa situação, melhorou a SATA. Hoje está numa situação melhor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual foi a situação?

O Orador: Paulo Menezes, alguém que estará á altura de levar a SATA mais longe, continuar a servir os Açores.

Sr. Deputado, nós não esquecemos de quem trabalhou pelos Açores. Nós não nos esquecemos das pessoas que estiveram próximas a ajudar os Açores.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, era só para lembrar a advertência de há bocadinho.

Já terminou?

Muito obrigado.

Tenho mais um Sr. Deputado inscrito, o Sr. Deputado do PSD, Joaquim Machado?

Prescinde?

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado Joaquim Machado para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, faço a interpelação mais óbvia neste Plenário e neste momento, é que nós estamos a concluir uma interpelação em que o Governo é suscitado a responder às perguntas que lhe foram feitas.

Reiteradamente foram feitas perguntas ao Governo Regional que ficam fora do âmbito dos trabalhos da Comissão de Inquérito da SATA ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma artimanha regimental do PSD para não gastar tempo no debate!

O Orador: ... naquele entendimento menor que o Sr. Presidente do Governo Regional tem sobre o objeto desta interpelação, mas nem sequer essas perguntas o Governo Regional se digna a elas dar resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: E isto Sr. Presidente...

Permita-me, vou concluir esta interpelação, isto não é uma novidade hoje é algo a que nós assistimos com muita frequência e esta atitude do Governo Regional minoriza a democracia, minoriza a autonomia, minoriza a Casa maior da nossa autonomia, que é este Parlamento.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso não é uma interpelação à Mesa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, a nossa função Sr. Presidente está diminuída por uma atitude deliberada do Governo Regional que só tem comparação em algumas latitudes ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma artimanha regimental!

Presidente: Sr. Deputado, muito obrigado, pela sua interpelação.

Mais uma interpelação.

Faça favor Sra. Deputada Zuraida Soares.

Interpelação à Mesa, não é?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Interpelação à Mesa, vai ter que ser só para que fique registado Sr. Presidente que a tal pergunta que o Sr. Presidente considerou que toda a gente sabia qual era, não foi respondida.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para encerrar o debate ...

Sr. Deputado Joaquim Machado para?

Sr. Deputado Jorge Macedo, para se inscrever?

Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, eu podia fazer uma interpelação como outros colegas já fizeram; podia fazer um protesto que era o que o senhor merecia e o que este Governo merecia que nós fizéssemos hoje e agora, mas vou utilizar o tempo do PSD para dizer que a vossa conduta nesta interpelação não é digna de um Governo responsável e que respeita a democracia dentro desta Casa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Quando os senhores enchem a boca a dizer que esta é a Casa da democracia, esta é a Casa da transparência, tem que começar por questões básicas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Devia ter a humildade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é mandar procurar!

O Orador: ... que é responder àquilo que lhe perguntaram e até agora da parte do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes não houve respostas àquilo que lhe perguntaram.

A pergunta que eu lhe faço é: o senhor vai responder àquilo que lhe perguntaram ou vai ficar calado?

É uma pergunta muito simples e que gastou o tempo do PSD mas que tem que ser respondida.

Vai responder àquilo que lhe perguntaram ou vai manter o silêncio que manteve durante esta interpelação?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para encerrar o Deputado, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem um minuto, não sei se quer utilizar ...

Desculpe, o Sr. Secretário quer inscrever-se novamente?

Faça favor Sr. Secretário. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, as respostas às vossas perguntas foram dadas, eu lamento é de não ser as respostas que os senhores queriam ouvir...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Essa conversa está gasta!

O Orador: ... mas elas foram todas respondidas, à exceção de uma questão que o Sr. Deputado Jorge Macedo colocou e que se prendia com o número de administradores que tinham entrado e que tinham saído.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): E muitas outras!

O Orador: Oh Sr. Deputado, mas em quatro anos eu digo-lhe que até podiam ter entrado e saído dez administradores porque os períodos do mandato são de 3 anos, o que significa que poderia haver renovação total.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O que é normal!

O Orador: Houve de nove como poderia ter havido de dez e essa efetivamente tinha sido uma pergunta que tinha ficado sem resposta.

Quanto às restantes, às questões aqui colocadas elas foram respondidas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É falso!

Frota ociosa! É falso!

O Orador: Lamento é que não seja com as respostas que os senhores pretendiam ouvir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Presidente: Agora neste momento não tenho mais nenhuma inscrição.

Para encerrar o debate regimental dou a palavra ao Governo porque ainda lhe resta três minutos.

Deseja utilizar os três minutos para encerrar o debate e depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão ainda tem um minuto para encerrar o debate.

Sr. Secretário quer utilizar o tempo que lhe falta?

Tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora responda às perguntas!

O Orador: Mais uma vez se provou que esta interpelação tinha como único objetivo o show-off político, utilizar a SATA como arma de arremesso político, foi isto que se tentou fazer com esta interpelação...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a oposição canta!

O Orador: ... com vários dos Srs. Deputados a irem para além do objeto da própria interpelação, com o objetivo claro de denegrir a imagem da companhia aérea regional.

Não contem connosco para este jogo!

Não connosco para contribuir para a destruição a SATA!

Os açorianos e açorianas sabem que podem contar connosco para ajudar a prosseguir o trabalho de desenvolvimento que a SATA tem vindo a fazer e de recuperação que tem vindo a fazer.

É este o nosso caminho, é este o caminho que as açorianas e os açorianos sabem que podem contar connosco para ajudar a SATA a desenvolver a sua atividade e a ultrapassar os desafios que tem pela frente; a preservar os seus postos de trabalho seja com quem for no seu Conselho de Administração, seja porque a linha está definida e a linha é uma linha de sucesso porque a SATA é um instrumento fundamental para a consolidação da autonomia regional.

É este o caminho que iremos prosseguir.

Eu sei que aos senhores custa e também sei que os senhores querem utilizar a SATA com o objetivo claro do resultado eleitoral de 2016.

Não contem connosco para isso porque a SATA é um instrumento de todos os açorianos e para todos os açorianos.

Tenho dito.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ninguém acredita nisso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Presidente: Agora para encerrar o debate quero lembrar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM que tem somente um minuto para a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que nós assistimos agora foi a um Secretário Regional, Sr. Secretário Vitor Fraga completamente de cabeça perdida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Desesperado!

O Orador: Completamente de cabeça perdida com um debate que lhe correu mal, com um debate em que não teve capacidade de responder às perguntas que a oposição lhe colocou e que a intervenção final é bem o reflexo da situação em que se encontra com uma gestão desacreditada e todos nós acreditamos e verificámos que se calhar o Sr. Dr. Luís Parreirão fez mal em sair sozinho.

O que eu considero fundamental é que esta interpelação, como a Comissão de Inquérito, como todas as outras iniciativas que a oposição trouxe a esta Casa, foram fundamentais no sentido de dar a importância que a SATA merece do ponto de vista da nossa Região, e termino já Sr. Presidente, ou seja o que nós queremos é protegê-la da má governação que o PS, que o Governo Regional introduziu na empresa.

Isso tem sido evidente, temos uma empresa endividada, temos uma empresa numa situação muito difícil e a nossa intervenção, a intervenção do conjunto da oposição é uma intervenção pedagógica colocando questões que são questões pertinentes a que o Governo não tem capacidade de responder.

O que assistimos aqui, repito, foi a um Secretário Regional de cabeça perdida porque sabe que já não tem condições para continuar a desenvolver a sua atividade

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... no Governo Regional e a tutelar este setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Sr. Deputado, era só para lhe avisar que já tinha ultrapassado um pouco o tempo.

Terminámos este primeiro ponto da nossa Agenda.

Vou imediatamente passar para o segundo ponto que se segue na nossa Agenda que é: **Projeto de Deliberação n.º 4/X – “Suspensão do decurso do prazo para entrega do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao**

Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Vou colocar à votação o Projeto de deliberação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de deliberação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Art.º 67.º. Trinta minutos de intervalo. Até já.

Eram 16 horas e 13 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Presidente ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Por decisão da Conferência de Líderes o ponto 3 da nossa Agenda será debatido posteriormente, pelo que avançamos agora para o ponto 4: **Petição n.º 30/X – “Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico no concelho da Madalena”**.

Esta Petição é apresentada por Vanda Maria Alves Serpa, na qualidade de primeira subscritora.

Rege esta matéria o art.º 192.º do nosso Regimento: cada Grupo e Representação Parlamentar dispõe de 10 minutos e só pode intervir uma única vez.

Para apresentação do Relatório tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes na qualidade de Relatora da Comissão

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Petição n.º 30/X – “Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico no concelho da Madalena”

CAPÍTULO I

Introdução

A 22 de outubro de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 30/X, intitulada “Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico no concelho da Madalena”, que reúne um total de 1604 (mil, seiscentas e quatro) assinaturas, tendo como primeira signatária, Vanda Maria Alves Serpa.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 03 de novembro de 2014, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 08 de setembro de 2015, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à “Saúde”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 18 de dezembro de 2014, na delegação da Assembleia Legislativa, em Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição vem solicitar que recue definitivamente na possível intenção que possa ter o Secretário Regional da Saúde em centralizar o serviço de urgências no Centro de Saúde da Madalena.

Este pedido é fundamentado por várias razões apontadas e que, de forma generalizada, se consubstanciam no facto do Centro de Saúde da Madalena não ser geograficamente central em relação aos demais concelhos existentes. Distância esta que referem ser cerca de 20 a 30 Km em relação aos demais concelhos. A consumir-se esta intenção, indicam que haverá um aumento de custos com transportes seja para o Serviço Regional de Saúde, como para os cidadãos; que o benefício de um terço da população prejudicará os restantes dois terços. Referem ainda que na Madalena existe apenas um Centro de Saúde e não um Hospital, não justificando assim esta concentração de serviços de urgência naquele espaço e que tendo este mais valências que os restantes, tal não deve implicar o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente nos restantes de Centros de Saúde da ilha.

c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião do dia 18 de dezembro de 2014, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição, Vanda Maria Alves Serpa;
- Audição do Secretário Regional da Saúde, Luis Mendes Cabral

1) AUDIÇÃO DA PRIMEIRA SUBSCRITORA, VANDA MARIA ALVES SERPA

A peticionária, Vanda Serpa, iniciou a sua audição referindo que a população da ilha do Pico sente uma instabilidade no que respeita à disponibilização de serviços de saúde. Isto porque entre a apresentação do Plano Regional de Saúde e a decisão do Secretário Regional de Saúde em instalar o serviço de atendimento permanente na Madalena verificam-se decisões contraditórias. A preocupação da população tem sido manifestamente demonstrada pela franca

adesão desta às sessões de esclarecimento efetuadas pelo Secretário Regional da Saúde, sempre que têm surgidos momentos de maior controvérsia.

A peticionária defendeu também que a fixação de serviços numa determinada localidade não deve ter em conta apenas o que se torna mais propício mas também a disponibilização dos serviços prestados nas diversas localidades dessa ilha e a dispersão das localidades entre si. Está confirmado que a Madalena não é o concelho mais central em relação aos outros dois concelhos, fator relevante quando se fala em prestação de serviços essenciais à saúde da população.

Finda a apresentação da petição, a peticionária disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, momento que foi utilizado pelos deputados Cláudio Lopes, Lizuarte Machado e Luís Maurício.

O deputado Cláudio Lopes questionou a peticionária se estes se opõem a qualquer mudança no sistema de saúde daquela ilha ou, por outro lado, concordam com alterações desde que estas venham melhorar os serviços existentes, acautelando que os serviços já instalados nos concelhos de São Roque do Pico e Lajes do Pico não sejam daí retirados?

A peticionária respondeu que não se opõem ao que venha melhorar o acesso aos serviços de saúde naquela ilha, muito pelo contrário, tudo o que seja para benefício de toda a população é bem-vindo. O que está subjacente na decisão anunciada é uma concentração de serviços no concelho da Madalena, quando 75% da população reside nos outros 2 concelhos da ilha do Pico. O serviço de atendimento permanente é necessário nos outros concelhos e não se deve retirar à população serviços que estas já usufruíam.

O deputado Cláudio Lopes criticou a postura do Secretário da tutela afirmando que a onda de contestação verificada na ilha do Pico é resultado de uma ansiedade generalizada, em muito consequência da falta de esclarecimentos por parte da tutela. Criticou o facto do Secretário Regional deslocar-se à ilha do

Pico para prestar esclarecimentos apenas depois de já existir muita polémica à volta das alterações anunciadas. Um dos fatores que contribuiu para essa situação foi o facto de no Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde estarem indicadas determinadas medidas e mais tarde, o Secretário responsável por essa área vir anunciar medidas completamente diferentes. Exemplo disso foi não manter os Centros de Saúde como avançados, retirar o laboratório de análises clínicas de São Roque do Pico, onde existia uma técnica especialista em análises clínicas, um laboratório com condições de ser certificado e onde o tempo de espera para levantar o resultado das análises rondava os 2/3 dias ao contrário do que se verifica atualmente, onde o tempo de espera se situa à volta dos 8 dias úteis e sem confiança da sua fiabilidade. Apontou também a retirada da lavandaria do mesmo Centro de Saúde e comentou que houve intenção de retirar o aparelho de raio X do Centro de Saúde das Lajes do Pico. Se paralelamente a isto tudo se verificasse a instalação de um verdadeiro serviço de urgência, a população encontrar-se-ia mais tranquila, mas tal não acontece com o serviço de atendimento permanente existente, concluiu o deputado.

O deputado Luís Maurício comentou que ao invés da tutela esclarecer depois das decisões tomadas e da polémica instalada, deveria fazê-lo antes de tomar as decisões e que auscultar a população não significa acatar todas as vontades, mas permite recolher contributos para tomar decisões mais conscientes e fundadas. Após a audição e saída da peticionária da reunião, o deputado Lizuarte Machado leu uma reflexão, de sua autoria, sobre este assunto. Começou por fazer uma resenha histórica do serviço de saúde no Pico enquadrado no serviço regional de saúde desde 1972. Mencionou as opções políticas e as suas variantes consoante o partido que esteve no poder regional. Destacou que a opção da construção do hospital da Horta foi condicionante para todas as opções restantes tomadas em relação à ilha do Pico. Referiu ainda que a

deliberação de fazer deslocar especialistas à ilha foi muito importante para a melhoria dos cuidados de saúde prestados às populações do Pico, bem como a posterior criação da Unidade de Saúde de ilha. Na sua opinião a decisão, já mais recente, de construir um novo centro de saúde na Madalena gerou acrescidas expectativas que, atendendo ao histórico, tal anúncio gerou na população da ilha do Pico. O deputado Lizuarte concluiu dizendo que o Centro de Saúde da Madalena deve constituir-se como uma verdadeira extensão dos três hospitais centrais da região, com complementaridade e efetiva melhoria de qualidade de serviços de saúde quer ao nível dos equipamentos disponíveis quer ao nível dos recursos humanos presentes, seja de forma permanente ou pontual. Algo que ainda não foi atingido plenamente na opinião do deputado Lizuarte.

2) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), LUIS MENDES CABRAL

O SRS iniciou a sua audição sublinhando que tem sido uma vontade intrínseca de perceber as dúvidas, anseios e contestações das pessoas, que o tem levado ao encontro dos cidadãos nestes últimos tempos, com o objetivo de os esclarecer e tranquilizar.

De seguida, teceu algumas considerações sobre esta matéria, considerando ser importante diferenciar o sistema de urgência, do sistema de internamento, bem como distinguir o que são cuidados de saúde primários - chamados de primeira linha - existentes em todas as ilhas e fundamentais para a população, dos cuidados de saúde básicos, bem assim distinguir os cuidados de saúde assentes na medicina geral e familiar, dos cuidados de saúde hospitalares.

No caso em particular, o que o Governo pretende é reforçar as capacidades de cuidados de saúde na ilha do Pico. Pretende-se criar no Centro de Saúde da Madalena, um Pólo descentralizado do Hospital da Horta, potenciando o serviço de urgência e o serviço de internamento, promovendo uma articulação diferente do habitual. Desta forma evitar-se-á que os cidadãos do Pico tenham

de ser internados no Hospital da Horta e possam passar a sê-lo neste Pólo instalado no Centro de Saúde da Madalena. Este Pólo vem beneficiar não só o concelho da Madalena, mas toda a ilha do Pico, proporcionando uma melhor qualidade a níveis de cuidados de saúde prestados e criando novas alternativas a todos os picoenses. O Governo Regional está também a evidenciar os esforços necessários para instalar uma viatura SIV na zona da Piedade permitindo uma melhor resposta a esse nível.

Referindo-se em concreto ao exposto na Petição, o SRS concluiu da leitura da mesma que os peticionários não estão contra um serviço de urgência na ilha do Pico. A centralização aludida não se pode referir a um serviço de urgência que até então nunca existiu no Pico, mas sim a um serviço de atendimento permanente. Assim sendo, o SRS esclareceu que o serviço de atendimento permanente até então existente no Pico continuará a funcionar nos restantes Centros de Saúde, como sempre aconteceu. Na Madalena passará a existir sim, um serviço de atendimento urgente, serviço este criado agora e que pretende ser uma mais-valia para os cidadãos daquela ilha. A instalação deste Pólo descentralizado do Hospital da Horta, naquele Centro de Saúde deve-se a vários fatores, nomeadamente a estrutura física do espaço em questão e a sua proximidade ao Hospital de origem, permitindo uma mobilidade mais eficaz de profissionais. Muito mais do que pensar em custos e despesas, esta medida pretende criar um serviço de maior qualidade e dar uma capacidade de resposta inovadora não só a um terço da população, mas sim à totalidade da população residente naquela ilha. Concluiu a primeira parte da sua audição, exemplificando que situação idêntica já se encontra a funcionar em vários locais, como na Praia da Vitória, em que existe um serviço de cuidados primários a funcionar entre as 08h e as 24h00 e existe um Pólo do Hospital de Santo Espírito onde funciona o serviço de atendimento urgente.

Finda a apreciação da petição, o Secretário Regional disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, período utilizado pelo deputado Cláudio Lopes.

O deputado Cláudio Lopes comentou a importância de existir um diálogo com a população para esclarecer situações que, como esta, tem gerado muita controvérsia. O deputado disse aceitar de bom grado que se pretenda criar um bom serviço de urgência em matéria de internamento, dotando a ilha com recursos humanos e tecnológicos que permitam esse serviço. Não aceita é que se retirem os serviços que sempre existiram nos concelhos das Lajes do Pico e de São Roque do Pico, o que leva a um serviço deficitário e prejudica a proximidade que se diz pretende fomentar e estreitar. As razões invocadas quanto ao apetrechamento não correspondem à total veracidade dos factos, uma vez que o que se verificou foi uma retirada do laboratório de análises e da lavandaria do Centro de Saúde de São Roque do Pico. Uma vez que o apetrechamento existente no espaço físico do Centro de Saúde da Madalena é uma das principais razões invocadas pelo SRS para justificar a escolha deste local para instalação do serviço de urgência, o deputado questionou-o sobre os 2 milhões de euros inscritos no Plano e Orçamento para 2014, para aquisição de equipamentos para o Centro de Saúde da Madalena - quais foram os equipamentos adquiridos e o valor despendido nessas aquisições.

O SRS respondeu que foram adquiridos um equipamento novo de raio x e todos os equipamentos novos necessários ao internamento de doentes, sendo lógico que os equipamentos que se encontravam em bom estado naquele Centro de Saúde não iriam ser desperdiçados, por isso foram integrados na nova infraestrutura. Quanto aos 2 milhões invocados pelo deputado Cláudio Lopes, o SRS esclareceu que estes estavam condicionados à utilização de fundos comunitários, e que como tal não foi possível utilizar o valor total, mas apenas 210 mil euros.

O deputado Cláudio Lopes continuou, afirmando que o SRS ter-se-ia comprometido a não iniciar esta centralização do serviço de urgência no concelho da Madalena enquanto não fossem criadas determinadas condições, nomeadamente a viatura SIV já referida e cujo início do seu funcionamento se aguarda desde Março. Aliado a esta ausência da viatura SIV nota-se também que dos 15 elementos afetos a estas viaturas, 7 já desistiram e os que sobram manifestam alguma indisponibilidade para prestar serviço. Questionou assim, qual a leitura que o SRS faz do funcionamento destas viaturas e se os problemas verificados com os tripulantes decorrem de queixas remuneratórias.

O SRS respondeu que o funcionamento destas viaturas é idêntico nas ilhas Terceira, São Miguel e Faial, e que a formação dada foi muito importante. O projeto implica a admissão de mais pessoas, sendo que o valor pago será idêntico ao de outros profissionais a exercer as mesmas funções. As viaturas SIV são um investimento que o Governo Regional considera ser uma mais-valia para uma melhor prestação de serviços de saúde e assim será também na ilha do Pico. Para exemplificar a importância destas viaturas e a diferença que podem fazer, o SRS deu nota de um caso de sucesso – um homem de 52 anos de idade, com enfarte do miocárdio, foi socorrido pela viatura SIV, onde teve uma paragem cardio respiratória, sendo transportado para o Hospital do Espírito Santo, em Ponta Delgada e sujeito a uma cirurgia, encontrando-se vivo atualmente, felizmente. Muito provavelmente se não tivesse sido socorrido por uma viatura SIV, hoje já não estaria com vida. Cada caso é um caso, e cada caso merece todo o nosso investimento, concluiu.

O deputado Cláudio Lopes concluiu, solicitando esclarecimentos sobre a anunciada criação de uma Seção de Bombeiros na freguesia da Piedade do Pico prevista para o mês de Fevereiro e que até à data ainda não está instalada; o problema da falta de profissionais de saúde na ilha do Pico é uma realidade, a deslocação de especialistas aquela ilha, outro problema real. A concentração do

serviço de urgência irá implicar uma maior disponibilidade de médicos de família? De mais especialistas à ilha do Pico? E relativamente aos internamentos, serão limitados ao Centro de Saúde da Madalena ou continuarão a efetuar-se nos 3 Centros de Saúde, questionou o deputado.

O SRS respondeu que a instalação da Seção de Bombeiros não depende apenas do Governo Regional. Aliás, o Governo Regional tem feito tudo o que está ao seu alcance para que a concretização dessa medida, mas a falta de elementos tem prologado essa situação de impasse. O Serviço de Proteção Civil tem insistido junto da Associação Humanitária de Bombeiros das Lajes do Pico que neste momento pondera solicitar a colaboração de outras Associações Humanitárias. Quanto aos médicos de família, o SRS afirmou que em breve surgirão novidades. Em relação ao serviço de urgência, disse não ser possível exigir um corpo clínico que assegure um serviço de urgência 24/24 horas em detrimento do que é um atendimento regular nos restantes Centros de Saúde. Existe um número de médicos que garante a cobertura assistencial; o serviço de urgência e internamentos agudos serão efetuados no centro de Saúde da Madalena, os internamentos em regime de cuidados continuados continuarão a ser efetuados também nos Centros de Saúde de São Roque e das Lajes do Pico.

A deputada Ana Espínola questionou se haverá alteração de horário nos Centros de Saúde de São Roque e Lajes do Pico, ao que o SRS respondeu que a estarem criadas condições para um tipo de atendimento diferente, poderá levar a uma revisão do atendimento permanente, o que não implica com os cuidados de saúde primários, que manterão um atendimento mais alargado, com a cobertura do médico de medicina geral e familiar.

O deputado Miguel Costa sublinhou a distinção existente entre dois pontos de vista – o do PSD e do Governo Regional. Importante é igualmente interpretar que esta petição surge de uma ampla discussão, sem precedentes, que ocorreu no Pico. Mais importante que a lavandaria ou o laboratório de análises clínicas,

o deputado considerou ser que, da decisão tomada resulte a garantia de melhores cuidados de saúde para a população da ilha do Pico. E isso é garantido pelo SRS quando assegura que não haverá alterações no serviço de atendimento permanente em São Roque do Pico e Lajes do Pico enquanto não estiver garantido o serviço de urgência no concelho da Madalena.

O deputado questionou se será ou não instalada uma 2ª ambulância SIV no concelho das Lajes do Pico; se houve ou não um parecer técnico emitido pelos Centros de Saúde do Pico, e se está prevista uma articulação de deslocação de especialistas entre o Hospital da Horta e o Pólo destacado no Centro de Saúde da Madalena, evitando a deslocação de doentes para a Horta.

O SRS esclareceu que o compromisso do Governo Regional sempre foi de só proceder a ajustes nos horários nos serviços de atendimento permanente após o funcionamento em pleno do serviço de urgência, à semelhança do que também se verificou na Ribeira Grande e Nordeste, por exemplo. A instalação de uma 2ª ambulância SIV justifica-se pela realidade geográfica, nada tem a ver com o número de solicitações, pelo contrário, estas apresentam uma média de 1 chamada por dia.

Ainda em resposta ao deputado Cláudio Lopes, o SRS disse que o Governo Regional não toma decisões baseadas apenas em opções – o Governo reuniu com os profissionais de saúde da ilha do Pico, ouvindo o que estes tinham a dizer, numa clara demonstração de espírito democrático. Além disto, o Governo Regional também lançou o repto para pronúncia, por escrito, do modelo proposto. Este repto foi acolhido em modo individual, não tendo sido emitido um parecer conjunto. Na generalidade, foi compreendido que teriam de ser feitas alterações ao modelo que se encontrava até então em vigor, e acreditam igualmente que este é um dos melhores modelos implementados até agora.

Por último, quanto à deslocação de especialistas, a articulação de especialistas entre o Hospital da Horta e o Pólo na Madalena é um dos objetivos pretendidos, à semelhança de outras colaborações que também estão programadas.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) A presente petição foi subscrita por 1604 cidadãos, pelo que deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) A representante dos peticionários, atentas as razões acima referidas [item da audição em causa], manifestou a respetiva oposição a uma eventual centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico;
- 3) O responsável pela tutela da Saúde na Região Autónoma dos Açores explicou, conforme consta supra [item referente à audição em causa], a posição do executivo sobre esta matéria;
- 4) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Saúde.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora, *Arlinda Nunes*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Catarina Moniz Furtado*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a Petição que agora é apreciada neste Parlamento, em 1º lugar e em nome da bancada do GPPSD, gostaria de endereçar uma palavra de apreço aos 1.604 picoenses que subscreveram esta iniciativa e a formalizaram junto da Casa-Mãe da AUTONOMIA REGIONAL, esta ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Independentemente do conteúdo e dos propósitos que esta Petição encerra, ela é louvável, e digna do nosso registo positivo, pois ela significa que os cidadãos da ilha do Pico se empenham, quando tal é necessário, em causas coletivas e na defesa dos direitos que lhes estão subjacentes, insurgindo-se perante os Poderes instituídos e reclamando justiça social, como é o exemplo do objeto desta Petição “Centralização dos Serviços de Urgência da Ilha do Pico no Concelho da Madalena”.

Em 2º lugar, quero deixar aqui um reparo:

Levar 412 dias para dar tratamento a qualquer Petição que dê entrada neste Parlamento, não pretendendo aqui e agora apurar as causas dessa demora, parece-me demasiado tempo para que este Parlamento dê resposta, em tempo oportuno, às cidadãs e cidadãos açorianos, que num exercício legítimo de cidadania ativa e de democracia participativa, se dirigem formalmente a esta Assembleia Legislativa.

Estas iniciativas devem merecer o respeito e a consideração de todos nós e deste Parlamento, em concreto.

Levar mais de 1 ano para que este Parlamento se pronuncie sobre uma Petição, têm de haver razões ponderosas, o que não me parece ter sido este o caso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também não foi por isso que o objeto e o conteúdo desta Petição perderam atualidade.

Na verdade, e no fundo, a preocupação que mobilizou os mais de 1.600 picoenses em torno desta Petição e que é comum a mais uns bons milhares de picoenses, é, objetivamente, esta:

- **os picoenses continuam a aguardar uma resposta clara e concreta deste Governo, não da sua intenção em centralizar todo o serviço de urgência no C.S. da Madalena, porque isso já sabemos que é a intenção do Secretário Regional da Saúde, mas sim, como essa centralização vai ser feita? Quando vai ser feita? Com que recursos humanos e tecnológicos (do ponto de vista clínico), ela será suportada? E quando vamos ter todos esses recursos na ilha do Pico?**

- os picoenses continuam à espera de uma resposta clara e concreta, sobre o que vai suceder às valências existentes nos Centros de Saúde das Lajes e de São Roque, e que impactos, as eventuais alterações no sistema de saúde da ilha, terão nas populações daqueles dois Concelhos?

- os picoenses continuam a aguardar a concretização das promessas anunciadas aos picoenses, nomeadamente a criação de uma secção destacada dos Bombeiros Voluntários, na freguesia da Piedade, com uma ambulância.

- os picoenses continuam a aguardar a entrada em funcionamento da 2ª viatura SIV, no Sul do Pico, e esperam que as duas viaturas estejam em serviço permanente 24 horas por dia, todos os dias da semana, porque um acidente ou uma doença súbita, não têm hora marcada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: - os picoenses continuam à espera que este Governo adquira os equipamentos clínicos necessários para equipar o Novo Centro de Saúde da Madalena, nomeadamente o aparelho de TAC e de ECO, para assim se poder então criar o tal serviço de urgência, prestando cuidados diferenciados!

- os picoenses em geral, incluindo os 1.600 subscritores da Petição, não estão contra a criação de um Serviço de Urgência no C.S. da Madalena, pelo contrário aplaudem a criação desse Serviço, reconhecendo nele uma mais valia, sobretudo porque poderá evitar muitas deslocações dos utentes para fora da ilha a fim de serem tratados.

- o que os picoenses não aprovam é que criando-se esse Serviço, se anulem serviços de proximidade, que são importantes, e que são há muitos anos prestados pelos Centros de Saúde das Lajes e de São Roque, em benefício das respetivas populações.

- os picoenses também esperam, e confiam, que nesta matéria tão importante para a ilha, os políticos da ilha estejam em sintonia, e que coloquem os interesses da ilha e das suas populações à frente dos interesses partidários.

A este propósito recordo aqui apenas dois parágrafos de escritos públicos, de um político picoense: **“Infelizmente a quebra de qualidade na prestação dos cuidados de saúde, no Pico, é uma realidade dos últimos tempos que não podemos esconder ou negar”**, outro parágrafo **“ para melhorar os serviços de saúde não basta uma doutrina. É indispensável conduzir um processo de mudança... Há muito a poupar e a racionalizar na saúde mas isso só será possível com meios técnicos adequados, meios humanos motivados e, sobretudo, com uma filosofia que reponha o verdadeiro espírito dos centros de saúde e dos cuidados básicos”** citei o Deputado picoense Lizuarte Machado, com o qual concordo quanto a estas afirmações e com muitas outras mais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: - os picoenses anseiam ainda, por ver retomada, em níveis desejáveis, a deslocação de especialistas à ilha, como já tiveram até ao ano 2012, que era, sublinhe-se, um Bom Serviço prestado aos picoenses, mas que o Secretário Regional da Saúde acabou por destruir.

Relembro que na ilha do Pico, a relação de consultas de especialistas entre os anos 2012 e 2014 foi de 82% e que o número de especialidades reduziu de 16 para 5, entre aqueles dois anos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há questão social e política que una tanto os picoenses como a necessidade de termos na ilha mais e melhores cuidados de saúde. Este é um problema histórico e recorrente na ilha do Pico!

Mas também não há questão mais sensível que possa dividir as populações dos três Concelhos que é colocar em causa aquilo que de essencial as populações desses Concelhos consideram dever usufruir em matéria de saúde, prestada com proximidade e humanismo, como tem sido desde há muitos anos a esta parte prestada pelos três Centros de Saúde da ilha.

Qualquer alteração ao sistema que tenha de ser feita, tem de ser tratada com grande sensibilidade, com muito diálogo e com muito esclarecimento.

Neste domínio, creio que falhou a intervenção do Governo.

Faltou diálogo, com profissionais de saúde com longa experiência de trabalho na ilha, e faltou diálogo com as populações. Faltou esclarecimento do que efetivamente iria acontecer e houve pouca sensibilidade.

Por causa disso, houve muitas e fortes reações:

- do Conselho de ilha
- de órgãos autárquicos (Assembleias Municipais e Executivos Camarários)
- de estruturas partidárias
- e das populações

Recordo aqui as grandes concentrações, que envolveram centenas de picoenses, exigindo explicações do Secretário Regional da Saúde, no Salão Nobre da C. M. de São Roque e no Salão da Silveira, nas Lajes do Pico.

Mas as pretensas alterações não são apenas preocupação da população picoense em geral, são também dos profissionais de Saúde e dos funcionários da USIP, que (em surdina), vão manifestando a sua apreensão.

Tem havido, contudo, e reconheçamos isso, alguns recuos ou compassos de espera, talvez.

Porém, isso só alimenta mais dúvidas e incertezas, revelando, concomitantemente, falta de firmeza por parte de quem Governa.

Governar é fazer escolhas. Mas fazer escolhas acertadas! Se esta é uma escolha acertada do Governo, não há que ziguezaguear na implementação das medidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando assim acontece, a dúvida instala-se, e as populações alvo dessas medidas exigem, e bem, o cumprimento das promessas proferidas.

O que os picoenses dispensam e rejeitam, é serem enganados pelos políticos.

- quem prometeu partos no Pico, não foi o PSD, foi o PS! (Foi um Governo socialista de Carlos César, negado por um Governo socialista do Dr. Vasco Cordeiro),

- quem prometeu serviços diferenciados de saúde no Pico, não foi o PSD, foi o PS!

- Quem prometeu uma extensão de saúde e uma secção destacada de Bombeiros na freguesia da Piedade, não foi o PSD, foi o PS!

- quem é responsável pelas políticas de saúde, não é o PSD é o Governo do PS!

- quem governa nos Açores, por enquanto, não é o PSD é o PS!

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto é ao PS e ao Governo por este partido suportado que é legítimo exigir o cumprimento das promessas feitas aos picoenses!

Os picoenses não pedem impossibilidades, mas pedem mais responsabilidade, a quem eventualmente prometeu impossibilidades!

Está provado que construir edifícios não chega para resolver problemas como os da Saúde! Fazer isso é apenas a parte mais fácil e que fica para a fotografia.

Uma ilha como o Pico, grande em área, com muitas comunidades geograficamente dispersas, populações envelhecidas e com mobilidade reduzida, sem rede pública de transportes adequada às necessidades atuais, necessita ter um serviço de saúde ajustado à realidade geográfica, demográfica e social da ilha.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta, como em qualquer outra matéria da política regional, o PSD-A defende uma autonomia de valores e de resultados.

A Autonomia tem de ter sua expressão na melhoria da qualidade de vida dos açorianos que vivem em cada uma das nossas ilhas, incluindo as mais pequenas e menos populosas.

A saúde é o bem mais precioso que todos os açorianos almejam alcançar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Proporcionar-lhes esse bem é uma das mais importantes missões da governação regional.

O PSD-A vai continuar a lutar por isso, na oposição ou na governação.

Porque este é um dos mais importantes desígnios da nossa AUTONOMIA.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura, temos assistido, com interessante frequência, ao exercício do direito que assiste aos cidadãos em chamarem a atenção das entidades competentes para situações que preocupam ou que exigem outro tipo de solução. Portanto, gostaria de saudar os peticionários, na pessoa da sua 1^a signatária, Sra. Vanda Serpa, que colocou de forma bastante clara as preocupações da população da Ilha do Pico, relativamente à centralização de serviços de urgências no novo Centro de Saúde da Madalena.

Nesta Legislatura a Saúde tem sido um tema bastante controversa, o Governo tenta impor solução centralizadoras de forma homogénea, o que deveria ter tido um tratamento diferencial, porque somos parcelas de território distintas, com orografias específicas, com densidades populacionais diversas mas que merecem um tratamento equitativo em relação às ilhas mais populosas.

Em situação alguma vimos, nesta casa, a exigência, no caso da Saúde, de serviços iguais em ilhas diferentes, mas, também, não podemos assistir impávidos e serenos à tentativa de usurpação silenciosa de serviços de proximidade de que as populações necessitam.

Talvez para quem viva numa ilha onde é fácil aceder a um Hospital não seja de fácil compreensão a necessidade e a segurança que transmite aos açorianos de uma ilha que não tem hospital a existência de um serviço de atendimento permanente na sua localidade. E não estou a falar em criar novos serviços, estamos a referir-nos a serviços que já existem há muitos anos.

Talvez isto pareça algo muito distante, mas é bem real e passa-se em 6 das 9 ilhas dos Açores. Certamente que não são a maioria da população residente, mas, certamente, não são nem merecem ser tratados como cidadãos de 2^o categoria.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao invés de se criarem melhores condições de acesso a cuidados de saúde, o que temos assistido, nas ilhas sem hospital, é a uma tentativa de reduzir meios e serviços com um único intuito – a poupança.

Foram os sistemas point-of-care, foram as novas regras de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, é a ausência de uma calendarização clara das deslocações de especialistas às ilhas sem hospital, é a articulação entre hospitais e unidades de saúde que teima em não efetivar-se, sobretudo quando se tratam de exames complementares de diagnóstico e posterior seguimento nas consultas de especialidade...

Mas centrando-me na petição que agora estamos a analisar e até para se perceber o que tem sido a história da saúde na ilha do Pico e da construção do novo Centro de Saúde da Madalena interessa fazer um resumo histórico:

1º foi prometido, pelo antigo Presidente do Governo Regional, Carlos César, um novo Centro de Saúde na Madalena com maternidade... Decorria o ano de 2007... Só em 2012 seria lançada a 1ª pedra da obra do novo centro de Saúde da Madalena, que iria permitir a prestação de cuidados de saúde a nível das diferentes especialidades, como a ginecologia e obstetrícia, oftalmologia, otorrino e pediatria.

Estava ainda prevista uma área obstétrica, que possibilitaria que as mulheres grávidas do Pico pudessem optar por realizar o parto na sua ilha

Já em 2013 Luís Cabral, atual Secretario Regional da Saúde, vem anunciar que, afinal, o Pico já não teria maternidade. Em seis anos de promessas a maternidade esfumou-se.

Hoje com a obra inaugurada nem maternidade, nem bloco de parto, mais uma vez o PS dá o dito pelo não dito.

Relativamente às viaturas SIV, não deixa de ser curioso que a implementação na Ilha do Pico seja singular, pois é feita em parceria com os municípios desta

ilha. Ou seja, o Governo instala uma viatura e são os municípios que adquirem a outra, ou seja são os municípios que acabam por se substituir às funções do Governo em assegurar a cobertura de cuidados de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há um ano atrás, quando esta Petição deu entrada nos serviços da Assembleia, a população do Pico estava preocupada com a centralização dos serviços de urgência no concelho da Madalena.

O que esta população pretende é que sejam mantidos os serviços existentes nos centros de saúde de S. Roque e nas Lages com um horário que responda às necessidades a quem a eles recorre.

Esta petição não está contra a melhoria de condições e de serviços diferenciados na Madalena, apenas querem manter os serviços de proximidades que usufruem, neste momento, e que lhes garante confiança e estabilidade nos serviços de saúde na ilha do Pico.

Esta petição apenas quer ver salvaguardado aquilo que, neste momento, tem, que é algo que é básico e de fácil compreensão para quem vive numa ilha em que não existe hospital, é de fácil compreensão para populações que necessitam com frequência deste tipo de serviço, é de fácil compreensão que para quem só tem o essencial e que é fundamental mantê-lo...

Estamos de acordo... Perfeitamente de acordo! Há mínimos que não se podem deixar de disponibilizar aos cidadãos desta Região, independentemente da ilha onde residem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada,

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome da Representação Parlamentar do PCP, saudar os peticionários na pessoa da primeira signatária, Sra. Vanda Serpa e registar que estas iniciativas são importantes e devem ser cultivadas porque é uma forma de participação democrática dos cidadãos e que louvamos.

Antes de propriamente (mas não deixa de estar ligado ao assunto) de tecer algumas considerações sobre a Petição, gostava de lembrar o seguinte: na Região, penso que todos nós, designadamente o PS, exige que a República pague aquilo que deve pagar, designadamente, por exemplo, aquilo que diz respeito à RTP e às instalações da RTP.

O mesmo deve acontecer e a mesma prática deve acontecer no interior da Região.

A segunda viatura SIV que entrará eventualmente em funcionamento na Ilha do Pico, não foi adquirida pelo Governo Regional, aliás, vai haver uma segunda viatura SIV na Ilha do Pico porque a Associação de Municípios da Ilha do Pico se disponibilizou para a sua aquisição.

Portanto, é bom que o PS também vá atendendo a estas contradições. Não se pode exigir só para um lado, a prática interna deve manter alguma congruência. Relativamente à questão da Petição dizer o seguinte: este encerramento do serviço de urgência, é uma transferência de custos e desde logo uma transferência de custos para os utentes que passam a ter que se deslocar.

Portanto, o acesso aos cuidados de saúde na Ilha do Pico, acabam por trazer custos acrescidos com estas opções do Governo Regional.

Esta medida é uma medida infelizmente casuística como são outras medidas no plano da saúde, sem integração num planeamento mais vasto.

É significativo que as valências das Unidades de Saúde e a sua organização e distribuição no território não façam parte do Plano Regional de Saúde: é pouco fundamentada, não foi discutida e conseqüentemente não foi bem entendida

pela população, aliás, esta é uma crítica que temos feito recorrentemente aqui, relativamente às questões da saúde.

No Plano da Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, na sua versão, dita final, de setembro de 2013, estava previsto que o Pico teria três Centros de Saúde avançados, que inclui, entre outras coisas laboratório que já entretanto foi retirado) e urgência básica.

Foi, digamos, um planeamento para picoense ver porque na prática as opções foram outras.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Leia tudo o que está lá escrito!

O Orador: Eu vou ler, Sr. Presidente.

Aliás, não é a primeira vez que nos pronunciamos sobre isto. Em junho deste ano tomámos posição aquando de uma visita ao Pico sobre estas questões, denunciando a política zigzagueante do Governo Regional que criou grandes indefinições e um justificado alarme por parte da população em relação ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde na ilha.

Por um lado, continua por potenciar o investimento significativo que foi feito no Centro de Saúde da Madalena, deixando partes importantes daquela estrutura completamente desaproveitadas em resultado da incapacidade e opção do Governo de não afetar um corpo clínico à estrutura de saúde da Ilha do Pico, bem assim como equipar aquela infraestrutura.

Por outro lado, esvaziaram-se os Centros de Saúde de S. Roque e das Lajes para tentar aproveitar a obra já feita e nitidamente mal planeada, aliás a história é longa e todos temos alguma consciência de qual foi o resultado ou de onde decorreu a construção daquele Centro de Saúde na Madalena.

Agora, o Centro de Saúde na Madalena, as novas instalações, não pode é servir de desculpa para esvaziar as restantes Unidades de Saúde da Ilha como na prática está a acontecer.

Esta política é tanto mais contraditória quando olhamos para o plano de investimentos que foi aproveitado e verificamos que há até a alocação de uma avultada verba para obras de beneficiação, designadamente do Centro de Saúde das Lajes do Pico, julgamos é que esse avultado investimento não deve ser apenas em paredes novas para o Centro de Saúde das Lajes do Pico, mas sim para que esse Centro de Saúde possa responder efetivamente às necessidades dos cuidados de saúde na Ilha do Pico.

Relativamente à questão dos Centros de Saúde das Lajes e de S. Roque, o Sr. Secretário foi afirmando, ou tem vindo a afirmar que estão a criar-se condições para um tipo de atendimento diferente que poderá levar a uma revisão do atendimento permanente.

Ora bem, Sr. Secretário e Sras. e Srs. Deputados, isto quer dizer que este tipo de alterações certamente darão lugar a outras petições por parte da população do Pico porque parece que o significado desta sua expressão levará de facto a alterações no serviço de atendimento permanente que não deixarão satisfeitas as populações e não responderão de todo às necessidades dos cuidados de saúde de proximidade.

Por outro lado, Sr. Secretário, eu sei que V. Exa. não pode falar nesta figura regimental mas eu não posso deixar de dizer o seguinte: Sr. Secretário, falar e reunir com os profissionais de saúde, seja na Ilha do Pico, seja em qualquer ilha da nossa Região, não é uma demonstração de espírito democrático. Não! É uma obrigação, é um ato de gestão, quem está à frente e quem tutela um determinado setor, essa é uma obrigação, é um ato de gestão porque se não ouvir não tem a ver com mais ou menos espírito democrático, é quem quer tratar efetivamente dos assuntos, tem necessariamente de se reunir com a comunidade, desde logo com os profissionais de saúde mas também com a população.

Aliás, Sr. Secretário, já numa interpelação que foi feita aqui por iniciativa da Representação Parlamentar do PCP em outubro de 2014, apontávamos-lhe

exatamente alguns desses problemas, designadamente que o que tem caracterizado na prática a ação dos Governos Regionais na gestão do Serviço Regional de Saúde, tem sido a constante intromissão política no plano técnico, decisões por vezes com grandes implicações na gestão em termos da ocupação de meios; criação e extinção de unidades tomadas de forma casuística, sem estarem solidamente fundamentadas em indicadores quantificados.

Todos conhecemos os exemplos de como perante um descontentamento local, com alguma carência de saúde, logo aparece um esforçado Secretário Regional, a mandar contratar a qualquer preço, a investir, a adquirir o que quer que seja para silenciar rapidamente os protestos das populações.

Isso não me parece que seja a melhor política, normalmente é ineficaz e mais caro.

Portanto, isto não conduz a um sistema coerente e eficaz, mas sim a uma manta de retalhos com duplicações e carências de meios e recursos, caro, ineficaz que gera desigualdades sociais e geográficas, no acesso e na prática ingerível.

Se planificamos precisamos e é necessário que não se viole ou altere o que está planificado ao saber das conveniências do momento e aquilo que temos assistido na Região são sobretudo decisões vindas de cima para baixo, pouco ou nada compreendidas pelo público a quem se destinam ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: vou já terminar, Sra. Presidente.

... tomadas sem o seu conhecimento e participação que geram descontentamento e mesmo grande alarme e insegurança em relação aos meios e respostas de saúde disponíveis.

Enquanto continuar esta política para a saúde, enquanto não houver um verdadeiro planeamento com a verdadeira participação da comunidade, profissionais e população, não teremos um Sistema Regional de Saúde, que dê

as respostas que a generalidade dos açorianos necessitam e que neste aqui os picoenses carecem e exigem.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem agora a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito obrigado Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores (GPPS/A) queria cumprimentar, com especial consideração, a Senhora primeira peticionária, D. Vanda Maria Alves Serpa, da Petição nº 30/X - “Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico, no concelho da Madalena”, agora em discussão.

O reforço da qualidade e da segurança da prestação de cuidados de saúde na ilha do Pico foi e, é uma prioridade para o Governo Regional dos Açores (GRA).

O Centro de Saúde da Madalena, uma infraestrutura moderna, com as melhorias efetuadas, e com a ampliação das valências, passou a ter as melhores condições, para ser uma extensão avançada dos três hospitais da Região Autónoma dos Açores (RAA), ficando capacitado para prestar melhores cuidados de saúde em diferentes especialidades à população da ilha do Pico.

Um serviço de atendimento urgente de elevada qualidade, reforçado de recursos humanos mais especializados e acrescido de equipamentos mais sofisticados, já, é e será uma grande mais-valia para todos habitantes da ilha do Pico.

Um serviço de internamento de agudos mais avançado, com especialistas em Medicina Interna, em presença física vinte e quatro (24) horas por dia, veio melhorar as condições de acompanhamento e de tratamento dos doentes, mais uma forte razão, para diminuir e evitar, consideravelmente, as deslocações dos pacientes para outros hospitais da Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que é importante realçar que a articulação entre os Centros de Saúde da ilha sai reforçada porque existe a continuidade dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) em funcionamento, em cada concelho da ilha e a prestação dos cuidados primários de saúde às pessoas sai fortalecida.

Esta medida vai ampliar a disponibilidade de médicos de Medicina Geral e Familiar nos Centros de Saúde, garantindo uma consulta aberta a mais utentes. Aumenta, consideravelmente, a acessibilidade e a produtividade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) sublinha que os internamentos em regime de cuidados continuados continuarão a ser efetuados nos Centros de S. Roque e das Lajes do Pico.

A instalação de uma 2ª viatura SIV, no concelho da Lajes do Pico é fundamental, para dar resposta de uma forma regular, com qualidade e em segurança às necessidades dos utentes e melhora a acessibilidade dos doentes aos cuidados de saúde mais especializados.

Em situações de emergência, esta estrutura de Suporte Imediato de Vida (SIV), tem dado resposta e salvado muitas vidas em todas as ilhas dos Açores, onde o serviço foi implementado.

Este serviço de transporte rápido e urgente dos doentes tem sido uma aposta ganha do Serviço Regional de Saúde (SRS) e uma grande mais-valia para o melhoramento da prestação de cuidados de saúde às pessoas.

A Reestruturação da Saúde implementada pelo Governo Regional dos Açores (GRA) foi difícil todavia, necessária para dar continuidade ao aumento da eficiência e da produtividade do Serviço Regional de Saúde (SRS).

Muitos procedimentos na estrutura da Saúde melhoraram muito, com as reformas implementadas, em todas as ilhas do arquipélago.

Os indicadores de saúde são positivos, favoráveis e estão equilibrados.

A acessibilidade dos açorianos, das açorianas e das pessoas que optaram por viver nos Açores tem aumentado consideravelmente com os sucessivos Governos do Partido Socialista.

Todos sabemos que o progresso e o desenvolvimento da Saúde nos Açores necessita de contínuos melhoramentos e constantes aperfeiçoamentos, sempre, com o objetivo bem definido de obter consistentes ganhos em saúde.

A deslocação de especialistas começa a ter, novamente, maior expressão, já são efetuadas na ilha do Pico, consultas de Pediatria, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Pneumologia, Imagiologia (Ecografias e Mamografias), Ortopedia, Fisiatria, Neurologia, Imunoalergologia e a importante especialidade de Medicina Interna.

Esta evolução da prestação de cuidados de saúde, em diversas importantes especialidades, certamente, traz melhores condições para os pacientes da ilha do Pico e, seguramente, é mais um avanço da organização e da estrutura do Serviço Regional de Saúde (SRS).

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que o desenvolvimento e a implementação das políticas de saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA) e mais concretamente na Unidade de Saúde da Ilha do Pico (USIP) são processos contínuos e dinâmicos.

Há, ainda, muito para aperfeiçoar e muito para afinar.

Todavia, os melhoramentos e a evolução na prestação de cuidados de saúde aos açorianos são visíveis e reais.

Os Açorianos e as Açorianas acreditam e têm depositado confiança no Partido Socialista para dar continuidade aos melhoramentos do Serviço Regional de Saúde (SRS).

A centralização do laboratório de análises e da lavandaria eram necessárias para aumentar a eficácia dos procedimentos, na Unidade de Saúde do Pico, o processo está implementado e reconhecidamente com bons resultados.

Uma melhor integração dos cuidados de saúde e uma melhor rede de serviços eleva a qualidade, a segurança e diminui os custos.

Uma melhor comunicação e uma melhor articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais, tem um grande impacto nos ganhos em saúde das pessoas é, isso, que a Secretaria Regional da Saúde pretende com as suas remodelações e os seus ajustes dos procedimentos dos serviços, na Unidade de Saúde da Ilha do Pico (USIP) e tem conseguido.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que os objetivos e as metas do Serviço Regional de Saúde (SRS), da Região Autónoma dos Açores (RAA) estão sendo cumpridos, garantindo uma melhor resposta, em segurança e com mais qualidade, às patologias das crianças, dos adultos e dos idosos açorianos.

Por vezes, é necessário centralizar para aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços, sempre com o objetivo bem delineado, de melhorar a capacidade dos recursos humanos e materiais existentes, para obter reais e consistentes ganhos em saúde.

O Governo Regional dos Açores (GRA) sabe o que fez ao longo dos últimos anos de governação, a Secretaria Regional da Saúde (SRS) sabe o que faz e os Açorianos sabem que podem contar com o Partido Socialista para dar continuidade ao progresso e ao desenvolvimento da prestação dos cuidados de Saúde, nas nove (9) ilhas dos Açores.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar, obviamente por saudar os 1 604 peticionários e peticionárias que se dirigiram a esta Casa, na pessoa da sua primeira signatária, D. Vanda Serpa e congratular-me com o facto de 1 604 assinaturas, 1 604 pessoas, cidadãos e cidadãs, a dirigirem a esta Casa uma queixa, uma denúncia e uma tomada de posição, dificilmente poderá ser considerado pelo Governo Regional, no caso com a tutela, situações pontuais porque cada vez que por exemplo o BE traz alguma coisa sobre saúde a esta Casa, a primeira classificação que tem imediatamente é que são casos pontuais. Já vamos em vinte e tal, mas continuam a ser pontuais. 1 604 de certeza que não são pontuais.

Eu penso, Sras. e Srs. Deputados que a clareza, a singeleza da argumentação desta Petição é suficiente, nela própria, para se nos concentrarmos um bocadinho no que ela diz, percebermos exatamente a razoabilidade e a justeza daquilo que aqui está descrito.

Dizem estes 1 604 peticionários e peticionárias que estão totalmente contra a centralização dos serviços de urgência da Ilha do Pico na extremidade daquela ilha, ou seja na freguesia da Madalena e dizem também que a haver uma centralização destes serviços, desde que esta centralização traga benefícios para a população, quer humanos, quer físicos, esta centralização só poderá ser feita numa das sedes de concelho que são geograficamente centrais na ilha, ou seja Lajes do Pico ou S. Roque do Pico, isto é o ponto de partida, a reivindicação.

E agora, porquê? E estes 1 604 peticionários e peticionárias explicam-no muito bem:

Primeiro: a centralidade geográfica da Ilha do Pico acontece em duas vilas e somente em duas vilas, S. Roque e Lajes, que distam de todos os outros meios urbanos com aglomerados populacionais referenciais, a Madalena e a Piedade, à volta de 20 a 30 quilómetros;

Segunda razão: havendo internamento as despesas dos familiares para visitarem os seus doentes seriam bem maiores e os transportes públicos existentes na ilha

são ineficientes, aliás, não é só naquela ilha, transportes públicos são ineficientes em toda a Região Autónoma dos Açores.

Deputada Miguel Costa (PS): É melhor vir para o Faial!

A Oradora: Outro argumento: querer rentabilizar se se quer rentabilizar os custos, então imagine-se os custos dos transportes que terão todas as viaturas de transporte de doentes, privados ou não, para se deslocarem para uma ponta da ilha onde os diversos serviços estarão,

Outro argumento: ao centralizar este serviço onde neste momento a tutela, o Secretário Regional da Saúde pretende, só se irá beneficiar um terço da população em detrimento dos outros dois terços.

Finalmente, dizem ainda entre outras considerações que os assuntos relacionados com a saúde não devem andar ao sabor de experiências para depois posteriormente serem corrigidas.

Portanto, os peticionários propõem ao Sr. Secretário Regional da Saúde que recue definitivamente na possível intenção que possa ter de centralizar o serviço de urgências no Centro de Saúde da Madalena.

Isto foi o que foi dito pelos peticionários e acrescentada ainda em sede da Comissão de Assuntos Sociais pela D. Vanda Serpa, que de maneira nenhuma está contra qualquer decisão que melhore e que seja para benefício de toda a população ao nível da saúde, aquilo que está subjacente nesta Petição é que a concentração de um serviço apenas numa ponta da ilha com o encerramento ou a menorização dos serviços de proximidade já existentes, é uma perda e não um ganho. Muito bem!

Qual foi a resposta do Governo Regional a esta Petição?

Ouvido em sede de Comissão de Assuntos Sociais, na realidade o Sr. Secretário Regional respondeu “nim”, ou seja aquilo que o Sr. Secretário Regional disse foi que tudo muito bem, andando para a frente e andando para trás ao longo do tempo desde o Plano de Reestruturação da Saúde relativamente a esta temática,

decidindo e depois auscultando e depois voltando a decidir e depois indo justificar-se, mas aquilo que o Sr. Secretário disse foi que está garantido pelo Serviço Regional de Saúde que não haverá alterações no serviço de atendimento permanente, em S. Roque do Pico e nas Lajes do Pico enquanto não estiver garantido o serviço de urgência no concelho da Madalena, ou seja, peticionários e peticionárias aquilo que o Governo regional responde a esta Petição é: “Continuem com a vossa instabilidade, com a vossa incerteza, com o vosso medo de perderem os serviços de proximidade que já adquiriram e que já vos foram garantidos, gozem-nos bem durante algum tempo porque quando for garantido o serviço de urgência no concelho da Madalena esses tais dois serviços de proximidade serão altamente modificados e de proximidade terão pouco.

Portanto, aquilo que os peticionários, ao fim de um ano de terem entregue esta Petição nesta Casa recebem como resposta ainda hoje, passado um ano, é exatamente a mesma, ou dito de outra maneira: “Esperem sentados porque nós havemos de decidir outra vez doutra maneira e à revelia daquilo que os senhores e as senhoras pretendem!”.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Por fim tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta Petição refere-se a mais uma trapalhada da autoria do Sr. Secretário da Saúde.

É evidente que os peticionários perceberam bem, os 1 600 peticionários perceberam bem, a questão aqui era de facto que o serviço de atendimento permanente fosse centralizado na Madalena e portanto esta foi a questão inicial e o que acontece é que a notícia chegou à população da ilha, o Sr. Secretário

verificou que estava metido em grandes problemas, que existia uma enorme contestação popular e decidiu recuar.

Esta Petição, por isso é que eu acho que os peticionários aqui já são os vencedores porque conseguiram que o Sr. Secretário Regional da Saúde recuasse, recuasse naquele que era o seu propósito inicial que era bem evidente.

Depois, quando foi confrontado com esta situação o Sr. Secretário Regional refugiou-se numa outra história, a dizer: “Não! Não! As pessoas perceberam mal! Os 1 600 peticionários perceberam mal e o resto da opinião pública percebeu mal porque o que eu quero afinal fazer é de facto (vou recuperar o texto que está aqui no relatório) criar no Centro de Saúde da Madalena um polo descentralizado do Hospital da Horta, um serviço de atendimento urgente referente a matéria de internamento.

Portanto, o que eu quero fazer não é centralizar os serviços de atendimento permanente, mas sim criar um polo do Hospital da Horta.

Portanto os senhores perceberam muito mal, a questão como eu estava a colocá-la!”.

Ao fim destes meses todos onde é que para o tal polo do Hospital da Horta?

O que é que foi feito, que passos efetivos, que valências foram criadas para que este polo funcionasse ...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Já existe!

O Orador: ... da forma como o Sr. Secretário Regional o descreveu.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Já existe! Já lá está!

O Orador: Não. Não existe!

O que acontece é que o Sr. Secretário da Saúde não fez, mais uma vez, aquilo a que se comprometeu. Não fez!

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Já está lá instalado! Já existe!

O Orador: Portanto, aqui o que eu quero transmitir aos peticionários, apesar da demora da subida desta Petição a este Parlamento, é que com a sua iniciativa

obtiveram uma grande vitória política sobre o Sr. Secretário Regional da Saúde que foi obrigado a recuar naquele que era o seu propósito inicial, por isso valeu a pena, triunfou a democracia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos o ponto 4 da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. O ponto seguinte refere-se ao **Projeto de Resolução n.º 139/X – “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa «Percursos»”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Os tempos são os que utilizámos no processo legislativo comum e para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que mude as instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa “Percursos”, baseia-se no facto deste programa ter sido criado há 4 anos na Ilha Terceira, com o objetivo de gerir a administração de Metadona enquanto terapia de substituição para consumidores compulsivos de opiáceos e conta com uma equipa de 14 funcionários, entre os quais enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos.

Ora, a partir do dia 1 de julho do ano corrente, a gestão deste programa foi transferido da Casa do Povo da Terra Chã, para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira mas não se procedeu à mudança de instalações que não se adequam minimamente às necessidades dos utentes e profissionais deste serviço.

Importa no entendimento do BE proceder à transferência deste serviço para instalações condignas naquela que seria a sequência natural da transferência, da boa transferência, da gestão deste programa para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira.

Ora bem, no seguimento desta constatação e uma vez que as três entidades envolvidas neste processo, nomeadamente a Secretaria Regional da Saúde, a Saudaçor e a Unidade de Saúde da Ilha Terceira assinaram a 1 de julho um acordo de cooperação financeira que estabelece a colaboração entre si na prossecução do programa “Percurso”, partindo também do princípio que o programa “Percurso”, programa de manutenção de substituição opiácea, foi criado em 2011 com o objetivo de dar resposta a uma faixa significativa da população toxicodependente existente na Ilha Terceira, que não aderiu aos programas de reabilitação convencionais, considerando ainda as condições precárias das instalações fixas onde é disponibilizada a Metadona aos utentes, mais concretamente a ausência de condições de higiene e segurança, num claro atentado à dignidade dos profissionais que garantem o serviço, bem como dos seus utentes, tudo isto são para o BE razões mais do que de sobra para recomendar ao Governo, pedir a este Parlamento, que recomende ao Governo Regional, que proceda à transferência das instalações fixas do programa “Percurso” para instalações condignas.

Nesta primeira intervenção gostaria ainda de acrescentar que quando nós falamos em instalações precárias, indignas, em más condições, em condições que não são de oferecer ou de disponibilizar a ninguém, seja ele toxicodependente ou não toxicodependente, é bom que percebamos todos e todas aquilo que estamos a falar.

Nós estamos a falar de instalações que durante muito tempo perderam, por exemplo, a segurança e a funcionária das limpezas; estamos a falar de casas de banho que não são limpas durante dias seguidos e que têm os cestos de papéis a abarrotar e a deitar por fora; estamos a falar de instalações sanitárias que não têm porta para ser fechada e que servem homens e mulheres; estamos a falar de falta de material necessário para fazer análises, de acordo com os seus profissionais; estamos a falar no mínimo de 300 utentes que dependem da

disponibilização e do usufruto deste programa; estamos a falar de uma ordem dada à Casa do Povo da Terra Chã, o BE não sabe por quem, mas sabe que no dia em que esta situação foi trazida à opinião pública através de uma reportagem da RTP- Açores, a Casa do Povo da Terra Chã teve ordem para tirar a placa de identificação das instalações, uma plaquinha que está lá no edifício e que diz “Percurso”.

Ora, para quem é responsável pelo programa ter ordem ou não da sua iniciativa tirar a placa que identifica um edifício onde é prestado um serviço de Saúde é, Sras. e Srs. Deputados, uma questão no mínimo de vergonha, ou seja, a Casa do Povo da Terra Chã deve ter tido vergonha de haver uma televisão a filmar umas instalações de que ela, a Casa do Povo, era responsável, daí, dizer para tirar aquela plaquinha a fazer a identificação.

Estamos a falar de que a justificação dada por todos os intervenientes neste processo para esta situação degradada e degradante é a falta de verbas da tutela. Finalmente, estamos a falar também de uma carrinha móvel para distribuição de Metadona que não anda porque não tem dinheiro para combustível, Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, é este o estado da arte, não só relativamente ao programa “Percurso”, como relativamente a um outro problema que está diretamente relacionado com este mas que nós debateremos ainda nesta sessão quando falarmos do estudo sobre a toxicod dependência.

Aquilo que o BE propõe a esta câmara é que pare com esta indignidade, trate dos toxicod dependentes como pessoas de primeira, cidadãos e cidadãs de primeira com necessidade superiores a muitos outros, infelizmente, e que sobretudo dê do Serviço Regional de Saúde e das preocupações com a saúde que esta Região tem, um sinal completamente diferente daquele que está a dar.

Para já ficar-me-ia por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para responder de uma forma direta ao BE sobre esta situação porque parece-me que há aqui vários equívocos que são gerados naquilo que é esta Proposta de Resolução e nos seus fundamentos que devem ser devidamente esclarecidos, não apenas para o BE mas para todos os outros Srs. Deputados, que eventualmente possam participar neste debate.

Em primeiro lugar gostaria de esclarecer que a Secretaria Regional da Saúde tinha como foi aqui referido um protocolo com a Casa do Povo da Terra Chã para a disponibilização deste serviço aos toxicodependentes da Ilha Terceira e que em julho deste ano por via de algumas dificuldades que os profissionais desse programa estavam a sentir, porque a Secretaria Regional da Saúde quando faz os seus protocolos avalia e acompanha esses protocolos de uma forma muito próxima, por via dessas alterações a Secretaria decidiu que deveria chamar o programa a si.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Por falta de alguns profissionais!

O Orador: Foi isso que foi feito em julho deste ano.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Decidiu bem! Faltou foi o resto!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Achas bem?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Acho!

O Orador: Ainda bem que concorda que acha que a Secretaria decidiu bem.

Por isso nós assumimos a responsabilidade da gestão desse programa em julho e foi em julho que nós tomamos conhecimento que numas instalações que estavam afetas à Casa do Povo da Terra Chã e que eram devidamente mantidas pela Casa do Povo da Terra Chã não havia as condições necessárias para manter aquele serviço em funcionamento.

Por isso, desde julho, Sra. Deputada que nós temos vindo a tentar encontrar um espaço condigno para o funcionamento daquelas instalações ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ainda não encontraram?

O Orador: ... assumindo nós a gestão de imediato da manutenção daquele espaço, da higienização daquele espaço e da dotação dos meios necessários àquele espaço para que o programa continue.

Se a Sra. Deputada, neste momento visitar o programa perceberá que a Unidade de Saúde da Ilha Terceira assumiu a responsabilidade do funcionamento desse programa em situações como referiu, nomeadamente na questão dos salários, neste momento não há este tipo de interesses.

Deputada Zuraida Soares (BE): E as instalações também!

O Orador: Obviamente Sra. Deputada, nós temos a consciência, eu já disse que nós em julho tomamos a consciência de que era necessário um espaço novo para o funcionamento daquela valência, por uma razão muito simples Sra. Deputada, nem que seja por isso, porque o serviço funciona num pré fabricado e os pré fabricados têm a sua duração no tempo ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Cinco meses, Sr. Secretário!

O Orador: ... sendo um serviço que nós iremos e queremos manter e que queremos que tenha a sua dignidade merecem uma instalações fixas em conformidade.

Esta questão da localização do espaço deve ser devidamente enquadrada também naquilo que é um histórico que já existe sobre essa matéria na vigência até deste Governo, relativamente à situação da Arrisca.

Se bem se lembram precisamente por uma situação semelhante a esta nós andamos a correr vários órgãos de comunicação social e várias manifestações até em Assembleias Municipais no concelho de Ponta Delgada relativamente à localização física de um serviço idêntico no concelho de Ponta Delgada.

Por isso, Sra. Deputada, primeiro, no fundo aviso, que faço aqui hoje presencialmente porque não tive oportunidade de fazê-lo em Comissão, é que este assunto tem que ser tratado com o seu devido cuidado para que não caiamos novamente naquilo que infelizmente aconteceu no concelho de Ponta Delgada, aquando da localização da Arrisca ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Sr. Deputado José Contente até já se ofereceu para resolver o problema de Ponta Delgada. Ofereceu-se para fazer a ponte entre os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada!

O Orador: ... e que estes assuntos não devem servir de arma de arremesso político, Sra. Deputada, estes assuntos devem ser geridos com toda a vontade que nós temos como Casa, de ver cidadãos que se encontram numa situação fragilizada tenham o seu devido acompanhamento.

Eu penso que nenhum de nós quer expor estes cidadãos a mais problemas do que aqueles que eles já têm pelo facto de estarmos aqui com algumas jogadas políticas relativamente à localização do sítio onde eles vão fazer a sua administração de Metadona.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mas é assim que o senhor está a agir! Não resolve a situação!

O Orador: O trabalho que temos vindo a fazer sobre essa matéria é público, ou seja nós em julho, tomando consciência daquilo que era uma limitação daquele espaço começamos a tentar encontrar espaços e fizemo-lo também de uma forma pública, ou seja, falamos com algumas instituições sobre as eventuais localizações alternativas e percebemos que tínhamos um espaço muito próximo ou quase na continuidade do espaço que atualmente é utilizado que nos ia ser devolvido pela Universidade dos Açores que era a Escola de Enfermagem e que após a sua remodelação serviria como o espaço ideal para a instalação definitiva deste serviço e temos vindo a falar quer com a Unidade de Saúde da Ilha Terceira que obviamente dentro do espaço que tem e segundo o parecer que

enviou e é óbvio para todos não tem capacidade para assumir esse serviço mas se lhe for cedido um espaço adicional na Escola de Enfermagem já tem capacidade para assumir esse serviço, só que tínhamos um problema também de reafetação de toda aquela área urbano porque estamos a falar não só de três fabricados que lá estão e que precisam obviamente depois de serem desocupados, serem demolidos e ser feito o arranjo urbano daquela área nomeadamente até numa necessidade que existe para o próprio de Centro de Saúde de crescimento do parque de estacionamento daquela área, por isso temos que falar ainda com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no sentido de depois de realocarmos o programa “Percursos” na atual Escola de Enfermagem podermos fazer o rearranjo urbano daquele espaço. Isso tem sido público, tem sido também partilhado com alguns dos funcionários.

Por isso Sra. Deputada, o facto do BE, sabendo disso acho eu, porque foi feito de uma forma pública e temos vindo a trabalhar com várias instituições obviamente de uma forma pública sobre isso, vir ao mesmo tempo apresentar esta resolução, das duas uma, ou é uma nova política de funcionamento do BE que é depois de saber que o governo vai fazer apresenta uma Resolução para pedir que o Governo faça ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Pelo contrário, Sr. Secretário!

O Orador: Se é essa a sua vontade ou representa um desconhecimento por parte do BE porque o BE muito rapidamente foi até à “Percursos” fazer o acompanhamento dessa situação mas depois provavelmente não voltou lá para saber ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Acha que não? Demonstre!

O Orador: ... os passos que estão a ser dados em concreto sobre essa matéria, teria sabido através dos próprios funcionários ou através daquilo que nós temos das várias instituições que nós temos falado que o Governo Regional tem uma solução concreta com datas concretas para a resolução desse problema.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é que é a solução Sr. Secretário, diga lá! Cinco meses para resolver o problema!

O Orador: É isso que nós estamos a fazer, Sra. Deputada.

Devo dizer-lhe que fico algo preocupado com a política do BE sobre essa matéria porque mais uma vez estamos aqui a discutir placas que eu desconhecia, devo dizer-lhe que se estão lá, se não estão, se mandaram retirar se não mandaram retirar as placas, quer dizer isto são questões de tal maneira pequeninas que acho que se há placa, se não há placa, se a placa existe ou não existe ou de quem é que é a placa, de tal maneira pequeninas que nem sequer dignificam no fundo este debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são não!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pequeninas, Sr. Secretário?

O Orador: Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que desconhecia por completo essa questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que de facto a Sra. Deputado Zuraida Soares do BE, já caracterizou e muito bem, até ao pormenor, a situação que aqui temos e é de facto, como disse e bem uma indignidade. É efetivamente uma indignidade!

Como diz o povo “aquilo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita” e a consequência é que nós temos nos Açores os piores resultados do País no que diz respeito ao combate à toxicodependência.

É preciso começar por lembrar a esta Assembleia que foram os Governos do PS que decidiram retirar da esfera das Casas de Saúde e das Unidades de Saúde de Ilha os programas de administração de Metadona como terapêutica de substituição no tratamento das toxicodependências e foram os governos

socialistas que atribuíram esta responsabilidade e o respetivo financiamento a instituições amigas. Foi essa a jogada política e não outra Sr. Secretário ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... instituições essas que não são as que estão vocacionadas para a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na área da Adictologia.

Portanto, criou-se aqui um artefacto e esse artefacto não correu bem.

A casa do Povo da Terra Chã, como se viu, geriu mal o dinheiro e geriu mal o programa e o Governo teve que intervir.

Os resultados estão à vista e é por estas e por outras coisas que temos maus resultados no combate às dependências.

É óbvio que as instalações atuais onde funciona o programa “Percurso” são um obstáculo à prossecução dos objetivos que se deveria pretender alcançar. É óbvio! É uma evidência!

O tratamento da toxicodependência e de cada um daqueles toxicodependentes está em causa.

Em audição, o Sr. Secretário Regional da Saúde admitiu o óbvio, é que as instalações do programa “Percurso” não reúnem as melhores condições salubridade, serão até não as melhores mas sim as piores, infelizmente, é que estamos mesmo a falar de salubridade, de higiene, de limpeza, dos mínimos, dos mínimos.

É óbvio também que isto atenta contra a dignidade daqueles que procuram o seu tratamento, a sua reinserção e a recuperação da sua dignidade, da sua saúde e do seu lugar na sociedade.

É também óbvio que este Governo já teve mais do que tempo para ter resolvido este grave problema, sozinho ou com a Câmara de Angra, com ou sem enquadramento urbanístico, com ou sem a tomada de posse das instalações da antiga Escola de Enfermagem.

É óbvio que nem que fosse para manter uma situação provisória, como a atual que é provisória, até haver os espaços disponíveis nos edifícios adjacentes à Unidade de Saúde da Ilha Terceira, o Governo há devia e já poderia ter providenciado um espaço alternativo para funcionamento do programa da Metadona na Terceira.

É também óbvio que a manter-se a situação tal como está nem os utentes têm condições para fazerem um tratamento ao seu problema, nem os funcionários têm condições para realizarem o seu trabalho com competência, com dedicação para atingir os resultados que todos nós queremos que se atinjam, que é o tratamento, a recuperação e a reinserção daquelas pessoas.

Foi o Governo, foi o seu Governo que deixou deteriorar aquela situação até ao inadmissível.

É óbvio que tudo isto ajuda a que os Açores continuem a ter maus resultados no combate às toxicodependências e lamentamos que continue a ser preciso aquilo que tem vindo a ser prática corrente nesta governação que é, primeiro, os problemas são denunciados na comunicação social, vai lá alguém filmar e a seguir o Governo atua ou diz que até já tinha pensado em atuar ou que até já está a fazer ou que é já a seguir. Sr. Secretário não é assim que se faz!

Este Governo não pode governar pelas redes sociais nem pelas notícias dos telejornais, tem que acudir as pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E da oposição!

O Orador: Nunca é demais lembrar que estamos a falar de um dos maiores flagelos da nossa sociedade e do nosso tempo, que tratamos de uma população alvo que é constituída por pessoas, numa condição da maior fragilidade e vulnerabilidade e em muitos casos em quase total ou mesmo total exclusão social.

Foram os Governos do PS que criaram esta situação, foram os governos do PS que deixaram que o funcionamento do programa “Percurso” se degradasse nem que fosse por omissão e aqui houve omissão e agora o que se exige é que já, não amanhã, não daqui a 180 dias, já, o Governo do PS intervenha e resolva o problema daquelas pessoas que necessitam aquele serviço, sejam eles os utentes ou os trabalhadores.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sra. e Srs. membros do Governo: O título desta proposta que o BE traz aqui, e bem, é interessante “Percurso”, porque nos leva a falar de percursos e o percurso da toxicoddependência nos Açores, que já foi uma prioridade para o velho governo e deixou de ser uma prioridade para o novo governo.

No velho governo, bem ou mal, havia uma coisa chamada Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências que o Sr. Secretário Luís Cabral exterminou e não substituiu por nenhuma, não atribuiu aquelas funções que se saiba a nenhuma direção regional nem a outro organismo qualquer que nós tenhamos conhecimento.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por que é que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social não está presente? Digam lá!

O Orador: Mas a questão de percursos é um bocadinho mais profunda do que aqui se traz e se são degradantes as instalações, e são, não há dúvida, a questão Sr. Secretário é que o senhor diz que mudou porque as instalações da Terra Chã estavam degradadas.

A pergunta é: por que é que instalou o “Percursos” na Terra Chã? Na Terra não tinha condições, foi o seu Governo, o seu velho governo, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Exatamente!

O Orador: ... o ex-Governo que também é seu, ou o senhor renega o passado dos governos do PS? Fica a pergunta, aguardo a resposta, é porque já ouvi aqui quem negasse o pai

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma pergunta difícil!

O Orador: Sr. Secretário, está aqui uma coisa: quero saber como é que o senhor faz esta mudança, como com um passo se mágica. O problema não é só a instalação física. Em ano eleitoralista os senhores sabem fazer muito bem as coisas ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Porque sabemos fazer bem as coisas, diga lá!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Com artimanha!

O Orador: ... e é o que o senhor está a fazer neste momento, agora, por isso vão ganhando as eleições com (já foi usado aqui um termo que eu não queria usar) artificiosinhos destes que depois se vem a descobrir mais tarde e os senhores criaram o “Percursos” na Casa do Povo da Terra Chã, criaram a IPSS, financiaram essas IPSS que tem 14 funcionários e a Direção Regional e o Governo dava o dinheiro para esses funcionários. Aconteceu que deixaram de receber. Porquê, Sr. Secretário? O Governo deixou de transferir o dinheiro para a “Percursos” ou o dinheiro da “Percursos” foi usado com outro fim? Outra pergunta. Aguardo resposta, Sr. Secretário.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foi para outro fim!

O Orador: A questão é esta: o que é que foi feito ao dinheiro, ao protocolo que havia entre a Secretaria e esta IPSS, chamada “Percursos”. Por que é que se deixou de pagar os funcionários?

Agora, o senhor explique-me como é que eles são pagos? Integrou-os na função pública? Fez-lhe um contrato a termo certo? Fez-lhe um contrato a termo indeterminado? Que vínculo tem à Unidade de Saúde de Ilha estes funcionários, Sr. Secretário?

Também é preciso o senhor explicar porque o senhor tinha um protocolo e o senhor rompeu o protocolo com a “Percursos”? Rompeu totalmente o protocolo com a “Percursos”?

Então como é que o senhor integrou estes funcionários? É porque vai ter que integrar outros. Se integrou esses vai ter que integrar todos os outros na função pública. Como é que eles pagam? Com que estatuto é que recebem? O senhor tem que explicar isto porque o seu Governo é que instalou na Terra Chã como uma coisa muito inovadora de combate às toxicodependências e que o senhor depois destruiu porque as toxicodependências nos Açores, Sr. Secretário, o senhor não tem nenhum plano de combate às toxicodependências.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Plano Regional de Combate às Dependências!

O Orador: Os senhores também criaram, o seu Governo, velho Governo, criou aquilo que se chama, é pena não estar aqui o Sr. Deputado Domingos Cunha, mas está o Sr. Deputado Viveiros Cabral, Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Meteram para o lixo!

O Orador: O senhor também extinguiu. O que é que existe atualmente para substituir isto? O que é que existe atualmente para substituir isto? Qual foi o resultado deste, Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências, 2010/2012.

Agora tem umas referenciazinhas no Plano Regional de Saúde mas e esta equipa vasta que tinha aqui os objetivos, tudo programado, os ganhos em saúde. Onde é que está, Sr. Secretário? Acabou-se tudo.

Depois, por que é que nos Açores existem vários métodos de combate à toxicodependência? Num lado é Metadona ... é conforme a ilha de residência?

Diga-me lá que programas de baixo limiar existem, todos nós sabemos.

Sra. Secretária Regional, sabe o que é o Suboxone?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Subutex!

O Orador: É um medicamento, é um fármaco que se usa para combater os dependentes de opiáceos e que se usa numa determinada ilha...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E é traficada!

O Orador: ... por exemplo aqui no Faial, e na Terceira por exemplo usa-se Metadona.

Eu pergunto: qual é a coerência deste plano de combate às dependências, se num lado é com um medicamento e no outro é com outro. É isso que quer dizer, Sra. Secretária, é conforme a origem geográfica? Qual é o plano? Qual é a base científica? Qual é a base clínica para ter essa decisão de tratar dependentes de uma maneira e outras de outra? Qual é o plano? Qual é a coerência regional? Isso tem que se explicar e o Sr. Secretário tem que explicar isso muito bem explicadinho!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Eu vou explicar!

O Orador: Essa é que é a questão.

Agora, Sr. Secretária, em vez de pôr uma mão na cabeça, ponha as duas porque isto realmente é grave! Isto realmente é grave! Num lado é Suboxone que vão buscar ali ao Hospital da Horta, e já que estamos a falar de instalações, nem sequer é numa casa, é num contentor que está ali ao lado do hospital! Num contentor que está ali ao lado do Hospital, Sr. Secretário! Essas instalações (escapou à Sra. Deputada Zuraida Soares) também não são condignas!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas ainda são melhores do que as da Terceira!

O Orador: Na Terceira a casa está em má manutenção por culpa dos senhores, porque não fizeram a manutenção, porque a casa é vossa e não é pré-fabricado. É uma casa de blocos e telhas! É blocos e telhas, não é pré-fabricada! É uma casa que não tem manutenção.

Já agora, Sr. Secretário, pode instalar um serviço desses e a Inspeção Regional de Saúde, do Ambiente, enfim, não foram lá fazer uma vistoria a ver se aquilo reúne condições? As mínimas condições higio-sanitárias? Eu já não vou á segurança porque a Sra. Deputada vai ter que explicar por que é que não tem segurança, mas higio-sanitárias, clínicas, que o senhor exige a qualquer privado. Para abrir uma “boutica” o senhor exige-lhe até a dimensão da sanita, mas no público o senhor não exige. Porquê, Sr. Secretário?

Já lhe fiz perguntinhas de basto para o senhor explicar e sobretudo a diferença entre tratar ...

Já agora, os doentes do Pico como é que são tratados? E os doentes das Flores como é que são tratados?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os da Graciosa? E os de Santa Maria?

O Orador: Qual é o Plano Regional? E os de Santa Maria como é que são tratados?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os da Graciosa? Vão à Terceira?

O Orador: Recebem por carta e por correio, Sr. Secretário as doses de comprimidos num envelopezinho, Sr. Secretário? Quem é que fez a avaliação deles e por que é que para uns é o Suboxone e para outros é a Metadona? Isso é de uma gravidade extrema e nos Açores não existe Plano de Combate às Toxicodependências! Existe, mantê-los adormecidos, Sr. Secretário! É isso que o senhor faz, apenas num programa ou em programas de muito baixo limiar, nem de médio o senhor tem quanto mais de alto limiar que o senhor teve o desplane de referir aqui há uns tempos.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é das tais iniciativas que tendo o seu mérito nem deveria vir ao Parlamento, mas o BE fez muito bem em trazê-la e quando eu digo que não devia vir ao Parlamento é porque esta é das questões que se o Governo governasse estava o problema resolvido, Sr. Secretário. O problema estava resolvido!

Aliás, relativamente à questão dos prazos, qual é o prazo Sr. Secretário?

O Sr. Secretário diz para brevemente, e depois um prazo de 180 dias, e salvo erro tem a ver com um eventual aproveitamento da antiga escola de enfermagem na Ilha Terceira, mas qual é efetivamente o prazo? É porque tem o brevemente e depois tem os 180 dias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir!

O Orador: V. Exa diz-nos que o prazo está definido mas era importante saber aqui, mesmo acreditando nos 180 dias, quantos dias significa brevemente.

Era essa pergunta também que eu lhe queria deixar, porque de facto esta situação como disse Sr. Secretário e não vou perder muito mais tempo com a iniciativa sendo que ela é importante, embora como disse se o Governo governasse ela nem tinha necessidade de aqui vir, a verdade é esta, Sr. Secretário: esta é das tais situações que claramente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De terceiro mundo!

O Orador: ... corresponde a ausência de planificação nas áreas da saúde, claramente numa área onde não se tem feito rigorosamente, eu não diria nada, mas aquilo que tem sido feito é como noutras situações em relação à saúde, aliás por V. Exa. também ter a tutela do Serviço Regional de Proteção Civil,

digamos que V. Exa. faz um bocadinho esse papel, é quando há uma tragédia ao qual há um descontentamento V. Exa. vai lá e apaga o descontentamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou não!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, era bom que nos dissesse para quando é que este problema vai ser resolvido.

Relativamente à iniciativa do BE e aquilo que recomenda, claramente a Representação Parlamentar do PCP vai votar a favor.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Começo com um ponto prévio que me parece relevante referir tendo em conta o teor das intervenções que já foram feitas sobretudo da Sra. Deputada Zuraida Soares e qua aliás têm sido recorrentes não só no Plenário anterior como também já aconteceram neste que é tem a ver com as respostas que o Governo dá e, enfim, alguns Deputados da oposição dizem que alegadamente o Governo não responde às perguntas que lhe são colocadas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Alegadamente!

O Orador: Mas a questão não é a falta de respostas, a questão é o conteúdo das respostas não convém aos partidos da oposição, ou nalguns casos as respostas são dadas e esclarecidas mas, enfim, não dá jeito ao partido da oposição ter isso em conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A esta hora demagogia barata...

O Orador: Refiro-me em particular à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares que fez um conjunto de considerandos, referiu-se à falta de gasóleo da carrinha, referiu-se à falta de pagamentos à Instituição, tudo questões que foram

esclarecidas quer em resposta do Governo a um requerimento apresentado pelo BE, quer também respondidas todas elas na Comissão de Assuntos Sociais ...

Deputada Zuraida Soares (BE): E depois?

O Orador: ... em que o Sr. Secretário Regional esteve presente e curiosamente a Sra. Deputada Zuraida Soares não esteve presente nessa reunião.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós não tivemos presente!

O Orador: Portanto, parece-me importante esclarecer esta questão das respostas.

As questões que foram aqui levantadas, algumas delas até a resvalar para a demagogia, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado vai ter que explicar o que é demagogia!

O Orador: ... foram todas cabalmente esclarecidas quer na resposta ao requerimento apresentado pelo BE que o Governo fez, quer também por aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário em sede de Comissão Parlamentar.

Façamos também outro exercício que me parece relevante sobre a questão do combate às dependências...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estamos a falar da iniciativa “Percurso”!

O Orador: ... aliás tivemos aqui várias intervenções, a Sra. Deputada Zuraida Soares, o Sr. Deputado Luís Rendeiro, o Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado Aníbal Pires usou a expressão “não fizeram rigorosamente nada!”; o Sr. Deputado Luís Rendeiro disse “que era um grande flagelo social!”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é?

O Orador: Façamos um exercício: nos últimos dez anos quais foram e quantas foram as propostas apresentadas pelos senhores ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quais senhores, Sr. Deputado?

O Orador: ... sobre esta matéria aqui: PSD, CDS-PP, PPM, BE e PCP.

Deputada Zuraída Soares (BE): A demagogia!....

O Orador: Quais foram e quantos foram os Projetos de Resolução e os Projetos de Decreto Legislativo Regional que os partidos da oposição apresentaram aqui sobre esta questão?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tome Memofante!

O Orador: Eu respondo Srs. Deputado: zero! Zero propostas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fala do programa Percursos!

O Orador: Nos últimos dez anos não apresentaram uma única proposta, um Projeto de Resolução ou um Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso!

O Orador: Mas apresentaram no âmbito do Plano de Investimentos, aliás o PSD, por exemplo, só se lembra da questão da toxicodependência no Plano de Investimentos quando o Sr. Deputado Cláudio Almeida vai à tribuna e faz uma intervenção. É o único!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Mas apresentaram também, o PSD, o PCP, o PPM ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o diploma?

O Orador: ... apresentaram reforço financeiro para a ação do programa referente do Plano de Investimentos de Combate às Dependências, fazendo aquilo que os senhores dizem muitas vezes que é atirar dinheiro para cima dos problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Claro! É óbvio!

O Orador: Então em que é que ficamos?

A estratégia do Governo no combate às dependências está errada, mas o que é que os senhores fazem no Plano de Investimentos?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas querem que a gente governe?

O Orador: Tentam aprovar o aumento financeiro precisamente para que se continue a estratégia do Governo no combate às dependências da nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nomeadamente instalações!

O Orador: É isto que os partidos da oposição têm feito sobre esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é demagogia!

O Orador: Nos últimos dez anos os partidos da oposição neste Parlamento não fizeram uma única proposta de Projeto de Resolução, de Projeto de Decreto Legislativo Regional, com novas ideias, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... com uma abordagem nova para a estratégia de combate às dependências na Região, com novas formas de combater este flagelo. Nada! Zero! Absolutamente nada!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Discuta lá proposta do Bloco, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, também devo dizer-vos o seguinte, Srs. Deputados: a nossa história fala por si! A história do PS fala por si!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual história?

O Orador: Os senhores com certeza legitimamente poderão defender as suas posições.

O PS-Açores não aceita lições de ninguém, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que arrogância!

O Orador: ... não aceita lições de nenhum partido político deste Parlamento sobre combate às dependências e sobre a abordagem social que as entidades públicas devem ter sobre os toxicodependentes e as famílias que vivem esse drama na nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os resultados, Sr. Deputado?

Deputado José San-bento (PS): Isso é que demagogia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E resultados? Os senhores não têm resultados!

O Orador: Isso para nós é absolutamente inquestionável!

Quanto à proposta que está aqui em causa, Sra. Deputada Zuraida Soares, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Finalmente!

O Orador: ... V. Exa. tem legitimidade para apresentar aquilo que muito bem entende ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pelo menos até agora!

O Orador: ... está obviamente no exercício das suas funções, mas Sra. Deputada, terá que concordar comigo que tem sido recorrente o seu método político partidário de quando percebe, quando tem enfim algum sinal, quando tem eventualmente acesso a afirmações públicas, a senhora chama-lhe instituo político, eu chamo-lhe instinto oportunista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Chamo-lhe *feeling* político!

O Orador: Quando a Sra. Deputada percebe que uma determinada matéria vai ter um determinado rumo, o que é que faz? Apresenta um Projeto de Resolução para que o Governo faça aquilo que a senhora sabe que já ia fazer.

Deputada Zuraida Soares (BE): A sério?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deve ser o Bloco de Esquerda do Continente que sabe alguma coisa que ainda não sabem aqui!

O Orador: A sério! Estou mesmo a falar a sério!

Portanto, o Sr. Secretário há pouco referiu-se e explicou pormenorizadamente ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Berto Messias, pode continuar.

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Saúde explicou há pouco pormenorizadamente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Substancia ativa que o senhor tomou na hora de almoço!

O Orador: Oh Sr. Deputado Artur Lima, eu nem lhe vou responder ao baixo nível que acaba de ter o seu aparte, nem vou responder. O baixo nível desse aparte fica consigo, acho que está bem entregue.

O Sr. Secretário Regional da Saúde há pouco explicou pormenorizadamente este processo e disse, aliás é público que no dia 1 de julho, o Governo chamou a si a responsabilidade de gerir o projeto “Percursos” e obviamente que no âmbito dessa responsabilidade se inclui a mudança de instalações.

Nós não escamoteamos, Sra. Deputada! Nós não escamoteamos que há questões que deveriam ter corrido melhor na gestão que a Casa do Povo da Terra Chã fez neste processo! Não temos problema nenhum em fazê-lo! Aliás temos a obrigação de fazê-lo! Nós não escamoteamos que há questões no âmbito do Projeto “Percursos” na Terra Chã que poderiam e deveriam ter corrido melhor! Claro que sim!

Deputada Zuraida Soares (BE): Obviamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até agora não! Ambicionam mais!

O Orador: Como várias questões que têm que ser corrigidas, que têm que ser melhoradas, mas também não deixamos de admitir a grande boa vontade e empenho e coragem que teve aquela instituição de abraçar este importante projeto de intervenção social junto daquela população. Também julgamos que é justo referir e reconhecer isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o senhor explique aqui!

O Orador: O Governo entende alterar aquilo que foi feito até agora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: ... o Governo entende legitimamente chamar a si a responsabilidade da gestão deste projeto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: ... anunciou a 1 de julho de 2015 e portanto nós não podemos compactuar com este oportunismo político do BE...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que percebendo e sabendo que fazia parte do processo de reestruturação do Projeto “Percurso” na Ilha Terceira, a alteração de instalações, apressou-se em busca da camisola amarela, a apresentar um Projeto de Resolução para recomendar ao Governo que o Governo faça aquilo que o Governo ia fazer e para recomendar ao Governo aquilo que a Sra. Deputada sabia que os dirigentes do BE da Ilha Terceira sabiam perfeitamente que o Governo ia fazer.

Portanto, por esse oportunismo político do BE nós não vamos apoiar este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já sei! Está no relatório!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com uma diferença! A nossa coligação era legítima!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu só venho a debate para esclarecer uma dúvida.

O Deputado Berto Messias afirmou que ao longo dos últimos dez, ou dos últimos sete anos que nenhum dos partidos da oposição tinha tomado nenhuma iniciativa nesta área, na questão da prevenção ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Zero!

O Orador: Zero!

... e do tratamento das toxicodependências, das dependências.

Bem, eu venho então informar V. Exa. que pelo menos uma, pelo menos e vamos a 2009, Plano de Investimentos de 2009 ...

Deputado Berto Messias (PS): Eu disse isso!

O Orador: ... o PCP apresentou a criação do Centro de Adictologia da Ilha do Faial.

Deputado Berto Messias (PS): Eu disse isso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Por acaso não disse!

Deputado Berto Messias (PS): E os Srs. Deputados também!

Deputado Luís Maurício (PSD): Sim, sim! Desde o Plano de 2013!

O Orador: Outros exemplos poderá haver mas é só para lhe lembrar este.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado, tem que continuar, está no uso da palavra e o tempo está a correr.

O Orador: Oh, Sr. Deputado Berto Messias, eu quero falar com o Deputado Berto Messias para que todos depois possam ouvir também.

Oh, Sr. Deputado, a questão é a seguinte: o PS tem de aceitar democraticamente os contributos que são dados aqui pelos partidos da oposição.

Portanto, o Sr. Deputado não se pode arvorar, ou não pode querer para o PS e para o Governo do PS, seja este, sejam os anteriores, a exclusividade das iniciativas que são aqui apresentadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Então Sr. Deputado Berto Messias talvez um pouco mais de rigor relativamente a estas questões não lhe ficasse mal porque o Centro de Adictologia da Ilha do Faial é uma proposta que foi aprovada mas é uma proposta do PCP ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e se o Faial tem um Centro de Adictologia foi porque o PCP o propôs.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores subverteram a proposta do PCP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu nem quero falar disso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas devia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que fica por demais evidente que o PS e o Governo não querem assumir na sua total amplitude que o programa “Percursos” correu muito mal.

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional nos explicasse como médico e como Secretário da Saúde por que é que o tratamento das toxicodependências com a Metadona foi para a Arrisca e para a Casa do Povo da Terra Chã, em vez de ficar nas Casas de Saúde ou nas Unidades de Saúde de Ilha, desde o início de onde nunca deveria ter saído. Porquê? O que é que se pretendia conseguir com isso?

Já agora em 4 anos quanto é que os Governos do PS transferiram para a Arrisca e para a Casa de Saúde da Terra Chã e onde é que a casa do Povo da Terra Chã gastou o dinheiro?

Se gastou não devia e se o programa “Percursos” não foi financiado, nem conduzido como devia, o que é que foi feito ao dinheiro e quais é que foram as consequências, ou será que este Governo Regional não fiscaliza o destino das verbas que atribui às instituições que suporta?

Deputado Berto Messias (PS): Diga lá o que é que quer? Diga lá!

O Orador: Portanto, era muito importante que também isso ficasse esclarecido porque o que se conseguiu foi que aquele programa não tivesse sequer financiamento ou condições para higiene, para a tal salubridade de que o Sr. Secretário Regional falou, e bem, em Comissão e para que se atingisse a situação que foi descrita até o pormenor pela Deputada Zuraida Soares, como proponente deste diploma e falta de facto esclarecer o que é que o Governo fez para fiscalizar a boa aplicação dos dinheiros públicos, que não aconteceu, senão não estaríamos a discutir esta situação com esta gravidade neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar pelo Sr. Deputado Berto Messias, é inevitável.

O Sr. Deputado fez uma tentativa louvável mas perfeitamente falhada.

O discurso do Sr. Deputado é o habitual ou começa a ser o habitual nos Deputados e nas Deputadas do PS, que é acusarem todos os outros de demagogia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... partindo de dois pressupostos: primeiro, não aceitam lições de ninguém. Primeira questão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... o que é uma prova de humildade democrática e de ética republicana acima de qualquer suspeita e digna de facto do PS- Açores.

Depois dizem ainda também as Sras. e os Srs. Deputados do PS que está tudo bem! O Governo se não está a pensar, já pensou e se não pensou vai começar a pensar ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a lei mental!

O Orador: ... pelo que Sras. e Srs. Deputados, nós podemos todos ir embora porque o PS não precisa dos partidos das oposições.

Portanto, nós estamos a caminhar a pouco e pouco parece que para o partido único porque não precisa de ninguém, não precisa de propostas, não precisa de crítica de opinião, de fiscalização, de nada!

Bom, para quem fala em ética republicana dia sim, dia não, começa a ser grave. Ainda, Sr. Deputado Berto Messias, o senhor afirmou que o BE tinha entregue nesta Casa, zero (o gesto é seu), zero de propostas relativamente à toxicodependência.

Num levantamento feito muito por alto, seis foram entregues!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o senhor mentiu!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Peça desculpa!

A Oradora: Num levantamento feito por alto, foram entregues seis. O senhor mentiu nesta câmara!

Depois, Sr. Deputado ainda para si, essa história de que o BE demagógicamente vem propor o que sabe que o Governo Regional fez ou está a fazer, oh Sr. Deputado, não me faça rir. Sabe porquê? Porque no último Plenário quando o BE entregou aqui um projeto de urgência, aqui, para que a Secretaria Regional da Educação e Cultura, pagasse às IPSS com jardim de infância aquilo que lhes estava a dever, o dinheiro começou o seu caminho (foram os termos do Sr. Secretário Regional) o dinheiro começou o seu caminho da conta bancária da Secretaria para as IPSS no dia em que o BE apresentou a sua urgência.

Portanto, Sr. Deputado não é como o senhor conta, é o contrário, o Governo apressa-se a fazer aquilo que o BE propõe que ele faça e ainda bem. O BE não fica amargurado com o chumbo do PS à sua proposta, desde que tenha a certeza que aquilo que ele propõe vai ser feito.

E agora viro-me para o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Vamos falar, Sr. Secretário, primeiro: um conjunto de equívocos. O senhor apresentou-se na sua primeira intervenção dizendo que esta proposta, este Projeto de resolução do BE era um conjunto de equívocos.

Devo chamar-lhe a atenção que o senhor não desmentiu uma única afirmação, uma única descrição que está feita no nosso Projeto de Resolução.

Portanto, equívocos, Sr. Secretário, zero!

Depois diz o Sr. Secretário que desde julho chamou a si, à Secretaria Regional da Saúde, o programa “Percurso”.

Sr. Secretário, já lhe disse e repito, chamou a si e fez bem, mas Sr. Secretário depois de julho vem agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, já para não falar dos quatro anos para trás e o senhor tem o distinto, o descaramento de dizer nesta câmara que tem sido muito difícil encontrar uma instalação alternativa para a vergonha que o senhor tem na Terceira.

Sr. Secretário Regional da Saúde, tudo tem um limite e os Deputados e as Deputadas desta Casa não são tolos, também pensam pela sua cabeça. Se quatro anos não lhe chegam, agora pergunto-lhe quando é que começam a contar os 180 dias, aqueles 180 dias que o senhor fala, que são seis meses, começam a contar quando? No final deste ano? É que se começaram a contar em julho acabaram. Acabaram e as instalações (já passaram seis meses, estamos em dezembro) continuam na mesma. Agora são mais seis meses por cima de dezembro? Quer dizer, já não são quatro, são cinco anos!

Sr. Secretário Regional da Saúde, o senhor acha que os partidos das oposições e o BE devem ficar sossegadinhos e caladinhos não têm nada a dizer porque o Governo resolve tudo? É esse o seu conceito de democracia e de pluralidade?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cada vez mais! Peça desculpa à Sra. Deputada!

A Oradora: Depois, tratou com todo o cuidado este assunto, disse o Sr. Secretário, para além disso trazer a esta câmara este assunto é uma arma de arremesso político, diz o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Mais uma vez o BE afirma: para o PS tudo é arremesso político! Fala-se da SATA, é arremesso político! Fala-se de educação, é arremesso político! Fala-se de saúde, é arremesso político!

Sras. e Srs. Deputados, para onde é que nós estamos a caminhar?

Então e o diálogo? Então e o contraditório da democracia? Então e a pluralidade? É tudo arremesso político?

As Sras. e os Srs. Deputados do PS e o Governo Regional, alguns membros do Governo Regional estão a precisar de uma formação, que ainda agora se falou tanto, em prática democrática.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Peça desculpa à Sra. Deputada!

A Oradora: Mais, Sr. Secretário Regional da Saúde, deixe-me dizer-lhe o seguinte: pelos vistos, Sr. Secretário Regional, o senhor sentiu a minha falta na Comissão de Assuntos Sociais, aliás referiu e legitimamente, está registado no devido parecer, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa eu não fiz lá falta nenhuma, Sr. Secretário porque depois de ter lido aquilo que o senhor disse, a minha presença teria sido completamente inútil porque aquilo que o senhor disse na Comissão, foi aquilo que disse aqui, ou seja, está tudo a ser feito e portanto não há nenhum problema.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai pedir desculpa!

O Orador: Em primeiro lugar, Sra. Deputada Zuraida Soares dizer-lhe o seguinte: a Sra. Deputada deturpou profundamente as minhas palavras. A Sra. Deputada não pode achar que quando um debate está a correr-lhe menos bem que afinal nós dispensamos a oposição.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor chamou-me mentirosa!

O Orador: Sra. Deputada eu fui muito claro, eu reconheci a legitimidade da sua iniciativa, disse que o BE propõe aquilo que muito bem entende no âmbito das suas funções enquanto Deputada, qualquer partido nesta Casa tem legitimidade de propor aquilo que bem entende, agora eu acho, o PS acha que é relevante politicamente nós discutirmos a questão do combate às dependências; todos os partidos que falam antes do PS falar, dizer que não se faz nada, que não fazem rigorosamente nada que isto é um grande flagelo ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não disse nada disso!

O Orador: ... e nós achamos que é politicamente relevante que nos últimos dez anos os partidos da oposição não tenham feito qualquer Projeto de Resolução ou Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre essa matéria nesta Casa ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É falso!

O Orador: ... e também Sr. Deputado Aníbal Pires, eu referi as propostas apresentadas no plano de Investimentos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi para reforçar!

O Orador: ... o Sr. Deputado estava desatento ou então fez de contas que não ouviu para que depois pudesse fazer a intervenção que fiz.

Sra. Deputada Zuraida Soares ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça desculpa!

O Orador: ... pode acontecer, admito que possa acontecer o registo que eu tenho e que me foi entregue estar errado, eu acho que não está.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu acho que está!

O Orador: Portanto, eu convidava V. Exa. a referir e a concretizar as seis propostas que apresentou ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado é que tem que provar as coisas antes de fazer as acusações!

O Orador: ... porque o registo que eu tenho mostra-me que nos últimos dez anos, no caso do BE desde 2008, que o BE não apresentou qualquer Projeto de Resolução ou Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, aliás o BE e todos os outros partidos, aquilo que fez foi outra proposta que consta da agenda deste Plenário para se fazer um estudo sobre a toxicodependência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É tão fácil! Peça desculpa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: O registo que eu tenho é muito claro. Nenhum dos partidos da oposição nos últimos dez anos e no caso do BE desde 2008, apresentou qualquer Projeto de Resolução ou Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cuidado com as pesquisas!

O Orador: Apresentou propostas de aumento de financiamento aos programas e às ações deste âmbito do Plano de Investimentos. Foi isso que eu disse na minha primeira intervenção, é isso que eu reitero agora e já agora a Sra. Deputada Zuraida Soares, enfim, no meio da sua eloquência que lhe é reconhecida na segunda intervenção refere que o Bloco fez seis propostas. Eu gostava de saber quais são e já agora convidava-a a especificar qual foi o Projeto de Resolução ou o Projeto de Decreto Legislativo Regional que o BE apresentou, e já agora qualquer outro partido pode também especificar para refutar aquilo que eu afirmei. Aliás ouvi há pouco o Sr. Deputado Artur Lima dizer que eu tenho que pedir desculpa porque estava a mentir, eu gostava que provassem que eu estou mentir ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em 2011 há uma proposta do Bloco de Esquerda!

O Orador: ... gostava que provassem e que refutassem aquilo que eu disse na minha primeira intervenção.

Portanto, Sra. Presidente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço-vos algum silêncio para que seja possível ao Sr. Deputado Berto Messias continuar a sua intervenção.

Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados:

Todos os Partidos políticos têm direito a dizer e a fazer aquilo que muito bem entendem. Todos os partidos políticos têm o direito de utilizar os instrumentos regimentais que têm ao seu dispor para fazerem aquilo que muito bem entendem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantas propostas apresentou o Partido Socialista nos últimos 10 anos?

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o debate político, os nossos programas políticos têm que ter consequência prática. Então a minha questão é a seguinte: se dizem que esta questão é um grande flagelo, se dizem que a questão da toxicodependência é um grande problema, se acusaram o Governo e o PS de não fazer rigorosamente nada, ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... então o que é que andaram a fazer sobre esta matéria nos últimos dez anos? Não apresentaram absolutamente nada! Não apresentaram nada, não quiseram reorientar a estratégia de combate a esta matéria, não puseram em causa o trabalho que estava a ser desenvolvido, aliás Sr. Deputado Luís Rendeiro, deixe-me dizer-lhe que os resultados dos Açores não são os piores resultados do país!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São, são!

Deputado Luís Maurício (PSD): Os da Região são os piores entre os resultados de Lisboa e do Alentejo! São os piores do país!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, chamo-vos à atenção novamente, é preciso reunirem as condições para que o debate possa continuar.

O Orador: Os resultados da Região são resultados muito semelhantes ao resto do País ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

O senhor tem que ler o relatório do SICAP de 2013!
O senhor não lê e depois vem para aqui fazer afirmações dessas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Luís Maurício (PSD): Vou enviar-lhe o relatório do SICAP por mail!

O Orador: Eu tenho o relatório, Sr. Deputado e estou disponível para discutir consigo as questões das dependências quando o senhor quiser, no momento que o senhor quiser, com total disponibilidade como sempre.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor de continuar.

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados aquilo que nós dizemos, aquilo que nós escrevemos nos nossos programas políticos, aquilo que nós afirmamos publicamente tem que ter consequência política e para nós, Sra. Deputada Zuraida Soares, é um dado politicamente relevante que Vs. Exas. não tenham feito uma única proposta, nenhuma iniciativa parlamentar através de Projeto de Resolução ou Projeto de Decreto Legislativo Regional, nos últimos dez anos.

Deputado Paulo Estêvão (PSD): Mas o senhor é que escolhe?

O Orador: Nós entendemos que isso é politicamente relevante apesar de Vs. Exas terem toda a legitimidade para fazerem aquilo que muito bem entenderem, mas para nós este é um facto politicamente relevante e já agora, Sra. Deputada

Zuraida Soares, agradecia-lhe que especificasse quais foram as propostas que apresentou nos últimos dez anos sobre esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar uma informação à Mesa, fazer uma solicitação à Mesa e dar outra informação à Mesa.

Primeira informação: O BE entregará à Mesa as iniciativas que teve neste Parlamento desde 2008 até hoje sobre a temática das toxicodependências. Esta é a informação.

O BE solicita ao PS que entregue à Mesa as iniciativas que teve sobre esta matéria desde 2008 que é para ser a contar do mesmo período e não haver batota.

Finalmente, informar a Mesa que a epígrafe do nosso Projeto de Resolução é assim: “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa Percursos” e eu quero chamar a atenção da Mesa, Sra. Presidente que o Sr. Deputado Berto Messias falou de tudo e do seu contrário, menos da “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo Programa Percursos”.

Já agora Sra. Presidente, também pedir à Mesa o seguinte: quando os Srs. Deputados do PS querem dirigir-se ao BE eu estou aqui, agora quando os Srs. Deputados se querem dirigir a outros partidos com o pretexto do BE eu não estou aqui.

Portanto, eu acho que a Sra. Presidente, se me permite, deve começar a direcionar porque o Deputado Berto Messias falou numa quantidade de afirmações que eu não fiz desde o início deste debate, eu nem sequer falei em programas de combate à toxicodependência, eu nunca disse que não estava nada feito nesta Região.

Nada disso foi dito pelo BE, no entanto é um Projeto de Resolução do BE que está a ser discutido.

Portanto, quando o Sr. Deputado Berto Messias quiser mandar recados para os outros partidos, faça favor de o fazer diretamente ...

Presidente: Sra. Deputada, já ...

A Oradora: ... não é através do BE porque eu não tenho cara de “pombo correio”.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, a Mesa já percebeu o alcance da sua interpelação.

Relativamente à questão da gestão dos trabalhos a latitude que a Mesa concedeu ao Sr. Messias foi a mesma que concedeu aos restantes partidos que falaram sobre esta matéria.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Não querendo fazer de “pombo correio”, eu gostaria de informar o Sr. Deputado e a Mesa, pedir à Mesa que fizesse distribuir essas duas iniciativas da autoria do PS, que nos últimos doze anos, doze anos, não entregou uma única iniciativa nesta Casa, a última foi em 2004 e a outra tinha sido em 97.

Vou entregar na Mesa para ser distribuído.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 19 horas.

O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra para se inscrever?

Estamos então em intervalo. Regressamos às 19 horas.

Eram 18 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 19 horas e 06 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que o Sr. Deputado Berto Messias em desespero neste tema adotou aqui neste Plenário um novo estilo de debate, que é algo muito parecido com aquele que era adotado no velho oeste, que é o do cowboy que dispara primeiro e pergunta depois ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Retoricamente, Sr. Presidente! Retoricamente! Estamos todos vivos Sr. Presidente!

O que eu devo dizer é que o Sr. Deputado arroga-se do direito de dizer o seguinte: onde é que estão as vossas propostas? E nós dizemos: estão aqui!

No âmbito do Plano Anual Regional, por exemplo, o PPM pôs ainda este ano um Programa Regional de Prevenção e Combate ao Consumo em ambiente escolar, 200 mil euros e a mesma coisa o ano passado e os anos anteriores e que os senhores chumbaram sempre.

Mas o Sr. Deputado Berto Messias o que acha é que ele é que tem que definir qual é a natureza das propostas da oposição. Diz: Não! Não! Plano Anual não vale para a minha narrativa (utilizando o vocabulário específico do Sr. Deputado). Plano anual, propostas no plano anual não quero, não serve na minha narrativa, o que serve é Projetos de Resolução e outras iniciativas legislativas!

Bom, mas eu tenho o direito de propor a intervenção que bem entender e na natureza que bem entender.

Portanto, cai por terra aquela afirmação de que “nós somos maus, nós não temos bons resultados (nós PS, nós Governo Regional) mas os senhores também não estão preocupados porque não estão a propor nada. Errado! Estamos a propor.

Eu vou dizer-lhe, na perspetiva do PPM, como é que nós consideramos que é necessário combater esta problemática.

Primeira prioridade: prevenção, a prevenção em meio escolar, a prevenção nas famílias, a prevenção nas instituições sociais.

Portanto, na nossa perspetiva a prevenção é a nossa principal preocupação e para se realizar a prevenção é necessário dotar esta área das verbas necessárias, coisas que os senhores não estão a fazer.

Como é que se dota, tendo esta perspetiva da prevenção, é necessário dotar o Plano Anual das verbas necessárias para fazer isso e para isto não é preciso um Projeto de Resolução, para isto faz-se um alteração no Plano Anual Regional. É essa a perspetiva que nós adotámos e presumo que os outros partidos também fizeram.

Segundo lugar, é necessário combater esta criminalidade com as forças policiais. Eu reconheço que as forças policiais nos Açores são da responsabilidade do Estado, como bem sabe o Sr. Deputado, estão a fazer um grande esforço e temos obtido bons resultados nessa matéria nos Açores, as forças policiais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o que é que estamos a debater aqui? Já passamos à criminologia!

O Orador: Todos os dias lemos, todos os dias temos notícias do combate que está a fazer.

O que eu considero é que se não estão a atingir os resultados que são necessários é porque os meios são muito escassos, os meios à disposição das polícias são muito escassos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas que crimes?

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Vou aproveitar, para terminar Sra. Presidente, para dizer o seguinte em relação ao combate à criminalidade.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual criminalidade?

O Orador: É necessário e o PPM vai apresentar nesta câmara daqui a poucos meses ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, o que é que estamos a discutir?

O Orador: ... uma proposta no sentido de se criar uma polícia regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual polícia?

O Orador: São necessárias alterações constitucionais, eu sei, mas é necessário criar uma polícia regional. Para quê? Porque é quase ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu naturalmente permiti que fosse fazendo a sua intervenção, mas agradecia que não se prendesse agora com este tipo de matéria que naturalmente não tem a ver com o debate em causa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nada a ver com o debate!

Presidente: Portanto, dei-lhe alguma latitude mas agradecia naturalmente que se recentrasse no debate da toxicod dependência, pelo menos, que está intimamente ligada à questão das instalações da “Percurso”, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, naturalmente eu vou seguir a sugestão de V. Exa., ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Deputado, não sabemos onde é que o senhor foi buscar crimes?

O Orador: ... mas se V. Exa. seguiu a minha intervenção vê que há uma lógica, há aqui um partido que é o PS que diz que os outros não têm uma conceção, ...

Presidente: O senhor respondeu.

O Orador: ... e eu disse que há a questão da prevenção e do combate à criminalidade.

Eu vou terminar, dizendo que no âmbito do combate à criminalidade é preciso reforçar os meios policiais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual criminalidade?

O Orador: Eu considero e vou terminar, em relação a esta matéria, que é necessário criar uma polícia regional porque nós para exigirmos resultados e esta é uma das questões fundamentais, é termos o controlo desta área para que o combate possa ser eficaz e se possa pedir responsabilidades, e termino Sra. Presidente, ao Governo Regional, porque assim é difícil.

No âmbito do combate policial a quem é que nós pedimos responsabilidades? A alguém que está no Terreiro do Paço e que está muito longe.

Presidente: Sr. Deputado, já percebemos.

O Orador: Portanto, esta é na nossa perspetiva a estratégia correta. Esta é a estratégia correta e segue estas duas linhas.

Termino Sra. Presidente, esta primeira intervenção ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É melhor!

O Orador: ... para dizer o seguinte: este é um plano, uma metodologia, o que acontece é que o Governo Regional não só não tem metodologia nesta matéria ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor também não faz isto por menos!

O Orador: ... como esta área em que nós temos péssimos resultados não tem constituído uma prioridade para o Governo Regional, que não lhe tem dedicado os meios que são necessários.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para pedir desculpa à Sra. Deputada Zuraida Soares!

O Orador: Eu começo por relevar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que e facto não estava na sala quando eu fiz a minha primeira intervenção e muitas das questões que referiu, julgo que fui perfeitamente claro e objetivo na minha primeira intervenção.

Também devo dizer que referi as propostas que alguns partidos apresentaram de reforço às medidas e às ações do Plano de Investimentos incluindo o PPM que, enfim, sendo esta uma questão tão relevante para o PPM, propôs um reforço de 22 mil e 500 euros na ação “Promoção de estilos de vida saudável e prevenção de comportamentos de risco”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Na sequência das instalações do programa “Percurso”!

O Orador: Era esta a proposta do PPM.

Srs. Deputados, eu peço desculpa mas estou a referir-me àquilo que os senhores fizeram e àquilo que os senhores propuseram. Tenho essa legitimidade e esse direito. Estamos num debate democrático em que cada um fala na sua vez e em que cada um defende aquilo que acha que deve ser defendido sobre esta matéria, admitindo que o levantamento que fizeram possa estar errado, mas é este o levantamento que tenho.

Também não posso deixar de dizer, eu percebo a Sra. Deputada, com o talento parlamentar que lhe reconheço e certamente todos reconhecem eu registo o facto de ter utilizado uma interpelação para entregar na Mesa as iniciativas que fez, furtando-se a especificar as suas iniciativas tal como lhe pedi na intervenção que fiz, portanto o BE não especificou ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E já especificou as suas?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): As nossas é o programa do Governo, Zuraída!

O Orador: ... os Projetos de Resolução e os Projetos de Decreto Legislativo Regional que apresentou nesta Casa, portanto continua sem refutar aquilo que eu afirmei na minha primeira intervenção.

Sr. Deputado Artur Lima, dizer que o PS fez poucas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fez poucas! Em 12 anos zero!

O Orador: O PS e o Governo, o Governo que é do PS e que aplica e define a política de prevenção e de combate aos comportamentos de risco na nossa Região.

Portanto eu percebo esse seu esforço de apoiar aí os seus colegas de coligação nesta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coligação legítima!

O Orador: Legítima! Perfeitamente legítima!

Aquilo que para nós é claro é que se resolva rapidamente tal como já referiu o Sr. Secretário esta questão do projeto “Percurso”, conseguindo servir convenientemente e adequadamente as pessoas que infelizmente vivem um drama social terrível e que têm que recorrer a este tipo de serviços ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, olhe este tipo de intervenção!

O Orador: ... para que possamos continuar este combate civilizacional que todos temos que travar de combater a questão das dependências...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

O Orador: ... mas combatê-la de forma clara, não, permitam-me dizer, com o registo com o qual é legítimo mas não discordamos de uma abordagem policial às questões das dependências.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o relatório?

O Orador: Nós não podemos misturar a prevenção primária, a estratégia de minimização de danos, não podemos cometer o erro que muitos cometem de colocar no mesmo saco aquilo que é consumo de drogas duras com aquele que é o consumo de drogas leves, não podemos colocar no mesmo saco a prevenção primária, a minimização de danos, o tratamento e a abordagem criminal àquilo que é crime.

Portanto, isso é, quanto a nós, um tremendo erro, o Sr. Deputado Paulo Estêvão aliás incorreu nesse erro há pouco na nossa humilde opinião e portanto estamos disponíveis para discutir sempre que V. Exas. quiserem esta matéria.

Estamos disponíveis para discutir sempre que V. Exas. quiserem este assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Vamos continuar a contribuir ativamente para este combate civilizacional que todos nós temos que travar.

Portanto, exige-se também de Vs. Exas. os vossos contributos, as vossas propostas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero!

O Orador: ... para que isto seja uma realidade.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, apenas um pequeno alerta.

Naturalmente que esta iniciativa está intimamente ligada à questão da toxicod dependência apesar de que temos ainda uma outra iniciativa neste Plenário sobre a mesma temática, por isso pedia a todos, até porque ainda nos falta algum tempo, todas as bancadas ainda têm tempo para continuar a intervir neste debate, que nos recentrásemos nesta matéria em particular que tem a ver com a mudança de instalações do projeto “Percurso” ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: ... porque a Mesa permitiu a todos que de uma forma ampla abordassem a temática porque é impossível não abordá-la, mas naturalmente nós não estamos aqui a falar do combate à toxicod dependência mas sim de um aspeto particular desse combate.

Agradeço então a todas as bancadas que possam acolher este pedido da Mesa.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Pelo dinheirinho! Vamos ao dinheirinho!

O Orador: ... citando o Sr. Deputado Aníbal Pires que nos disse de uma forma muito clara que se o Governo governasse provavelmente não seria necessária esta Resolução ter vindo ao Parlamento.

Talvez concordando e alguma forma com este aspeto porque nós estamos a governar e estamos a fazer alguma coisa neste âmbito, gostaria talvez de reformular esta sua frase e dizer que se a oposição dialogasse, efetivamente não seria necessário termos trazido essa Resolução ao Parlamento, ou seja (isto é uma questão específica a da Sra. Deputada Zuraída Soares) se a Sra. Deputada Zuraída Soares, no âmbito daquilo que é a sua Representação Parlamentar, até da sua atividade como partido político tivesse de alguma forma abordado o Governo Regional sobre esta matéria ou a Secretaria da Saúde sobre esta matéria, eu teria todo o gosto de explicar à Sra. Deputada Zuraída Soares, fora do âmbito deste Plenário, eu sei que escolheu este círculo exatamente porque tinha uma intenção de fazê-lo de uma forma mais pública, mas eu teria todo o gosto Sra. Deputada de lhe esclarecer de uma forma muito clara daquilo que o Governo Regional estava a fazer sobre esta questão e explicar que o Governo está a governar e o Governo está efetivamente a fazer alguma coisa nesta área.

Na sequência deste debate que tem vindo a acompanhar, embora muitas vezes não centrado naquilo que é a temática que foi aqui proposta pelo BE, talvez vos dar um pouco a minha visão sobre esta questão e a forma com que ela está a ser tratada aqui e pegando um pouco naquela expressão que é muitas vezes aqui utilizada no Parlamento de arma de arremesso político.

Aquilo que está a acontecer de uma forma muito clara parece-me, mais uma vez, que estamos a utilizar exatamente esta expressão e estamos a fazer aquilo que esta expressão infelizmente representa para nós todos como políticos e para os açorianos que nos estão a ver em casa porque se nós quiséssemos na realidade tratar este assunto, se nós nos quiséssemos centrar naquilo que é a Resolução do BE ou se nós quiséssemos ter uma abrangência um pouco maior e talvez ir buscar aquilo que esta latitude parlamentar permite sobre esta questão tínhamos feito, tal como o Sr. Deputado Berto Messias muito bem o disse, propostas concretas sobre este tema, que nos dissesse de uma forma muito clara o que é que a Sra. Deputada faria de diferente neste caso em relação à mudança da localização de instalações da “Percursos” ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Certo! Mas esta história de chegar aqui e dizer mudar de instalações, sim senhor. Para onde? Como? De que forma?

Deputada Zuraida Soares (BE): Quatro anos, Sr. Secretário!

O Orador: Já esclarecemos em termos de *timing* quando é que o Governo Regional assumiu a gestão deste processo, mas nem que seja fazer aquilo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro fez na Comissão, que me parece lícito e propor de uma forma muito concreta que o Governo Regional alugue um pré-fabricado, que construa um pré-fabricado ao lado e que mude transitoriamente enquanto não tem as instalações prontas.

Pronto, mas é uma proposta, concordando ou não, tal como tive oportunidade de dizer na Comissão, mas há uma proposta concreta.

Esta questão de “mude as instalações” de uma forma abstrata é que me parece que é demagogia política.

Respondendo às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, a Direção Regional das Dependências foi incluída na Direção Regional da Saúde, quer dizer existe uma direção de serviços dentro da Direção Regional da Saúde que se dedica especificamente a esta área das dependências, ou seja, não houve um abandono do Governo nesta política, ouve sim uma integração com aquilo que em parece que é óbvio e que tem que ser óbvio para todos, isto é um problema de saúde, isto não é um problema à parte, isto é um problema de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que não assume!

O Orador: Estas pessoas têm um problema de saúde e tem de ser tratadas como um problema de saúde o tivessem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: E é isso que temos vindo a fazer de uma forma integrada.

Também lhe dizer, Sr. Deputado, que o Governo obviamente foi patrocinado o funcionamento da instituição “Percurso” enquanto ela funcionava na Casa do Povo da Terra Chã, nós controlamos a execução dos nossos acordos, os acordos foram revistos, foram entregues as documentações que esses acordos preveem, no entanto a partir de certa altura verificou-se essa dificuldade e o Governo de uma forma incisiva teve que agir, teve que assumir a responsabilidade da gestão daquele percurso porque é uma área sensível, porque é uma área que nós achávamos que não poderia continuar com dificuldades no seu funcionamento perante os seus utentes e aquilo que fizemos foi lançar mão dos dispositivos legais que tínhamos à nossa disposição para contratar aquelas pessoas, obviamente não foram entradas para a função pública ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que eu não podia integrar aqueles funcionários nos quadros de ilha ou no quadro a Unidade de Saúde da Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que foi?

O Orador: Foram feitos contratos de prestação de serviços com aqueles funcionários da mesma modalidade que tinham anteriormente com a Casa do povo da Terra Chã, de forma a que não houvesse uma clivagem de serviço perante os utentes em que continuaram a ser tratados pelos mesmos profissionais da mesma forma e agora nós temos tempo como Governo Regional para fazer a contratação e abrir os concursos que forem necessários para a integração desses funcionários.

Talvez em relação ao Plano Regional das Dependências, Sr. Deputado, tal como já foi dito em aparte, o Plano Regional de Saúde integra o combate às dependências. É isso que lá está no Plano Regional de Saúde e é a transição desse Programa Regional das Dependências para um Plano Regional de Saúde integrado dentro da área da Direção Regional de Saúde que foi feito.

Na componente da medição, se é Subutex, se é Suboxone, se é Metadona, se é titularidade de Metadona, se estamos a falar na Aloxona ou algum tipo de antagonista, o Sr. Deputado também como médico prescriptor também dentro dessa área, sabe perfeitamente que não é o Secretário Regional da Saúde, embora sendo médico, podendo fazê-lo, podendo prescrever, que define em cada um dos médicos adstritos a cada um dos programas que tipo de medicação é que deve usar.

Não sou seu sentado no meu gabinete: “Olha, tu usas Metadona! Tu usas Suboxone! Tu usas Subutex!”. De uma forma global o Sr. Deputado Artur Lima não gosta que haja diferenças nos tratamentos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou eu que não gosto! O senhor é que tem que explicar porquê!

O Orador: Os médicos adstritos a cada um desses programas usam as ferramentas que têm, da mesma maneira que eu não digo se o medicamento para

a hipertensão arterial prescrito no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo é o A, o B ou o C ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, o senhor está a brincar!

O Orador: ... neste caso muito específico também não dito perante os meus colegas se prescrevem a Metadona ou o Suboxone ou o Subutex.

Em relação às questões que a Sra. Deputada Zuraida depois colocou e dos equívocos, talvez seja importante esclarecer que aquilo que foi a realidade que a Sra. Deputada apresentou não a enquadrou no tempo, ou seja as dificuldades que apresentou no funcionamento do programa “Percursos”, a Sra. Deputada não as disse claramente se tinha sido antes ou depois do Governo ter tomado posse e da gestão daquele programa. Isso talvez fosse importante perceber, ou seja se a descrição que a Sra. Deputada faz é um problema atual ou se é um problema que foi entretanto resolvido pelo Governo porque parece, da forma com que a Sra. Deputada enquadra toda aquela descrição, que é um problema que se está a viver hoje, quando a Sra. Deputada sabe perfeitamente que era um problema que se vivia antes do Governo ter assumido a responsabilidade desses programas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi antes!

O Orador: Talvez, e por uma questão de justiça perante alguns desses programas e explicar quer a opção de Governos anteriores, porque também aqui teria sido acusado de ter posto de parte aquilo que tinham sido as políticas anteriores neste momento com esta alteração, seria importante percebermos todos aquilo que foi feito quer pela Arrisca, quer pela “Percursos”, quando tomaram conta daquilo que foi um programa desenhado pelo Governo anterior e que lhes pediu para ter uma ação muito específica nesta área das dependências, perante a realidade que nós temos hoje.

Tanto a “Percursos” como a Arrisca, conseguiram fazer algo que foi muito importante para nós todos, foi chamar esses utentes a tratamento, foi de uma

forma personalizada e localizada em cada uma das freguesias da Ilha Terceira e em cada uma das freguesias da Ilha de S. Miguel, pelas equipas móveis que tinham disponíveis, ir até a esses utentes, trazê-los para o tratamento de substituição neste caso, titularidade por Metadona e integrá-los numa resposta social adequada para a situação em que eles viviam. Isso foi uma vitória para todos nós e foi no fundo um ganho que tivemos pelo facto de ter sido criado o programa “Percurso” e pelo facto de ter sido criado, no fundo, o programa na Arrisca.

Infelizmente, por aquilo que nós observamos a situação do programa “Percurso” não evoluiu da mesma forma como por exemplo evoluiu na Arrisca.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que existem?

O Orador: Há pouco alguém me perguntava relativamente aos doentes de alto limiar se estavam enquadrados, se não estavam enquadrados, de forma é que esses doentes estavam enquadrados.

Na resposta integrada que a Associação Arrisca tem por estes utentes, não há só a distribuição da Metadona aos doentes de baixo limiar, há uma transição dos doentes de baixo limiar pra alto limiar com um acompanhamento específico ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas onde é que existem?

O Orador: Na Arrisca, Sr. Deputado! Talvez o convidasse a visitar a associação Arrisca e perceber o tipo de acompanhamento que esses utentes têm, não só o acompanhamento domiciliário com entregas por exemplo, a quem trabalha na pesca, com entregas nos portos, com entregas que são possíveis nas horas em que as pessoas precisam por exemplo de ir para lavoura, pessoas que saem para o mar, com acompanhamento em atividades sócio culturais e de enquadramento social para as pessoas que saem das tomas de Metadona de baixo limiar e passam para alto limiar, por exemplo com os comprimidos Subutex ou Suboxone ,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quantos passaram?

O Orador: ... é isso que é possível ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos passaram!

O Orador: Sr. Deputado, terei todo o gosto depois, obviamente, em ceder-lhe os dados sobre esta matéria, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ficamos à espera, não se esqueça!

O Orador: ... porque temos os dados muito concretos que nos são entregues pela Associação Arrisca que faz os seus relatórios anuais e que se não estou em erro também já foram levantados pela oposição, em certa altura, relativamente a algumas outras questões desse âmbito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos saíram?

O Orador: Há nestes programas uma resposta integrada, há nestes programas uma resposta que é desde trazer o doente de uma situação de marginalização e de consumo de dependências, em que nem sequer há uma interação com o sistema de saúde para uma interação plena com o sistema de saúde.

É isso que nos tem garantido e que nos garantiu ao longo dos anos estes dois programas e que o Governo Regional no percurso agora irá continuar a assumir, obviamente com uma integração na Unidade de Saúde de Ilha com as equipas da Unidade de Saúde de Ilha naquilo que deve ser o tratamento em contexto de saúde destes doentes.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho que responder ao Sr. Deputado Berto Messias porque mais uma vez na sua intervenção faltou à verdade.

Na Proposta Anual Regional para 2015, nós temos uma proposta de alteração que contempla a criação de uma nova ação e uma nova ação que diz o seguinte:

“Programa regional de prevenção e combate ao consumo de drogas em ambiente escolar - 200 mil euros”. 200 mil euros! Foi esta a proposta que nós fizemos e que o senhor ignorou de forma absolutamente gratuita para sustentar a sua narrativa.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado deturpou a intervenção do PPM.

Nós considerámos e disse-lhe: “A primeira prioridade para o PPM, prevenção primária. Combate de formação nas escolas, sensibilização dos alunos ”. Nós consideramos esta matéria fundamental.

Segunda vertente em que o senhor aqui deve um pedido de desculpas às forças policiais, que muitas vezes com o risco das suas vidas combatem o consumo e os traficantes de droga nos Açores e o senhor disse: “Isso não! Isso é a componente securitária!”. Mas esta componente é a componente fundamental, devemos muito a estes homens e mulheres que combatem todos os dias na rua os traficantes e o senhor tem razão. O senhor privilegia essa área também? Privilegio! Porque eu quero os traficantes de droga na cadeia! Quero!

Deputado José Ávila (PS): Isso era bom! Isso era excelente, se conseguíssemos pô-los todos lá!

O Orador: E acho que este combate é um combate fundamental!

Termino, dizendo-lhe e reafirmando aquilo que eu lhe disse e para isso eu considero que a nossa economia deve crescer, deve ter mais mecanismos e deve ser criada uma polícia regional de forma a que se possa fazer este combate diretamente, com uma orientação política na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, para utilizar a sua própria expressão, eu tenho que dizer-lhe o seguinte: a forma como o Sr. Secretário enquadra esta problemática não é demagógica, é completamente ao lado.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

A Oradora: Ao lado, Sr. Secretário Regional!

Aquilo que o nosso Projeto de Resolução recomenda é que o Governo Regional dos Açores proceda à transferência das instalações fixas do programa “Percurso”, para instalações condignas. Instalações condignas que não têm há muitos anos, não é agora desde julho, desde o dia 1 de julho que o Governo pegou no problema, no assunto porque ele estava a correr mal de mais, sob vários aspetos. Já era antes, Sr. Secretário Regional!

Portanto os tais 180 dias, o senhor ainda não me explicou quando é que começam a contar.

Sobre a mudança das instalações o Sr. Secretário Regional em concreto ainda não disse coisa nenhuma, sendo que já disse muita coisa importante, de vários pontos de vista, mas que não têm a ver com o Projeto de Resolução do BE, portanto ao lado.

Dizer-lhe também Sr. Secretário Regional o seguinte: como o senhor bem sabe, não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira e não será provavelmente a última vez que o BE no caso eu, Zuraída Soares, vou ter com o Sr. Secretário para lhe levantar alguns problemas, dar-lhe conta de alguma incompreensões de vários pacientes, de várias pessoas, pedir-lhe uma explicação para eu a poder transmitir, tenho-o feito de boa fé e devo dizer-lhe que tenho feito com outros governantes também, não só com o Sr. Secretário mas com outros, nuns com maior sucesso, noutros sem sucesso nenhum. É a vida!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Eu?

A Oradora: Não! Estou a falar doutros!

Agora, Sr. Secretário Regional, o senhor não pode esperar que os partidos das oposições funcionem a falar baixinho com o Governo relativamente a todos os problemas com que a nossa Região se depara.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Beija-mão! Diga onde é que tiramos a senha!

A Oradora: É evidente que há assuntos que numa conversa pessoal direta e até pública porque nunca me escondi para fazê-lo, nem com o senhor, nem com nenhum outro governante, que seja a pergunta feita e a resposta dada de uma forma rápida. Não é o caso! Neste assunto não é o caso! Trata-se de uma decisão que o Governo tem que tomar que é mudar as instalações fixas onde está a ser aplicado o programa “Percurso”. Isto não se pede Sr. Secretário Regional! Isto recomenda-se e é isto que o BE faz neste Projeto de Resolução. Dizer também ao Sr. Deputado Berto Messias que conforme o BE disse será entregue à Mesa para que seja distribuída por todas as Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Francisco César (PS): Então por que é que não diz como é?

A Oradora: ... porque eu digo aquilo que quero, não aquilo que o senhor manda dizer.

Deputado Francisco César (PS): E não podemos perguntar?

A Oradora: Podem perguntar e eu posso não responder.

Agora há uma coisa que os açorianos e açorianas já ficaram a saber, é que o PS que exige tanto trabalho aos partidos das oposições entregou duas iniciativas sobre a toxicodependência, uma em 1997 e outra em 2004. Isto os açorianos e açorianas já ficaram a saber.

Deputado Francisco César (PS): É que a senhora não quer responder ao PS!

A Oradora: Portanto esta é a tal moral: “faz o que eu digo, não faças o que eu faço”.

(Diálogo entre os Deputados João Bruto da Costa e André Bradford)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Ainda relativamente ao nosso Projeto de Resolução, que é isso que está em debate, eu gostaria de trazer a esta câmara, parte do conteúdo de um parecer pedido pela Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão para a dissuasão da toxicodependência de Angra do Heroísmo. Vou passar por cima de considerações e de dados relativamente ao fenómeno, à problemática da toxicodependência porque há um outro Projeto do BE que será discutido e que a si tem uma vertente mais alargada, vou diretamente ao nosso Projeto de Resolução, à mudança das instalações.

Este parecer da Comissão para a dissuasão da toxicodependência de Angra do Heroísmo diz o seguinte, entre outras coisas: “Considerando o conhecimento que os membros desta Comissão têm, das instalações ocupadas pelo projeto “Percurso”, é nossa opinião que as mesmas não reúnem no momento atual, as condições atrás referenciadas, portanto necessárias para um verdadeiro trabalho de recuperação, etc., etc., o que se constitui como um obstáculo à consecução dos objetivos subjacentes à sua intervenção.

Face a tal, há uma necessidade premente de realização de alterações que permitam colmatar as lacunas existentes das quais se destacam as condições de higiene, a segurança das instalações, a envolvente externa do edifício atual e o espaço limitado para as atividades desenvolvidas e a desenvolver”.

É o BE que o diz? Não. É esta Comissão.

Diz também: “Consideramos fulcral a auscultação dos profissionais do projeto que melhor do que ninguém poderão realizar um diagnóstico de necessidades e lacunas do mesmo”.

Curiosamente os mesmos profissionais a quem foi proibido falarem para a comunicação social, que é como quem diz para os açorianos e açorianas para explicar o que se estava a passar.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não proibimos ninguém!

A Oradora: Diz também a mesma Comissão: “Salvo visão contrária decorrente do diagnóstico de necessidades e lacunas acima referido, o projeto “Percurso” poderá funcionar no mesmo espaço, no mesmo espaço, desde que criadas as condições já salientadas anteriormente numa lógica de otimização do edifício existente ou da sua eventual ampliação.

Sr. Secretário Regional da Saúde, já não é um novo edifício, não sou eu que tenho que dizer se é pré-fabricado, com janelas brancas ou portas azuis, Sr. Secretário. É o senhor que tem que encontrar uma solução ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Nós já encontramos a solução!

A Oradora: ... e ela está aqui, uma proposta concreta: “Recuperar com o mínimo de dignidade aquelas instalações, enquanto não começam a contar os 180 dias para haver outras instalações”. É tão simples quanto isto, Sr. Secretário Regional!

Finalmente diz ainda esta Comissão: “Consideramos também que além da questão do espaço físico do projeto, deverão ser criados mecanismos de cooperação, integração técnica do mesmo com os restantes serviços da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, com naturais ganhos para os utentes e profissionais na ótica da diminuição da estigmatização associada ao projeto e aos seus utentes”.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Estou de acordo!

A Oradora: Sr. Secretário regional da Saúde, se o senhor quiser fazer alguma coisa por aquelas instalações não precisa de quatro anos, nem de 180 dias, basta recuperar aquele espaço que é absolutamente vergonhoso para quem o olha, quanto mais para quem tem que entrar dentro dele para ser tratado de uma doença que tem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que aqui hoje podemos assistir, o PS vai votar contra um Projeto de Resolução de um partido da oposição porque o Governo vai resolver já a seguir. Noutras alturas o mesmo PS votou a favor de resoluções da oposição porque o Governo ia resolver também, já a seguir.

Deputada Zuraída Soares (BE): São dias!

O Orador: O mesmo argumento serve para o seu e para o seu contrário. Eis o PS!

O que este diploma propõe é a mudança de instalações do “Percurso” e essa mudança é uma urgência.

Mas o PS vai votar contra por capricho. Fica feio, Sras. e Srs. Deputados! Fica muito feio!

Mas se hoje estamos a discutir a emergência de dar instalações dignas ao programa “Percurso”, aos seus utentes e aos seus funcionários é porque o programa fracassou naquilo que era mais básico, nos resultados e nas condições da prestação do serviço.

De facto desde julho até dezembro o Governo não arranjou instalações dignas ao programa “Percurso”, nem as atuais, nem outras, nem em conjunto com nenhum reordenamento urbanístico com a Câmara de Angra, nem de modo nenhum. A situação ficou e o Governo permitiu.

O financiamento do Governo à Casa do Povo da Terra Chã com dinheiro público, foi ou não foi convenientemente acompanhado, Sr. Secretário. Sim ou não?

Onde é que foi gasto o dinheiro? O Governo controla ou não a aplicação do dinheiro público na área da toxicod dependência?

Onde é que foi aplicado o dinheiro do Governo que é de todos os contribuintes?

Se houve má aplicação das verbas (se não houve parece que houve) como é que o Governo vai atuar, ou melhor por que é que não atuou?

O Sr. Secretário da Saúde pode responder a estas questões e àquelas que lhe fiz na minha primeira intervenção porque também não respondeu a nenhuma e eu posso repetir, nem como médico, nem como Secretário Regional da Saúde, por que é que estes programas saíram das Casas de Saúde e das Unidades de Saúde de Ilha? Quanto é que se transferiu para a Casa do Povo da Terra Chã, e já agora também para a Arrisca, já que o Sr. Secretário gosta tanto de falar na Arrisca e quais é que foram as vantagens que acha que estas instituições trouxeram à prestação desse serviço e que justificaram a criação das mesmas e a retirada dos programas de substituição de opiáceos por Metadona das Unidades de Saúde de Ilha e das Casas de Saúde da Região para serem atribuídos a estas associações?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Efetivamente o PS em ano de eleições ambiciona sempre mais e de facto a história repete-se.

Deputado Berto Messias (PS): É bom!

O Orador: De facto este protocolo feito com esta associação “Percurso”, foi feito em janeiro de 2012, anunciado com pompa e circunstância com esta associação.

Eu perguntei-lhe logo na minha primeira intervenção e o Sr. Deputado Luís Rendeiro já repetiu a pergunta: o que é que se passou para o senhor rescindir o contrato que tão bom serviço prestou à Região Autónoma dos Açores nas

vossas avaliações? O que é que os seus camaradas falharam nessa questão, Sr. Secretário?

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Então aqui está uma agenda partidária!

O Orador: Aqui diz: “O objetivo da iniciativa é que estes utentes subam ao alto limiar”. Onde, Secretário? Onde é que na Terceira existe um programa de alto limiar?

Está dito por uma associação oficial patrocinada pelos senhores.

Pergunto-lhe onde é que existe um programa, até de médio limiar, na Ilha Terceira? Agradeço que me informe. No Faial? Agradeço que me informe. No Pico? Agradeço que me esclareça. Nas Flores? Por aí fora, Sr. Secretário.

O seu programa de combate às toxicodependências que o senhor extinguiu e integrou no Plano Regional de Saúde, quer dizer nas suas palavras “cada cabeça, sua sentença”, por isso é que anda tudo de cabeça perdida, Sr. Secretário, porque num lado é Suboxone, no outro lado é Metadona, no outro lado não se sabe bem o que é, no outro lado é a junção das duas e é ao critério de cada um. Oh, Sr. Secretário, isto não é um Plano Integrado de Combate às Toxicodependências! Isso é a demissão completa de um Governo que tem uma grande responsabilidade social de combate às toxicodependências e se demite com argumentos levianos como o senhor acabou de apresentar. Quem diz que isso depende do médico coordenador do Centro de Adictologia da Horta e do de Ponta Delgada e Angra! Oh, Sr. Secretário isto é uma brincadeira de muito mau gosto com graves consequências para os utentes, Sr. Secretário! O senhor não pode nunca dizer uma coisa destas e afirmar isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Isso é gravíssimo, o que o senhor disse aqui. Cada um faz como quer. Um quer dar Suboxone, Suboxone! Olhe eles estão quietinhos, não dão trabalho aos polícias. Um quer dar Metadona, dá Metadona! Eles estão quietinhos, não dão trabalho aos polícias, nem roubam!

Oh, Sr. Secretário, isso é mais grave, traz consequências familiares às famílias, Sr. Secretário!

Este projeto até dizia, até referia que: “quer dar mais respostas utentes, por isso já está a preparar atividades de ocupação de tempos livres para ajudar também à reintegração da sociedade”.

Oh, Sr. Secretário, isso era ao projeto perfeito que os senhores apoiaram e financiaram durante quatro anos!

Já agora, que instalações é que eles tinham quando os senhores os apoiaram?

Ou o senhor não tem nada a ver com o velho governo?

Oh, Sr. Secretário, o que se começa aqui a perceber é que o velho governo ao menos tinha uma estratégia de combate às toxicodependências! O que se percebe é que o velho governo tem uma estratégia mas é de esconder as toxicodependências debaixo do tapete e quer que a gente vá denunciar ao Gabinete?! Oh Sr. Secretário no tempo da Assembleia Nacional é que se ia a S. Bento levar o problema ao Ministro, o tempo da Assembleia Nacional já acabou, Sr. Secretário! Não sei se o senhor percebeu!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, pedi a intervenção principalmente para responder-lhe à questão que me levantou concreta em relação a esta Proposta de Resolução, para dizer que o estaleiro da obra que vai permitir esta mudança está a ser instalado neste momento e que a obra irá arrancar ainda este mês.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então por que é que não esperou por fazer a obra e depois mudar?

O Orador. Por isso se nós temos um estaleiro montado e a obra a arrancar, penso que do ponto de vista de lógica faz pouco sentido montar um outro estaleiro para uma outra obra, para fazer ampliação, para fazer remodelação, o que seja num outro edifício. É gastar dinheiro público de uma forma desadequada.

Há uma obra que está a decorrer que nos irá permitir resolver esse problema e é dentro desse âmbito, assim que a obra permitir que nós possamos instalar, porque a obra é uma obra de intervenção em várias componentes da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, assim que a obra permitir e estiver concluída no espaço em que vai ser instalada a “Percursos” nós iremos obviamente de imediato ocupar ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quanto tempo?

O Orador: Oh, Sra. Deputada, eu não sou empreiteiro, eu não sou construtor ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Está bem!

O Orador: ... a obra está a decorrer.

Aquilo que sei como Secretário Regional é que o estaleiro está a ser montado para a obra iniciar-se, por isso é essa a informação que lhe vou dar.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, o programa da “Percursos”, pelo menos na Ilha Terceira, sempre teve a distribuição da Metadona, não percebi aquilo, não consegui atingir a profundidade daquilo que dizia ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Perceber, percebeu! Não quer é responder!

O Orador: ... em relação às alterações das Casas de Saúde e à distribuição da Metadona para o programa da “Percursos” principalmente na Ilha Terceira porque quando assumi esta pasta o programa “Percursos” distribuía Metadona na Ilha Terceira. Existia sim, isso assumi na altura, a alteração que houve na Ilha de S. Miguel em que havia duas entidades a distribuir Metadona de uma forma independente e houve uma concentração numa única entidade com os resultados positivos que temos à vista.

Em relação ao financiamento da “Percurso”, Sr. Deputado eu já lhe expliquei aquilo que permitiu, tal como o financiamento da Arrisca. Nós temos os toxicodependentes hoje em dia integrados em programas de substituição opiácea que nos permite a nós todos, agora como sociedade e como sistema de saúde, intervir naquilo que é essa sua doença, por isso o financiamento foi um financiamento bem gasto por parte dos açorianos porque nós conseguimos identificar esses doentes, iniciar o seu tratamento e enquadramento e fazer o devido acompanhamento.

Em relação às restantes questões penso que já as respondi ao longo do meu debate.

Sr. Deputado Artur Lima, o alto limiar neste momento está nos médicos de família. O Sr. Deputado talvez desconheça o trabalho que tem estado a ser feito de uma forma muito concreta de formação de alguns médicos de família, quer pelos médicos já existentes, quer por um médico que nos tem acompanhado ao longo destes últimos anos e que se desloca à Região Autónoma dos Açores, na formação e capacitação dos médicos de família em poderem acompanhar esses doentes. É assim que acontece, por exemplo na Ilha de Santa Maria em que temos os utentes todos a serem acompanhados pelos seus médicos de família, na Ilha das Flores, na Ilha Graciosa e nas restantes ilhas em que há formação específica aos médicos de família para que possam fazer o acompanhamento de alto limiar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na Terceira não existe!

O Orador: Os doentes de alto limiar como o senhor me parece que sabe e percebe do assunto, são feitos já numa perspetiva de um contrato entre o próprio médico e o utente do cumprimento de regras muito estritas e nesses casos muito específicos a distribuição da medicação que lhes garante a abstinência é feita já com o rigor diferente daquilo que é feito no baixo limiar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Os médicos de família da Terceira não fazem!

O Orador: Mas talvez fosse importante Sr. Deputado e eu gostaria perante esta Casa que o Sr. Deputado nos explicasse, como profissional de saúde, qual é a diferença entre tratar um doente com Suboxone ou Metadona? Pelos vistos sabe e eu não sei e gostaria que o Sr. Deputado, agora, hoje nos explicasse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vão tirar a carteira profissional!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem um minuto e meio, penso eu, para intervir.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário está a brincar com coisas sérias, está a brincar com a vida das pessoas, está a brincar com a situação das famílias.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique a diferença!

O Orador: O que quero é que o senhor me explique, eu é que quero que o senhor me explique, por que é que na Região uns são tratados com A e outros são tratados com B.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique a diferença!

O Orador: Eu quero saber por que é uns tomam Metadona e outros tomam Suboxone?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique a diferença!

O Orador: Eu quero é que o senhor me explique porquê? Por que é a opção numa Unidade de Saúde por uma e a opção numa Unidade de Saúde por outra, Sr. Secretário. Isso é que o senhor tem que falar, num Plano de Combate às Toxicodependências, eu quero saber ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Admita que não sabe!

O Orador: Eu sei por que é, Sr. Deputado. É o facilitismo!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Admita que não sabe, Sr. Deputado!

O Orador: Sabe? É o facilitismo!

Eu quero saber por que é que uns são tratados de uma maneira e outros da outra e é isso que o senhor tem dificuldade em explicar, por isso está incomodado e o senhor vai explicar: há ou não há um Programa Regional de Combate às Toxicodependências? Há ou não há, Sr. Secretário?

O senhor tem que explicar é politicamente nesta Casa qual é o programa, qual é a metodologia usada, se ela é uniforme e se é um Plano Integrado Regional ou se é um programa de ilha a ilha, conforme o gosto do freguês?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique a diferença, ilha a ilha!

O Orador: O senhor é que tem que dar essa explicação, aqui nesta Casa. Qual é o programa que o senhor tem? Qual é o programa que o senhor tem e se usa uns e se usa outros.

O senhor sabe qual é?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O senhor parece que sabe!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É que o senhor cede a alguns interesses, o senhor cede a alguns interesses, nomeadamente explique por que é que aqui na Horta se usa o Suboxone? O senhor é que me vai explicar que é numa Unidade de Saúde que o senhor tutela, o senhor fiscaliza. Isso é que o senhor vai explicar.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Explique porquê!

O Orador: Explique porquê, Sr. Secretário.

Presidente: O CDS esgotou o seu tempo para este debate e Mesa de momento não tem mais inscrições.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E sentou-se sem explicar!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para registar que o Sr. Deputado Artur Lima não respondeu à minha questão.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O senhor diz que cada médico prescreve o que quer e isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É a bandalheira total! O combate às toxicodependências!

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro pediu a palavra.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós para podermos continuar com o debate hoje terão todos que se comprometer que vão permitir que se possa falar e ser ouvido. Caso contrário eu interrompo os trabalhos e continuamos amanhã à tarde.

Sr. Deputado Luís Rendeiro pediu a palavra. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Secretário Regional, é preciso ter uma lata do tamanho do mundo ...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): É o que fazem constantemente!

O Orador: ... para se queixar de que uma pessoa da oposição não lhe responde a uma pergunta quando o senhor não respondeu a uma pergunta concreta daquelas que lhe foram colocadas esta tarde. Nem uma! Nem como médico, nem como Secretário Regional!

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade!

O Orador: É preciso ter muita lata para vir com esse argumentário, aliás na linha daquilo que o senhor que está sentado ao seu lado já fez em debates anteriores. É preciso ter muita lata!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh, Sr. Secretário, eu vou continuar já sem esperança que me responda, mas vou continuar a repetir a pergunta: o que é que se ganhou com a criação destas instituições que se substituíram ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Já lhe respondi!

O Orador: Não respondeu, não!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Depois vê-se no diário!

O Orador: ... quer às Unidades de Saúde de Ilha, quer às Casas de Saúde no tratamento da Adictologia, o que é que se ganhou? Quanto é que se transferiu para a Casa do Povo da Terra Chã para o financiamento do programa “Percursos” de maneira a que a situação chegou àquela que é hoje, de total indignidade, o que é que aconteceu a esse financiamento público e que levou a que as instalações se degradassem, a que não houvesse combustível para as viaturas, a tudo isto que a gente discutiu aqui hoje e que o Sr. Secretário não respondeu e que mecanismos é que a Secretaria que o senhor tutela pôs em prática para averiguar que destino é que teve o financiamento (pelos vistos não foi aquele) que permitisse o adequado funcionamento do programa “Percursos”, na instituição que o Governo Regional do PS escolheu para fazer o programa da Metadona na Ilha Terceira?

Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pressentindo que nos estamos a aproximar do fim do debate sobre este Projeto de Resolução, gostaria de tirar a seguinte conclusão.

A boa notícia para os profissionais e para os utentes do programa “Percurso” na Ilha Terceira é que vão ter instalações condignas para serem tratados. A má notícia para os profissionais e para os utentes do programa “Percurso” da Ilha Terceira é que vão ter um dia mas não sabem quando.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias, lamentando o facto de já se ter inscrito e eu não ter feito o registo, tem agora a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em primeiro lugar, registar a ausência de resposta do Sr. Deputado Artur Lima, que aliás é alguém ..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é patético! Estamos a discutir opções políticas!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ...

Sr. Deputado Berto Messias, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Para dizer o seguinte: registar que o Sr. Deputado Artur Lima não tenha respondido às questões que lhe foram colocadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é patético!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo vindo de um Deputado que aliás tem sido useiro e vezeiro neste Plenário em criar escândalos aqui dentro por alegadas faltas de respostas ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma vergonha!

O Orador: ... e também o seguinte, Sr. Deputado Artur Lima e isso julgo ser adequado a todas as bancadas.

Não é correto que estando um debate a correr menos bem ...

Deputados Paulo Estêvão (CDS-PP) e Artur Lima (CDS-PP): Para si!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ...

O Orador: Não é correto que estando um debate a correr menos bem, estando um debate ao nível da argumentação política, do debate político que todos nós legitimamente fazemos aqui, esteja a correr menos bem, que o Sr. Deputado Artur Lima resvale, deixe resvalar a sua intervenção para especulações e ataques insidiosos ao Sr. Secretário ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não fiz ataques!

Deputado José San-Bento (PS): Não fez?!

O Orador: ... quando diz que o Sr. Secretário está a representar interesses, quando disse que o Sr. Secretário está a representar interesses na questão do Suboxone, na questão da Metadona e nos alegados diferentes critérios em cada uma das ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: O Sr. Deputado disse isto e o Sr. Deputado tenha a coragem de assumir aqui aquilo que disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esse exercício de dissimulação não é adequado neste Parlamento. Portanto, Sr. Deputado, nós estamos aqui a discutir democraticamente esta questão, nós temos aqui divergências de opiniões, nós temos aqui divergências de concepções daquilo que deve ser feito, mas não é aceitável, nem é adequado que primeiro, o senhor diga o que disse e depois não tenha a coragem de assumir que disse o que disse.

Portanto, o mínimo que se exige é que o Sr. Deputado peça a palavra e peça desculpa ao Sr. Secretário. É o mínimo que se exige a V. Exa.!

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Peço ao Líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, considerando que ainda há inscrições e que já atingimos o nosso horário regimental, vamos ter que continuar o debate amanhã pelo que o Sr. Secretário da Mesa ...

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário,

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Uma interpelação para poder usar da defesa da honra considerando que dentro daquilo eu tinha sido ...

Presidente: Sr. Secretário, peço imensa desculpa, pensei que eventualmente poderia dizer que iria prescindir da sua inscrição mas eu não posso dar-lhe a palavra para a defesa da honra porque os trabalhos foram encerrados.

Lamento, Sr. Secretário mas não poderei dar-lhe a palavra.

Apenas peço um pouco mais da vossa atenção para que o Sr. Secretário da Mesa possa informar dos tempos que restam a cada bancada e ao Governo para o debate de amanhã.

Secretário: Governo Regional – 2 minutos e 5 segundos;

PS – 2 minutos e 35 segundos;

BE – 4 minutos e 15 segundos;

PSD – 9 minutos;

CDS-PP, já não tem tempo.

PCP – 4 minutos e 20 segundos;

PPM – 2 minutos e 10 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 20 horas e 04 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Manuel Alberto da Silva Pereira

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 – Iniciativas Europeias:

Assunto: Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes (COM(2015)610)

Proveniência: Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18

Comissão: Política Geral

Data de emissão de parecer: 2015-01-20.

2 – Projetos de Lei:

Assunto: Extinção da sobretaxa do IRS - n.º 42/XIII/1.ª (PS) – n.º 186/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 25

Comissão: Economia

“Considerando que está agendada para hoje, dia 26/11/2015, na AR, o debate na generalidade da presente iniciativa, remeter à Comissão para conhecimento”;

Assunto: Prorrogação de receitas previstas no Orçamento do Estado para 2015 - n.º 43/XIII/1.ª (PS) – n.º 187/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 25

Comissão: Economia

“Considerando que está agendada para hoje, dia 26/11/2015, na AR, o debate na generalidade da presente iniciativa, remeter à Comissão para conhecimento”;

Assunto: Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas - n.º 58/XIII/1.ª (BE) – n.º 188/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 12 – 01

Comissão: Política Geral

Data de emissão de parecer: 2015-12-21;

Assunto: Eliminação dos exames nacionais do 1.º Ciclo do Ensino Básico– n.º 37/XIII/1.ª (BE) - n.º 189/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data de emissão de parecer: 2015-12-23;

Assunto: Elimina as provas finais de 1.º Ciclo do Ensino Básico – n.º 44/XIII/1.ª (PCP) - n.º 190/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data de emissão de parecer: 2015-12-23.

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Altera o anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho n.º 59/X](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 11 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2016 – 01 – 06.

4 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Elimina o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde – n.º 17/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2016 – 01 – 06;

Assunto: [Pedido de substituição integral da Anteproposta de Lei n.º 17/X - "Elimina o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do serviço nacional de saúde"](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 12 – 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2016 – 01 – 06.

5 – Projeto de Deliberação:

Assunto: [Suspensão do decurso do prazo para entrega do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias- n.º 4/X](#)

Proveniência: Os Deputados da CPITMPIP;

Data de Entrada: 2015 – 11 – 27.

6 – Requerimento:

Assunto: [Paralelismo Pedagógico](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 12 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 475/X.

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Estado atual dos procedimentos referentes à admissão dos Açores à Organização Mundial de Turismo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 427/X;

Assunto: [Trabalho produzido pela comissão científica e pedagógica criada no âmbito do processo de implementação referente à criação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 12 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 425/X;

Assunto: [Monitorização dos stocks piscícolas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 12 – 02

Referência: 54.04.00 – N.º 421/X;

Assunto: [Violação da Zona Especial de Proteção das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 12 – 02

Referência: 54.06.06 – N.º 455/X.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Agradecimento pelo envio do Voto de Pesar Dr. Hermano Chorão de Almeida Lima.

Proveniência: Maria da Graça Chorão de Almeida Correia

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar Dr. Hermano Chorão de Almeida Lima.

Proveniência: A Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Maria Luísa Silva Rosa

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Ofício a agradecer o envio Voto de Protesto - Luaty Beirão

Proveniência: A Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Mariana Freira de Andrade

Data de Entrada: 2015 – 11 – 30;

Assunto: Ofício a agradecer o envio Voto de Protesto - Luaty Beirão

Proveniência: A Chefe de Gabinete da Assembleia da República, Maria José Ribeiro

Data de Entrada: 2015 – 11 – 30;

Assunto: Ofício a agradecer o envio Voto de Protesto - Luaty Beirão

Proveniência: O Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Bacelar de Vasconcelos

Data de Entrada: 2015 – 12 – 01;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional a respeito da situação de instabilidade e crise que o Grupo SATA está a enfrentar devido à ação do Governo Regional

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2015 – 12 – 02.

9 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 3/XIII/1.ª \(PS\) - Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de dezembro – n.º 173-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 8/XIII/1.ª \(PCP\) - Reposição dos feriados nacionais retirados](#) – n.º 174-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 18/XIII/1.ª \(PEV\) - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública](#) – n.º 177-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 20/XIII/1.ª \(PEV\) - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados \(Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterados pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio e 55/2014, de 25 de Agosto](#) – n.º 181-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 21/XIII/1.ª - Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório \(Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de](#)

[29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio e 55/2014, de 25 de Agosto](#) - n.º 182-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X – Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 12 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 124/X – Curso para obtenção de carta de navegador de recreio](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 12 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo regional n.º 55/X – Estabelece a proibição na Região Autónoma dos Açores da comercialização, manuseamento, armazenamento, utilização ou libertação no meio ambiente de todos os compostos que contenham Glifosato](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 12 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 13/XIII/1.ª \(PEV\) - Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas](#) – n.º 175/X

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 34/XIII/1.ª \(PS\) – Extinção das reduções remuneratórias na Administração Pública](#) – n.º 184/X

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 12 – 04;

Assunto: [Proposta de Lei 2/XIII/1.ª - Estratégia Nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do dengue](#) – n.º 171/AR

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: [Proposta de Lei 3/XIII/1.ª - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção](#) – n.º 172/AR

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26;

Assunto: - [Projeto de Lei n.º 17/XIII/1.ª \(PEV\) - Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de organismos geneticamente modificados \(OGM\)](#) – n.º 176/X

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 11 – 26.

10 – Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 113 e 114.

P^la redatora: Noélia Escobar.